



Rio Grande do Norte  
**Assembleia Legislativa**

RELATÓRIO DE  
**GESTÃO**  
2020





Rio Grande do Norte  
**Assembleia Legislativa**

*“Não podemos prever o futuro,  
mas podemos criá-lo.”*

*Peter Drucker*

RELATÓRIO DE  
**GESTÃO**  
2020

R585 Rio Grande do Norte. Assembleia Legislativa.

Relatório de Gestão : 2020. - 2. ed. - Natal : Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, 2021.

148 p.: il.

ISBN 978-65-86643-69-5

1.Rio Grande do Norte. Assembleia Legislativa - Relatório (2020). I. Título.

CDU: 342.53"2020"(813.2)(055)

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## MESA DIRETORA

Dep. Ezequiel Ferreira (PSDB)  
**PRESIDENTE**

Dep. Galeno Torquato (PSD)  
**PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE**

Dep. Coronel Azevedo (PSC)  
**SEGUNDO VICE-PRESIDENTE**

Dep. George Soares (PL)  
**PRIMEIRO SECRETÁRIO**

Dep. Gustavo Carvalho (PSDB)  
**SEGUNDO SECRETÁRIO**

Dep. Kleber Rodrigues (PL)  
**TERCEIRO SECRETÁRIO**

Dep. Francisco do PT (PT)  
**QUARTO SECRETÁRIO**

## 62ª LEGISLATURA

Dep. Albert Dickson – PROS  
Dep. Coronel Azevedo – PSC  
Dep. Cristiane Dantas – Solidariedade  
Dep. Dr. Bernardo – MDB  
Dep. Eudiane Macedo – Republicanos  
Dep. Ezequiel Ferreira – PSDB  
Dep. Francisco do PT – PT  
Dep. Galeno Torquato – PSD  
Dep. George Soares – PL  
Dep. Getúlio Rêgo – DEM  
Dep. Gustavo Carvalho – PSDB  
Dep. Hermano Morais – PSB

Dep. Isolda Dantas – PT  
Dep. Jacó Jácome – PSD  
Dep. José Dias – PSDB  
Dep. Kelps Lima – Solidariedade  
Dep. Kleber Rodrigues – PL  
Dep. Nelter Queiroz – MDB  
Dep. Raimundo Fernandes – PSDB  
Dep. Souza Neto – PSB  
Dep. Subtenente Eliabe – Solidariedade  
Dep. Tomba Farias – PSDB  
Dep. Ubaldo Fernandes – PL  
Dep. Vivaldo Costa – PSD



## Palavra do Presidente



O período turbulento provocado pela pandemia do coronavírus, que nos trouxe um panorama de incertezas, fez de 2020 um ano atípico. Nesse cenário, coube aos entes públicos adaptarem-se à realidade austera. Na Assembleia Legislativa, graças a ações que se sucedem e avançam há cinco anos, nosso grande desafio foi não colocar a Casa contra correntes tempestuosas. E isso só foi possível pelo fato de termos deputados e servidores ao nosso lado que nos ajudaram a navegar mantendo o rumo, uma vez que as grandes economias já vinham sendo regra, e não exceção.

De fato, temos ultrapassado a grande tormenta com uma certeza: a Assembleia Legislativa está melhor, mais eficiente e mais produtiva. É isso que poderemos ver neste Relatório de Gestão.

Estendendo a mão a outros poderes, num espírito fraterno mais que necessário nesta pandemia, nos dedicamos a ajudar prefeituras, Governo do Estado e outras instituições, visando ao enfrentamento COVID-19. Não só doamos álcool e máscaras para profissionais da Saúde (hospitais de rede pública de Saúde do RN) e da Segurança (Batalhões da Polícia Militar), como também concedemos um valor pecuniário para funcionamento de leitos de UTI no Hospital da Polícia Militar.

Para manter os serviços legislativos e administrativos em funcionamento, desenvolvemos um sistema de deliberação remota – o que nos oportunizou realizar a primeira sessão remota da história e aprovar a Reforma da Previdência. Esse resultado é fruto de eficiente trabalho das diretorias Legislativa e de Tecnologia.

E não paramos por aí: a publicação das Cartilhas Eleitorais muito nos gratificou. Nossa Escola, reconhecida nacionalmente por seus projetos e ações, adaptou-se rapidamente ao momento e passou a preparar nossos servidores a distância, incluindo em sua programação, além de cursos de qualificação profissional, um olhar para a saúde mental de nossos colaboradores. Nossa Diretoria de Comunicação, atenta e preocupada com o contexto vivenciado, realizou, entre outras, uma campanha sobre violência doméstica, que obteve bastante destaque.

É disso que tratamos nesta publicação, a qual traz um balanço de ações cotidianas, muitas vezes desconhecidas, mas fundamentais para o funcionamento do Parlamento Estadual e para a sociedade potiguar.

São informações confiáveis, claras, objetivas e relevantes. Afinal, garantir processos transparentes é o que temos superado com esforço e muito trabalho de cada um componente da nossa Assembleia Legislativa, sempre tendo como ponto central ações que contemplam um plano estratégico de visão, norteador da Casa pelos próximos anos.

Mas nem tudo são números, e em cada capítulo é possível constatar o sentimento profissional incorporado por nossos colaboradores. Os resultados são iniciativas que aproximam cada vez mais esta Assembleia da sociedade, e o trabalho conjunto entre a Mesa Diretora e a Diretoria-Geral da Casa para viabilizar melhores ações no campo administrativo.

Oferecemos nas próximas páginas as muitas histórias que traduzem, sem sombra de dúvidas, um legado de boas práticas de gestão. Boa leitura!

Deputado Ezequiel Ferreira  
Presidente



# Sumário



## **Contexto Organizacional** 11

Visão Geral da Instituição	12
Planejamento Estratégico 2020-2023	18

## **Resultados da Gestão** 33

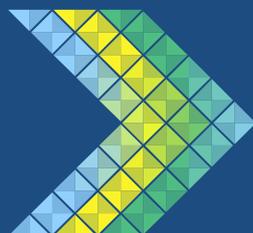
Palavra do Diretor-Geral	34
Destaques da Gestão	36
Resultados das Unidades Administrativas	46
Presidência	46
Ouvidoria	57
Controladoria	58
Procuradoria-Geral	60
Diretoria-Geral	64
Diretoria Legislativa	70

## **Áreas Específicas de Gestão** 75

Gestão de Pessoas	76
Gestão de Capacitações e Qualificações	84
Gestão de Saúde e Bem-Estar	88
Gestão de Tecnologia da Informação	94
Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico	100
Gestão de Compras e Patrimônio	109
Gestão de Remuneração e Benefícios	117
Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Fiscal	120
Relacionamento com a Sociedade	135
Sustentabilidade Ambiental	138

## **62ª Legislatura** 139





**CONTEXTO  
ORGANIZACIONAL**



**RESULTADOS  
DA GESTÃO**



**ÁREAS ESPECÍFICAS  
DA GESTÃO**



**62ª LEGISLATURA**

## Visão Geral da Instituição



A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN), regida por princípios constitucionais, tem como missão institucional representar a sociedade norte-rio-grandense, legislar em sua defesa e fiscalizar os atos dos demais Poderes Públicos.



Na forma do art. 33-A da Constituição Estadual do Rio Grande do Norte, a Casa Legislativa conta com os seguintes órgãos: Plenário, Mesa, Colégio de Líderes, Comissões, Gabinetes Parlamentares, outros órgãos instituídos em Resolução, e ainda – como órgão técnico sem participação parlamentar – Procuradoria-Geral. Imbuídos desse mister constitucional, o Parlamento Potiguar é composto por 24 deputados estaduais, atualmente integrantes da 62ª legislatura.



A Mesa, composta pela Presidência – Presidente, Primeiro Vice-Presidente e Segundo Vice-Presidente – e pela Secretaria – Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Secretários –, é eleita pelos parlamentares. Esse procedimento ocorre a cada 2 anos e é um dos momentos relevantes do Parlamento, porque é ela a responsável pela direção dos trabalhos legislativos e pelos serviços administrativos da Casa, conforme consta em seu Regimento Interno.



Concomitantemente, a instalação dos Gabinetes Parlamentares e os Escritórios de Apoio Parlamentar, conforme trata a Lei n.º 10.261, de 27 de outubro de 2017, asseguram ao deputado estadual o assessoramento necessário em questões parlamentares, administrativas e políticas do seu mandato.



A equipe de assessoramento parlamentar exerce atividades diversas, como o desenvolvimento de pesquisas, o apoio à promoção do mandato parlamentar, a promoção dos direitos constitucionais da cidadania, dentre outras.



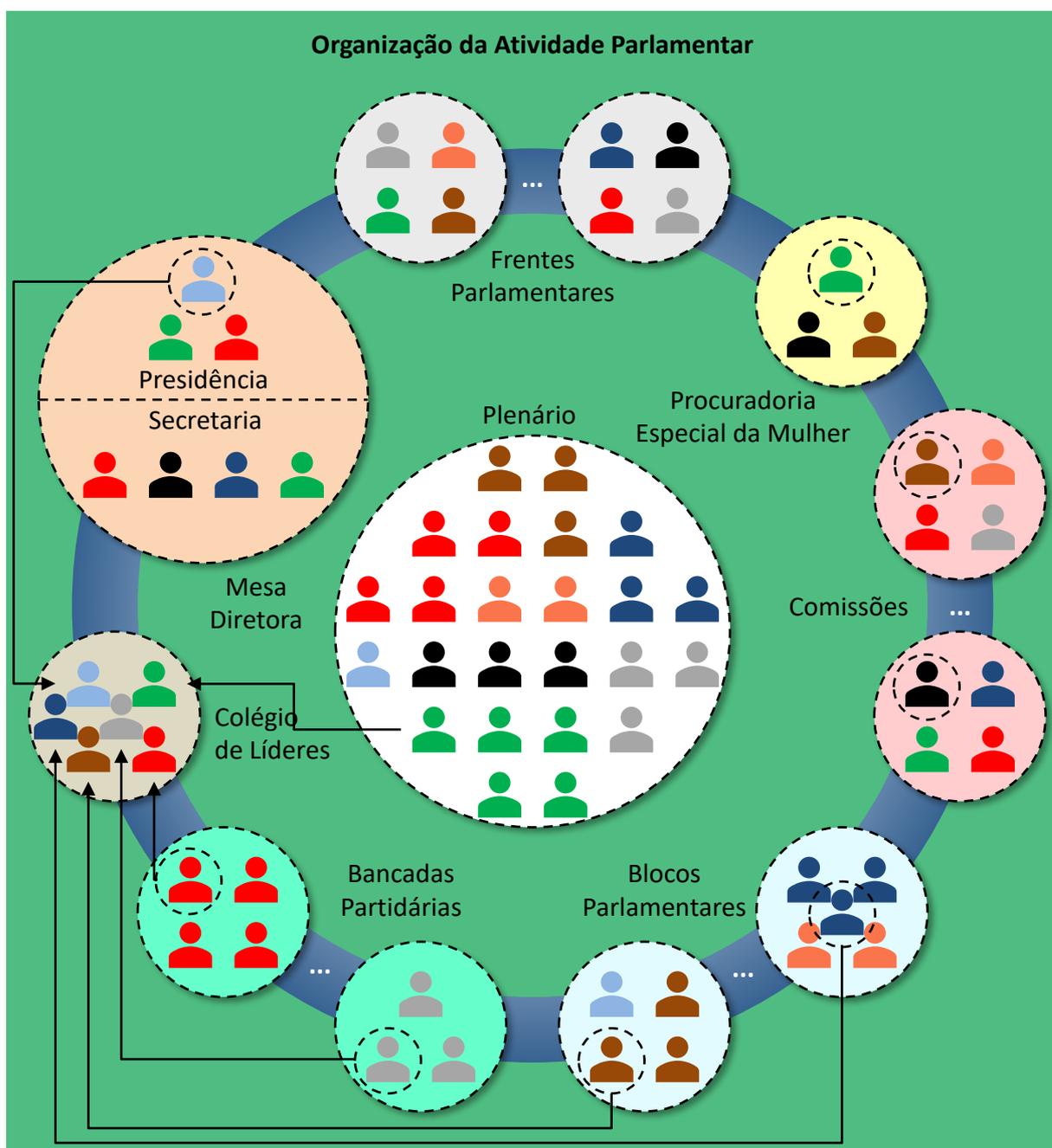
Assim, os deputados estaduais apresentam maior disponibilidade para o cumprimento das ações parlamentares, como a participação nas sessões ordinárias, extraordinárias e solenes. Nessas sessões, eles expõem suas opiniões sobre proposições, sejam de sua autoria ou não, votam, fazem uso da palavra para posicionar-se acerca de aspectos que interferem na vida da população potiguar, assim como comemoram eventos relevantes e homenageiam pessoas ou instituições.



Dentre os órgãos, cumpre ressaltar as Bancadas Partidárias, que integram o Colégio de Líderes. Elas são agrupamentos de parlamentares de um mesmo partido político em uma legislatura, os quais elegem um líder que atua como intermediário junto aos órgãos da Assembleia Legislativa. Ademais, também constituem as Bancadas os Blocos Parlamentares, que são representações de dois ou mais partidos, que se unem sob Liderança comum.



Outro relevante agrupamento que há na ALRN é a constituição de Frentes Parlamentares. Por intermédio dessas frentes, os parlamentares se associam com o objetivo de debater temas específicos de interesse da sociedade, que não estejam no âmbito de atuação das Comissões Permanentes. As Frentes Parlamentares e a Procuradoria Especial da Mulher, a qual tem como uma de suas competências zelar pela defesa dos direitos da mulher, foram órgãos incluídos pelo Regimento Interno da Casa Legislativa.



Ainda que as finalidades precípua da Instituição sejam legislar e fiscalizar a Administração Pública, a Casa dispõe de estrutura abrangente e necessária para o apoio do mandato dos parlamentares e para o seu funcionamento. Essa estrutura encontra-se vinculada à Mesa, sendo composta por mais de 50 unidades e corpo técnico-administrativo com mais de 850 servidores alocados.



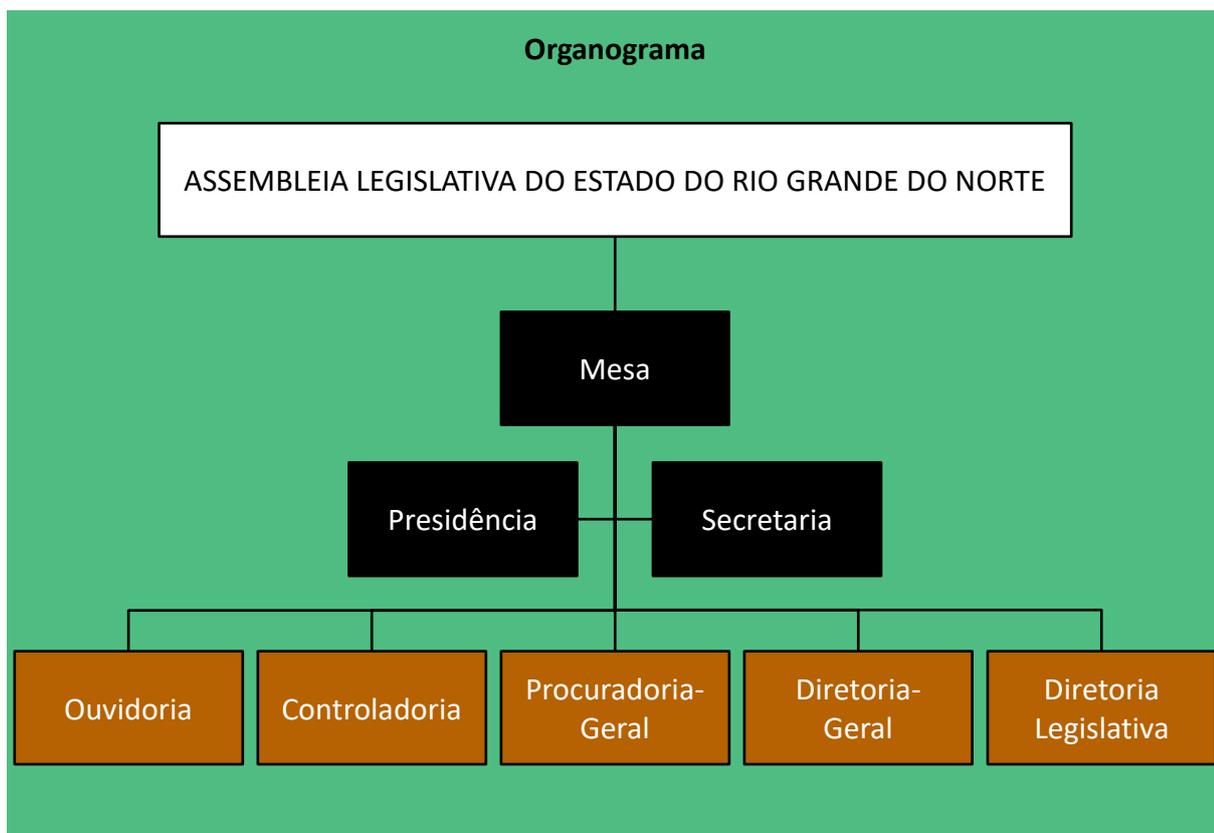
Esses servidores atuam em áreas específicas em que exercem suas atribuições, possibilitando à ALRN alcançar seu objetivo, qual seja: prestar serviços à população com qualidade e eficiência. Para atingir esse objetivo, é oferecido a eles um ambiente apropriado, assim como capacitações e qualificações essenciais. Além disso, investe-se continuamente no aperfeiçoamento dos processos de trabalho e na melhoria de sua atuação com a implantação de ferramentas que tornam mais célere o desenvolvimento das ações na área legislativa.



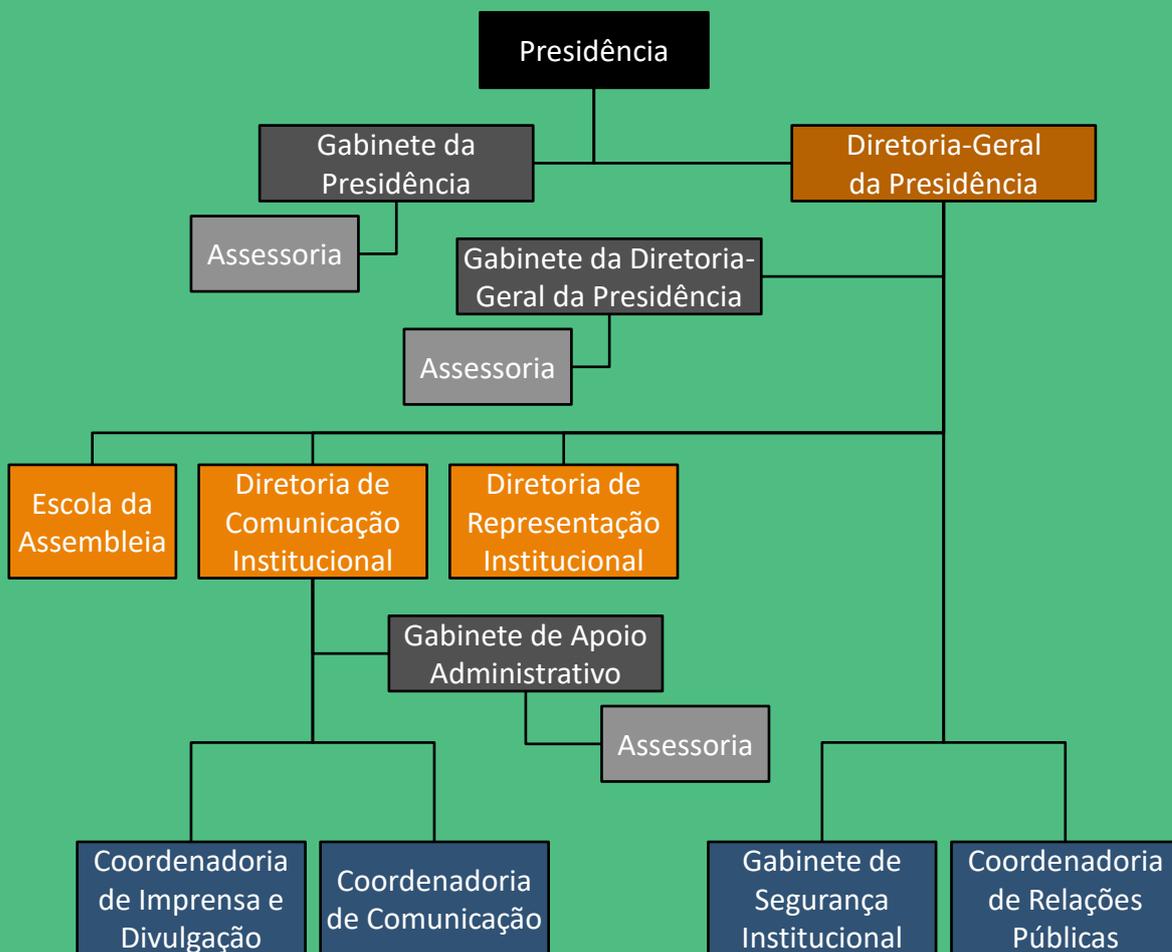
Para que a sociedade, de modo especial, possa complementar a visão geral da ALRN exposta até aqui, apresenta-se, a seguir, a estrutura organizacional desta Casa Legislativa, definida pelas Resoluções n.º 090/2017, 100/2018, 109/2018, 12/2019, 13/2019 e 14/2019. Inicialmente, exibe-se o organograma macro, o qual inclui a Alta Administração. Em sequência, ele é detalhado até o nível hierárquico das coordenadorias.



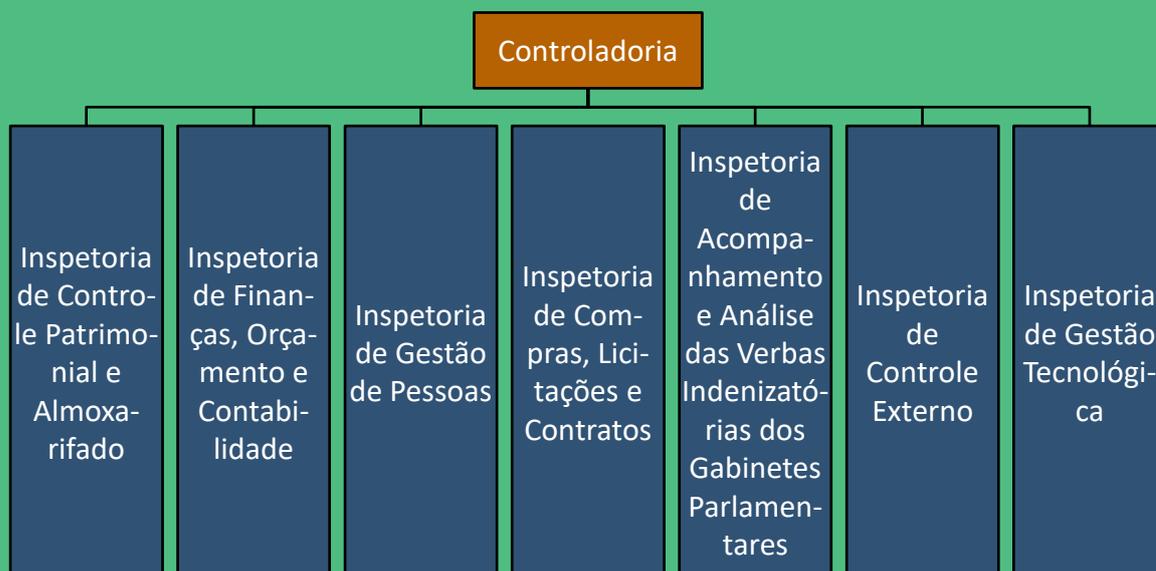
Posteriormente, apresenta-se também o Monitoramento do Ano 2020 do Planejamento Estratégico, que norteia as ações da ALRN do quadriênio 2020-2023.



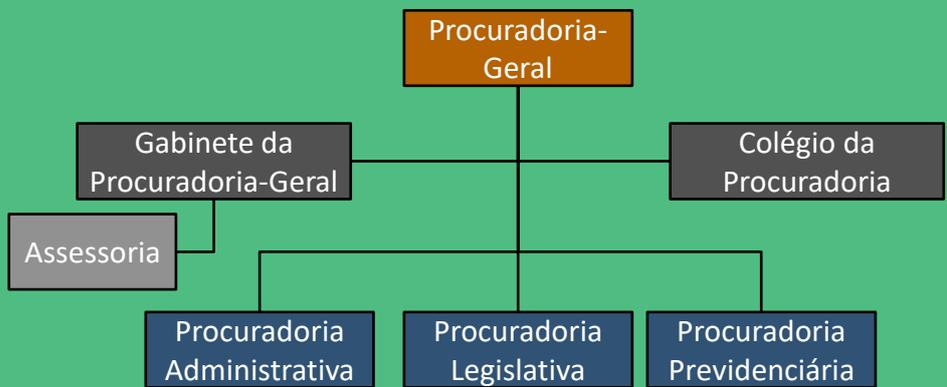
**Detalhamento do organograma - Presidência**



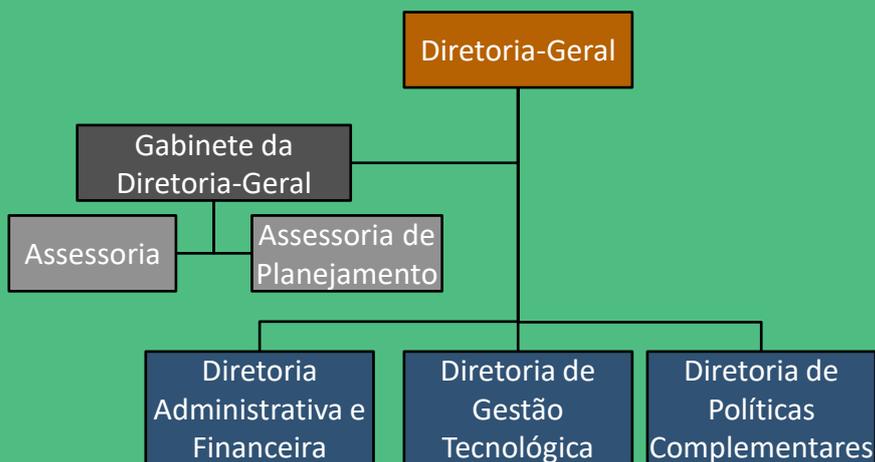
**Detalhamento do organograma - Controladoria**



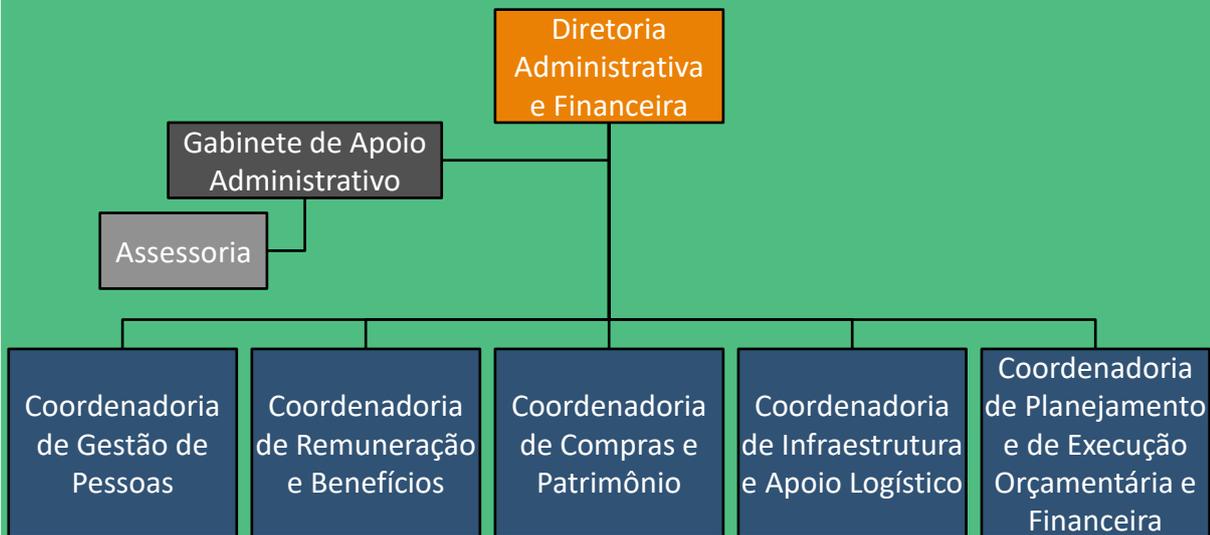
**Detalhamento do organograma – Procuradoria-Geral**



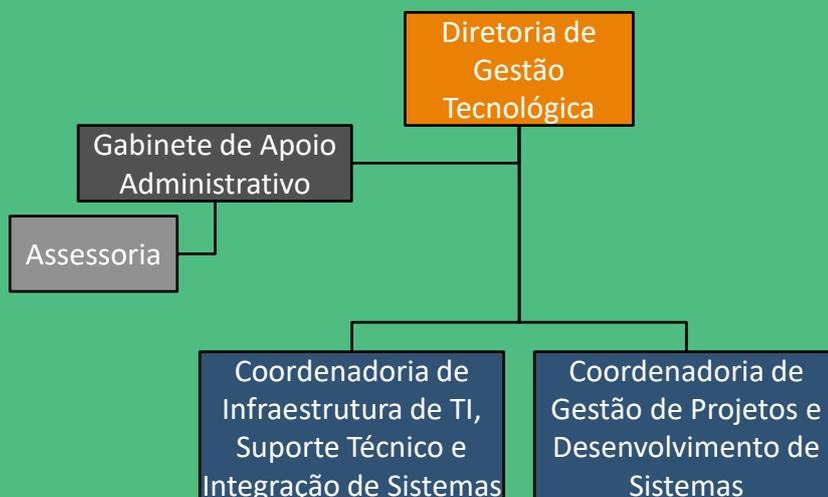
**Detalhamento do organograma – Diretoria-Geral**



**Detalhamento do organograma – Diretoria Administrativa e Financeira**



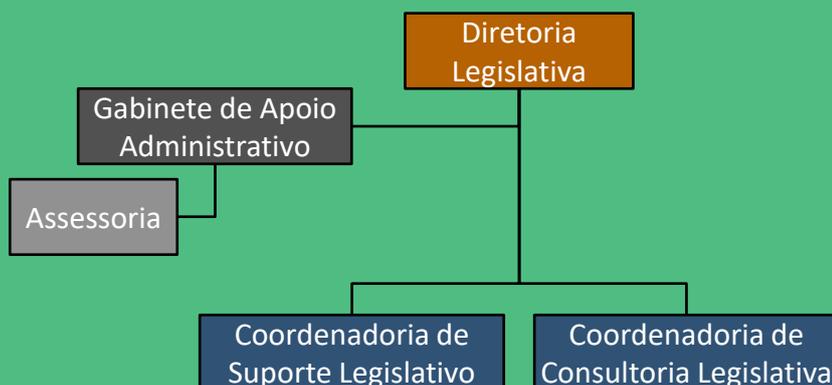
**Detalhamento do organograma – Diretoria de Gestão Tecnológica**



**Detalhamento do organograma – Diretoria de Políticas Complementares**



**Detalhamento do organograma – Diretoria Legislativa**



# Planejamento Estratégico 2020-2023

## Monitoramento da Estratégia 2020



A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, através do Ato da Mesa n.º 2.782/2019, instituiu o Plano Estratégico para o quadriênio 2020-2023, denominado Horizonte 2023, baseado em práticas de governança e gestão preconizadas pelos órgãos de controle externo.

### Mapa Estratégico





Buscando cumprir sua missão e alcançar a visão para 2023, pautada nos atributos de valor para o quadriênio, conforme exposto anteriormente no Mapa Estratégico, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte estabeleceu dez macrodesafios, os quais podem ser entendidos como objetivos estratégicos. Esses objetivos foram distribuídos nas dimensões “Sociedade”, “Processos Internos” e “Recursos”.



Para (1) monitorar e identificar se os macrodesafios foram atingidos por meio de critérios objetivos, assim como (2) sinalizar a necessidade de ações corretivas; (3) propiciar a transparência na divulgação dos resultados; e (4) garantir a eficácia na comunicação, foi estabelecido um conjunto de indicadores que são acompanhados periodicamente.

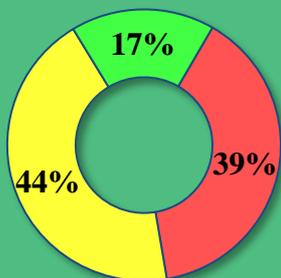


Além dos indicadores, foram estabelecidas também iniciativas estratégicas de curto, médio e longo prazo que contribuem para a consecução dos objetivos delineados. Essas iniciativas consistem em atividades, projetos e programas.



No ano de 2020, foi iniciada a execução do Plano Estratégico - Horizonte 2023 da ALRN, seguindo as fases de monitoramento, avaliação e revisão, regulamentado pelo Ato da Mesa n.º 1.285/2020, para orientar o Comitê de Governança na sua tomada de decisão.

### Monitoramento de Indicadores Estratégicos



Na apuração dos indicadores, cujas ações constam no Horizonte 2023 e estavam previstas para serem realizadas em 2020, evidenciou-se: 17% de indicadores cumpridos; 44% de indicadores parcialmente cumpridos; e 39% de indicadores não cumpridos.



Esse resultado está intrinsecamente vinculado ao contexto desafiador vivido em 2020 pela decretação da pandemia. Como consequência, várias ações não foram realizadas ou foram realizadas parcialmente e prejudicaram o alcance das metas estabelecidas para os indicadores.



Isso ocorreu tanto pelos impedimentos circunstanciais quanto pela necessidade de redirecionar recursos para a realização de novas ações essenciais, que preveniram e combateram a pandemia ou adequaram a Casa Legislativa para o funcionamento durante esse cenário.



O Ato da Mesa n.º 338/2020, de 13 de março de 2020, foi o ato inicial de gestão relacionado à pandemia, cujo conteúdo dispôs sobre os primeiros procedimentos de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus a serem adotados na Casa. A ação impôs restrições de acesso à sede e aos anexos, e suspendeu a realização de audiências públicas, sessões solenes, outras homenagens e eventos coletivos.



Posteriormente, a Resolução n.º 26/2020, de 28 de abril de 2020, estruturou um regime administrativo emergencial e temporário na ALRN, empregando medidas como a suspensão de cursos presenciais na Escola da Assembleia, atividades externas, coordenadas pela Diretoria de Políticas Complementares, e eventos.



Em cumprimento às normas emergenciais aprovadas, alguns indicadores foram diretamente afetados, dentre eles “Pessoas beneficiadas pelo Programa Assembleia e Você”, “Campanhas educacionais de saúde e bem-estar”, “Índice de audiência pública”, e “Ações de qualidade de vida no trabalho”.



Esse cenário apresentou-se como desafiador para diversas unidades. Contudo, a adoção de soluções possibilitou atingir resultados expressivos. Isso porque, enquanto o indicador “Pessoas atendidas na área de saúde e assistência social” destacou-se em virtude da implantação do teleatendimento pela Diretoria de Políticas Complementares, a Diretoria Legislativa, em conjunto com outras unidades, teve que adequar a estrutura de trabalho, notadamente as sessões *online*, o que possibilitou superar a meta do indicador “Índice de Produção Legislativa”.



A Escola da Assembleia, no mesmo sentido, ajustou os processos e implantou uma plataforma digital que apoiou a modalidade de ensino à distância. A inovação possibilitou a execução de 94% da meta estabelecida para o indicador “Índice de pessoas capacitadas” e a redução em 78% do valor planejado para indicador “Taxa de investimento em capacitação”.



Seguindo a mesma necessidade de adaptação, os “Índice de gestão de contratos”, de responsabilidade da Diretoria Administrativa e Financeira (DIAF), o “Índice de aderência ao Plano de Contratações”, da Coordenadoria de Compras e Patrimônio (CCP), e o “Índice de governança de TIC” e “Modernização tecnológica”, da Diretoria de Gestão Tecnológica (DGT), também foram impactados pela necessidade de redirecionar recursos.



Nesse sentido, a DIAF envolveu-se com as seguintes ações: a doação de insumos (luvas, máscaras, álcool em gel) aos hospitais do interior do Estado, em conjunto com a CCP; o redimensionamento dos esforços para dar apoio à DPC, por meio do Comitê de Saúde, quanto as estratégias de controle epidemiológico e Plano de Retomada no âmbito desta Casa Legislativa; a execução dos procedimentos de sanitização, realizados pelo Comando Conjunto do Estado do Rio Grande do Norte e da Paraíba e, também, por empresa especializada, contratada pela ALRN.



Paralelamente, a DGT apoiou a continuidade do funcionamento da ALRN, a partir do desenvolvimento do “Sistema de Deliberação Remota”, possibilitando a realização das Sessões Ordinárias realizadas pelos Deputados, remotamente. A mencionada solução, inclusive, foi solicitada por outras Casas Legislativas e encontra-se em implantação na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.



Adicione-se, ainda, que parte do esforço laboral teve que ser realocado para adaptar diversos sistemas que não poderiam sofrer paralizações, passando a funcionar por meio de *home office*.



A seguir, são apresentados os resultados dos indicadores definidos pela Instituição, cuja execução ficou estabelecida para o ano de 2020, segmentados por dimensão e macrodesafio.



## Dimensão 1: Sociedade

Abrange os resultados pretendidos pela estratégia.

### Macrodesafio 1: Garantir os direitos de cidadania

Contribuição para o desenvolvimento da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão como ator protagonista da sociedade, por meio de ações educacionais, além do acesso a serviços públicos nas áreas de saúde, jurídica, e das atividades socioculturais, esportivas e recreativas, e ao acervo documental que mantém viva a memória institucional.

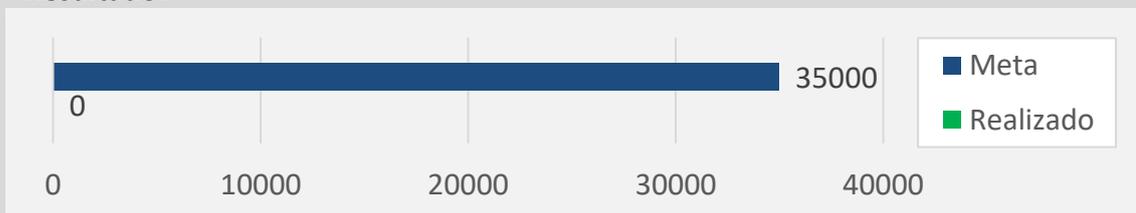
**Indicador:**

Pessoas beneficiadas pelo Programa Assembleia e Você

**Unidade Responsável:**

Diretoria de Políticas Complementares

**Resultado:**



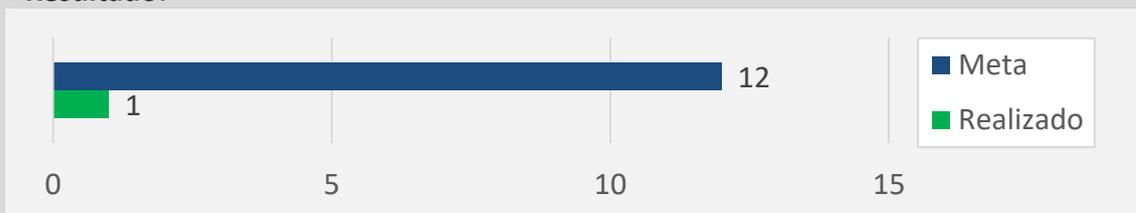
**Indicador:**

Campanhas educacionais de saúde e bem-estar

**Unidade Responsável:**

Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar

**Resultado:**



**Indicador:**

Pessoas atendidas na área de saúde e assistência social

**Unidade Responsável:**

Diretoria de Políticas Complementares

**Resultado:****Macrodesafio 2: Fortalecer a integração da sociedade com a Assembleia Legislativa**

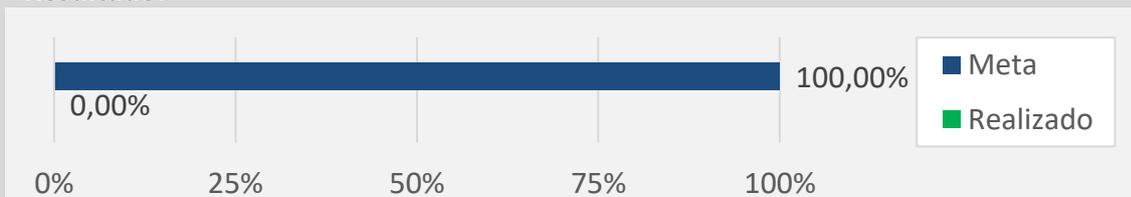
Incentivo à participação e acesso da sociedade nos debates de temas relevantes e/ou projetos de leis em tramitação na Casa Legislativa, aprimoramento do canal de interlocução direta com o cidadão, edição e atualização periódica da Carta de Serviços ao Cidadão, bem como o aperfeiçoamento dos serviços prestados via Internet (padrões de interoperabilidade, usabilidade e acessibilidade aplicáveis à organização).

**Indicador:**

Índice de audiência pública

**Unidade Responsável:**

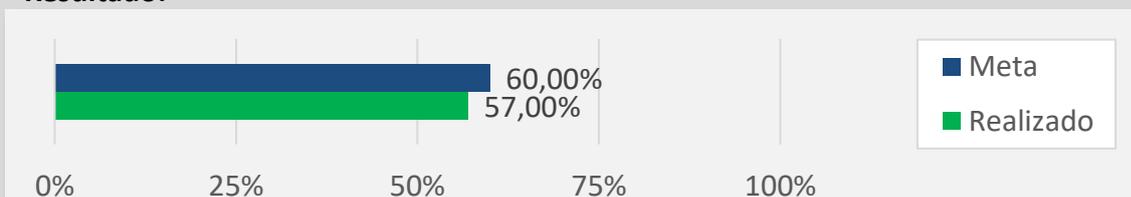
Diretoria Legislativa

**Resultado:****Indicador:**

Índice de produção legislativa

**Unidade Responsável:**

Diretoria Legislativa

**Resultado:**



## Dimensão 2: Processos Internos

Envolve a eficiência e a eficácia dos processos finalísticos e de apoio para a geração de valor.

### Macrodesafio 3: Implantar a Gestão de Processos

Identificação das partes interessadas, macroprocessos de governança, de suporte e finalísticos e suas relações de interdependência, principais insumos e valor agregado interna e externamente. Mapeamento e modelagem dos processos essenciais ou críticos, em busca de padronização, racionalização e otimização das atividades, com foco em melhoria contínua e geração de valor para a sociedade.

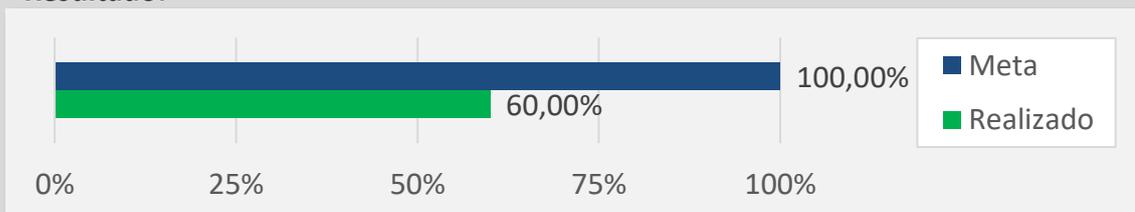
**Indicador:**

Índice de modelagem de processos

**Unidade Responsável:**

Assessoria de Planejamento

**Resultado:**



### Macrodesafio 4: Aprimorar a comunicação com as partes interessadas

Consolidação, manutenção e atualização contínuas dos meios comunicacionais, processos e planos correspondentes, disponibilizando atos normativos, leis, regulamentos, dados, informações, notícias de interesse dos públicos interno e externo, inclusive sobre direcionamento institucional, uso dos recursos públicos, monitoramento e avaliação e resultados obtidos, com linguagem clara e acessível e de forma alinhada entre os níveis estratégico.

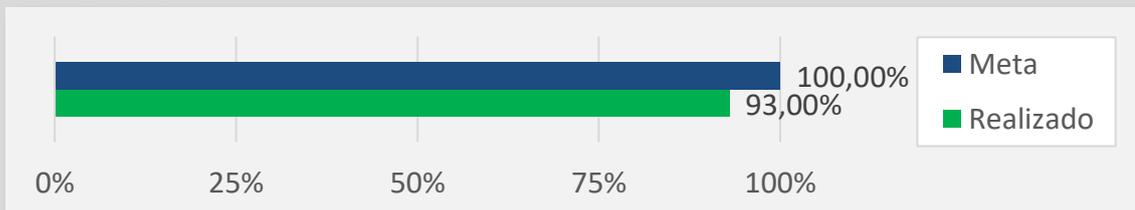
**Indicador:**

Índice de comunicação

**Unidade Responsável:**

Diretora de Comunicação Institucional

**Resultado:**



**Macrodesafio 5: Modernizar a atuação parlamentar na fiscalização das políticas públicas**

Implementação de práticas, instrumentos, ferramentas, técnicas e processos inovadores de fiscalização e controle de políticas públicas e demais ações do Executivo Estadual, fortalecendo o papel do Legislativo nas funções de representar o cidadão, legislar e fiscalizar, de forma a garantir o uso racional e responsável dos recursos públicos em benefício real da sociedade.

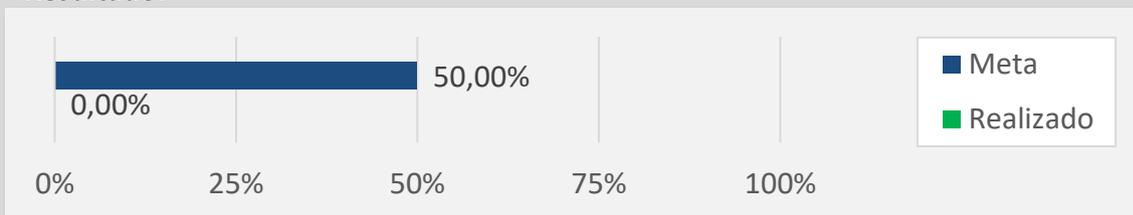
**Indicador:**

Índice de execução de emendas parlamentares

**Unidade Responsável:**

Controladoria

**Resultado:**



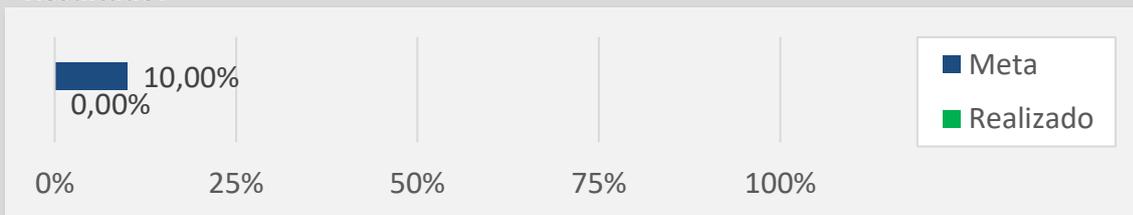
**Indicador:**

Índice de publicação de leis estaduais e demais normativos

**Unidade Responsável:**

Diretoria Legislativa

**Resultado:**



**Macrodesafio 6: Buscar a excelência nas práticas de Governança e Gestão**

Definição da estrutura interna de governança; direcionamento institucional, monitoramento e avaliação do desempenho organizacional (por meio de reuniões periódicas de análise da estratégia); fortalecimento do sistema de controles administrativos (internos); estabelecimento dos modelos de gestão de riscos, de gestão de pessoas, de gestão de tecnologia da informação e comunicação, de gestão de contratações, de gestão da informação, de transparência, de prestação de contas e de responsabilização.

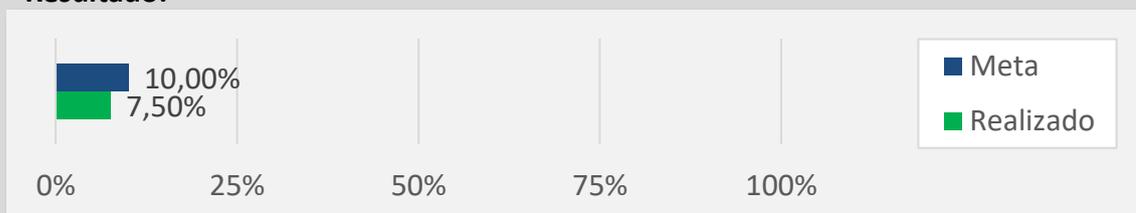
**Indicador:**

Índice de governança institucional

**Unidade Responsável:**

Diretoria-Geral (com o apoio da Assessoria de Planejamento)

**Resultado:**





## Dimensão 3: Recursos

Constitui os meios necessários para o alcance dos objetivos das demais dimensões/perspectivas.

### Macrodesafio 7: Aprimorar a Gestão de Pessoas

Planejamento estratégico de pessoas, dimensionamento da força de trabalho, avaliação do desempenho por competências, capacitação e desenvolvimento de colaboradores e gestores baseados em lacunas de competências; valorização e reconhecimento do servidor; saúde e qualidade de vida no trabalho; identificação e tratamento de riscos psicossociais no trabalho (melhoria do clima organizacional).

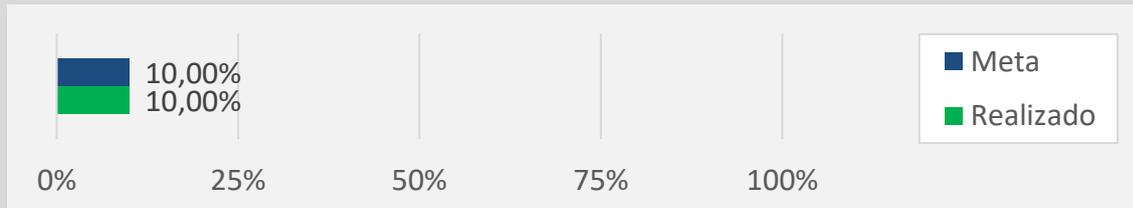
#### Indicador:

Índice de governança de pessoas

#### Unidade Responsável:

Coordenadoria de Gestão de Pessoas

#### Resultado:



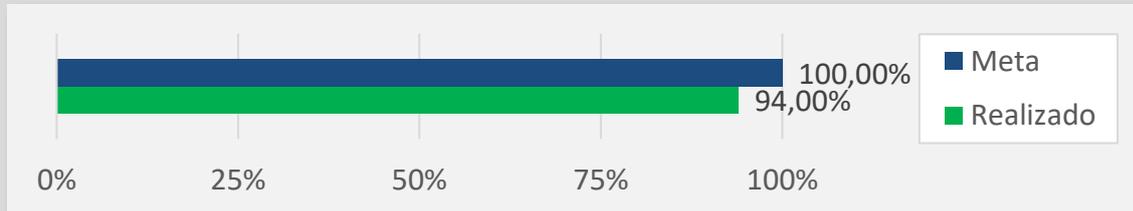
#### Indicador:

Índice de pessoas capacitadas

#### Unidade Responsável:

Escola da Assembleia

#### Resultado:



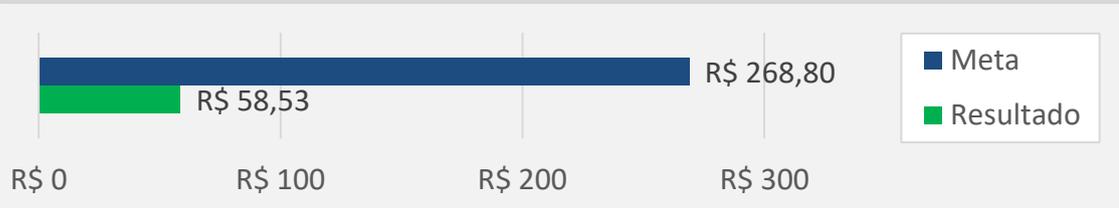
**Indicador:**

Taxa de investimento em capacitação

**Unidade Responsável:**

Escola da Assembleia

**Resultado:**



**Indicador:**

Concurso público

**Unidade Responsável:**

Coordenadoria de Gestão de Pessoas

**Resultado:**



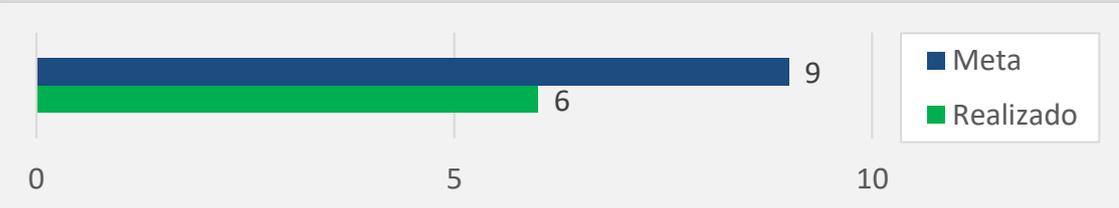
**Indicador:**

Ações de qualidade de vida no trabalho

**Unidade Responsável:**

Coordenadoria de Gestão de Pessoas

**Resultado:**



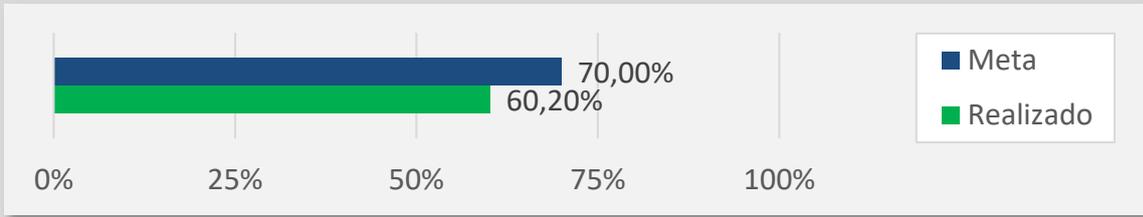
**Indicador:**

Melhoria da qualidade de vida no trabalho

**Unidade Responsável:**

Coordenadoria de Gestão de Pessoas

**Resultado:**



**Macrodesafio 8: Implementar a Governança de TIC**

Estruturação do modelo de governança de TIC; planejamento estratégico de TIC; gerenciamento de incidentes e requisições, de catálogo de serviços, de configuração e ativos, de mudanças, de continuidade dos serviços, de gestão de riscos; políticas de segurança da informação e de controle de acessos; processo de desenvolvimento de software; e provimento de soluções de TIC inovadoras e efetivas.

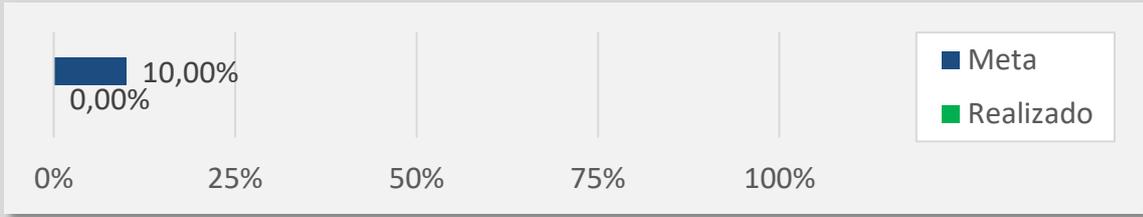
**Indicador:**

Índice de governança de TIC

**Unidade Responsável:**

Diretoria de Gestão Tecnológica

**Resultado:**



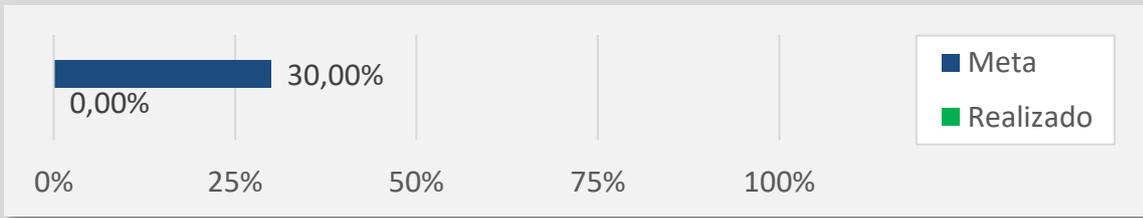
**Indicador:**

Modernização tecnológica

**Unidade Responsável:**

Diretoria de Gestão Tecnológica

**Resultado:**



### Macrodesafio 9: Melhorar a infraestrutura física

Ampliação, reforma e modernização da infraestrutura física, bem como aprimoramento da gestão patrimonial e de manutenção predial (serviços gerais, água, energia elétrica, telecomunicação, segurança, climatização, transporte e fornecimento de materiais de consumo).

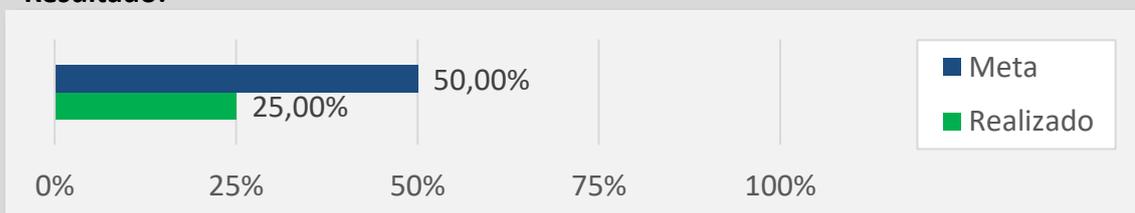
**Indicador:**

Índice de construção do anexo

**Unidade Responsável:**

Divisão de Arquitetura e Engenharia

**Resultado:**



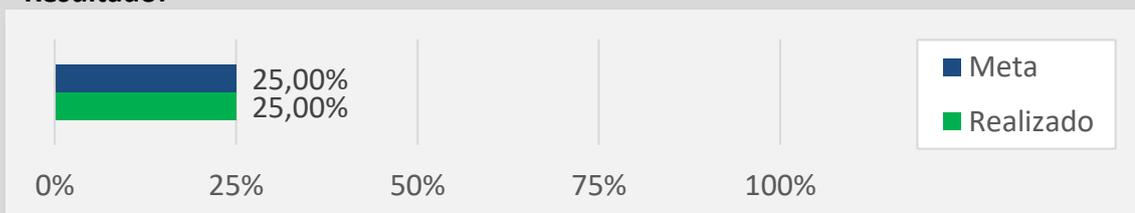
**Indicador:**

Índice de reforma das unidades administrativas

**Unidade Responsável:**

Divisão de Arquitetura e Engenharia

**Resultado:**



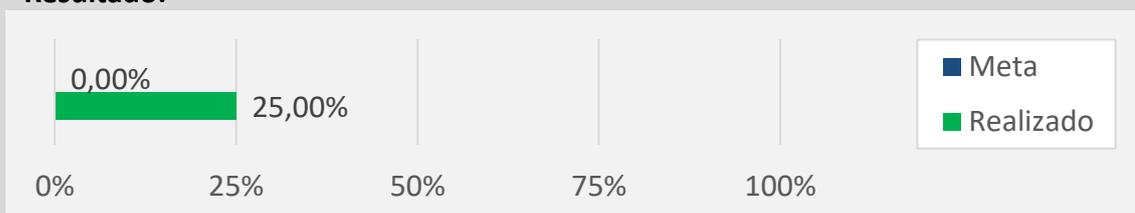
**Indicador:**

Índice de construção do Memorial (\*)

**Unidade Responsável:**

Divisão de Arquitetura e Engenharia

**Resultado:**



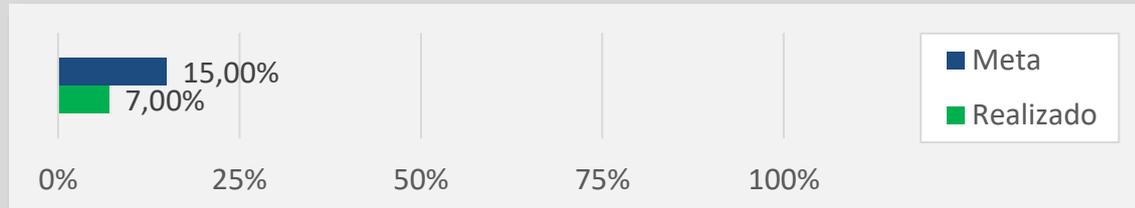
\* O indicador tinha a previsão de início para o ano de 2021. Contudo, a unidade responsável se organizou e antecipou sua realização para o ano de 2020.

**Indicador:**

Índice de reaparelhamento das unidades

**Unidade Responsável:**

Diretoria-Geral

**Resultado:****Macrodesafio 10: Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira**

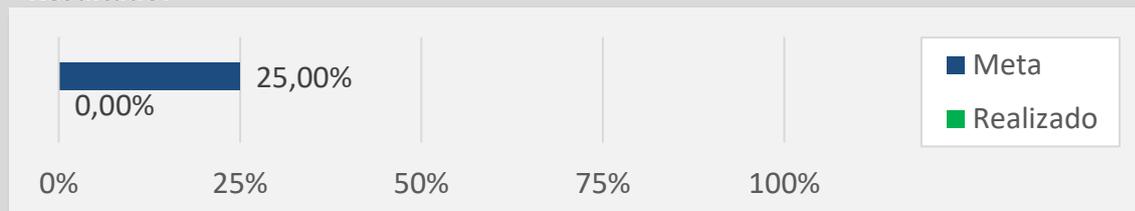
Elaboração do Plano Anual de Contratações e instituição do Comitê Gestor Orçamentário, objetivando aperfeiçoar o planejamento na aplicação dos recursos financeiros disponibilizados para a Assembleia e buscar a excelência na gestão de custos operacionais, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Instituição.

**Indicador:**

Índice de gestão de contratos

**Unidade Responsável:**

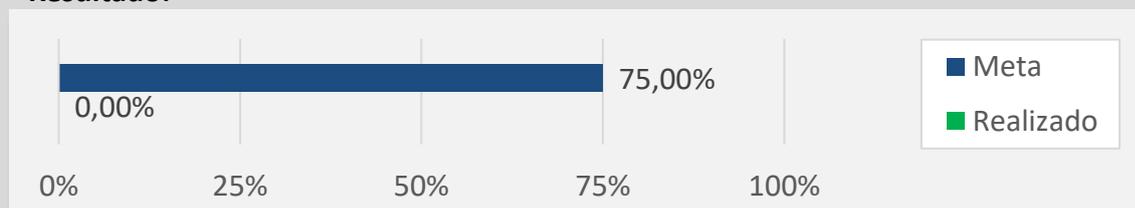
Diretoria Administrativa e Financeira

**Resultado:****Indicador:**

Índice de Aderência ao Plano de Contratações

**Unidade Responsável:**

Coordenadoria de Compras e Patrimônio

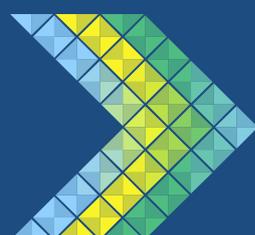
**Resultado:**

Unidade responsável	Iniciativa estratégica cumprida
Assessoria de Planejamento	Monitorar e Apoiar a Execução da Estratégia.
	Estabelecer metodologia de gestão de processos.
Comissão de Qualidade de Vida e Saúde	Identificar e tratar riscos no trabalho (em conjunto com a Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar).
	Realizar ações de melhoria e acompanhamento PQVS em todos os setores envolvidos com o referido programa, direcionadas a Deputados, gestores e servidores.
Coordenadoria de Compras e Patrimônio	Elaborar e atualizar, periodicamente, o Plano Anual de Contratações.
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Elaborar Planejamento Estratégico de Pessoas.
Coordenadoria de Infraestrutura e Apoio Logístico	Aprimorar o serviço de manutenção e conservação predial.
Diretoria Administrativa e Financeira	Categorizar demandas e atribuir tempo máximo de execução.
	Realizar inventário das necessidades de móveis e equipamentos em geral.
Diretoria de Comunicação Institucional	Coletar periodicamente dados e informações sobre a execução e o desempenho de projetos, programas e processos.
	Manter permanentemente atualizados os canais de comunicação da Assembleia Legislativa (com o apoio das unidades).
Diretoria-Geral	Instituir Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira.
	Definir cadeia de valor e arquitetura de processos da ALRN.
	Definir, periodicamente, diretrizes para o Plano Estratégico.
Escola da Assembleia	Ampliar a divulgação dos eventos educacionais.

Unidade responsável	Iniciativa estratégica parcialmente cumprida
Diretoria Administrativa e Financeira	Estabelecer Processo de Gestão Orçamentária e Financeira.
	Reaparelhar as unidades administrativas.
Diretoria-Geral	Definir, sistematizar e normatizar a estrutura interna de governança.
Diretoria Legislativa	Otimizar o processo legislativo.
Divisão de Arquitetura e Engenharia	Construir o anexo administrativo.
	Reformar unidades administrativas.
	Construir Memorial do Legislativo Potiguar.
Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar	Desenvolver campanhas nas áreas de saúde e bem-estar.
	Prestar atendimento nas áreas de saúde e assistência social.
Coordenadoria de Relações Públicas	Elaborar agenda institucional de eventos.
Todas as unidades (com apoio metodológico da Assessoria de Planejamento)	Manualizar os processos.



CONTEXTO  
ORGANIZACIONAL



RESULTADOS  
DA GESTÃO



ÁREAS ESPECÍFICAS  
DA GESTÃO



62ª LEGISLATURA

## Palavra do Diretor-Geral



A Direção-Geral, entendendo que só alcança o sucesso quem planeja o caminho e age estrategicamente, pautou o ano de 2020, no planejamento e administração estratégicos, como pilares basilares da instituição. Essa atuação possibilitou criar um padrão de decisões, visando produzir políticas e planos de forma geral e transparente para atingir os objetivos institucionais de legislar e fiscalizar a administração pública, aliando-os com os interesses da população, sendo o referencial de excelência na ação legislativa e seus valores.

A gestão do Deputado Ezequiel Ferreira, como Presidente da Assembleia Legislativa, na certeza de que uma nova era clama por grandeza e para elevar esta Casa Legislativa ao patamar merecido, criou um plano estratégico para atingir essa missão e, desde seu início no ano de 2015, vem buscando a promoção do aperfeiçoamento dos atos de gestão, por meio de uma administração eficiente na aplicação dos recursos públicos, transparente em sua atuação e que está sempre em conformidade com os princípios da administração pública, tendo como índice de satisfação dos servidores, atualmente, um percentual próximo de 90%.

Inicialmente, destacamos o honroso e merecido prêmio de 1º lugar em gestão, conferido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE, pelo desenvolvimento do sistema web LegisRH, recebido pela nossa Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, que abrilhantou e agigantou mais ainda os nossos trabalhos e refletiu, sem nenhuma dúvida, a nossa atuação que se tornou referência nacional em gestão pública.

O ano de 2020 foi marcado pela decretação da calamidade pública no Rio Grande do Norte, diante do quadro pandêmico trazido pelo *Coronavírus Disease-2019*, mas, mesmo assim, não nos enfraquecemos na nossa forma diligente de atuar. Entendemos que, a cada novo desafio, temos a oportunidade de escolher entre o medo e a esperança e optamos firmemente em nos enchermos de coragem, uma vez que, mesmo frente ao fato preocupante a ser enfrentado, tínhamos algo grandioso já sedimentado, que são os resultados e reflexos já efetivados pela atual gestão, que nos deixa prontos para seguirmos avançando e fazendo a diferença, seja dentro da Instituição, seja frente aos Poderes, seja frente à sociedade como um todo.

Diante desta nova realidade, adotamos diversas medidas de prevenção, passando por uma série de adaptações para garantir a manutenção das atividades do Poder Legislativo, dentre elas: a suspensão das atividades presenciais, a adaptação ao teletrabalho, a realização de sessões remotas para votação parlamentar e a criação de Comitê de servidores para prevenção e combate à COVID-19.

O Relatório de Gestão 2020 segue com maestria o caminho já traçado e exitoso, demonstrando que esta Instituição se encontra pronta para vivenciar e enfrentar os cenários futuros, mantendo sempre a firmeza nos pilares de nossa gestão, que possuem como ponto

convergente o aperfeiçoamento parlamentar e a integração social.

O ano de 2020 foi marcado pela realização de eleições municipais, razão pela qual, diante da importância do pleito, elaboramos cartilha com orientações eleitorais para orientar, esclarecer e sanar possíveis questionamentos do eleitor.

Por nossa atuação, os municípios do Estado obtiveram doações de equipamentos de proteção individual no total de 25 mil máscaras cirúrgicas e 141 mil litros de álcool 70%, visando colaborar de forma efetiva no combate à pandemia. Além disso, lançamos importante cartilha com orientações à sociedade e aos servidores em geral sobre a COVID-19 e a importância da manutenção da saúde mental. Atuamos de forma incansável com o único objetivo de proporcionar o devido suporte à sociedade no enfrentamento desse cenário.

Diante dos desafios trazidos, a Diretoria-Geral acompanhou e atuou de forma ainda mais próxima as suas Diretorias nesse período de adequação das atividades dos servidores, a saber: junto à Diretoria de Gestão Tecnológica, buscamos a efetivação do trabalho remoto, tanto pelos servidores quanto pelos Deputados da Casa; à Diretoria de Políticas Complementares, estabelecemos Protocolos urgentes e necessários de Segurança e elaboramos o Plano de Retomada das Atividades; e à Diretoria Administrativa e Financeira, providenciamos o suporte necessário ao desenvolvimento das funções pelos demais órgãos e unidades administrativas da Assembleia.

Faz-se necessário destacar nosso esforço incansável para que, junto ao Comitê de combate à COVID-19, pudéssemos elaborar, de forma rápida e efetiva, o Plano de Retomada, o qual permitiu o retorno ao trabalho presencial dos servidores, garantindo a todos o exercício das funções de modo seguro e mantendo a eficiência de cada setor.

Outro ponto relevante foi termos estabelecido um rígido processo de redução de despesas no ano de 2020, por meio do qual conseguimos atingir o menor nível de comprometimento com a folha de pagamento dos últimos anos.

Deve-se reforçar também a nossa coordenação dos trabalhos de elaboração do Relatório de Gestão, referente ao ano de 2019, e do Planejamento Estratégico 2020/2023, uma vez que, no decorrer de 2020, mantivemos a supervisão, o monitoramento dos trabalhos e a avaliação da Estratégia da ALRN, buscando o fortalecimento da governança e da gestão.

A nossa Casa Legislativa é motivo de orgulho para os Norte-rio-grandenses e para o País, pois vem crescendo, se aprimorando e se estabilizando como Órgão de compromisso, de eficácia, de apoio social, de futuro sólido, e isso graças ao empenho de todos que aqui trabalham e ao nosso compromisso com a eficiência pública. Que venham os anos seguintes, na certeza de que nenhum aprendizado ou sucesso existe por acaso, é fruto de trabalho, de dedicação, de empenho verdadeiro e de um sonho de alguém que, sonhando junto com outro alguém, como dizia Raul Seixas, deixou de ser só um sonho, para se tornar realidade. Que continuemos a sonhar!

Augusto Carlos Garcia de Viveiros  
Diretor-Geral

## Destaques da Gestão



Referência

Planejamento Estratégico da ALRN é referência para outros legislativos do País



Janeiro

O “Horizonte 2023”, como foi denominado o Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN) para o quadriênio 2020-2023, por sua qualidade e relevância, tornou-se um modelo para outros legislativos do País, a exemplo do Maranhão.

Em janeiro de 2020, o documento do Legislativo Potiguar foi apresentado para o Legislativo Maranhense, por meio de videoconferência. Na ocasião, a Casa Legislativa do Maranhão solicitou acesso às informações e à metodologia com as quais o planejamento do Rio Grande do Norte foi desenvolvido.

É importante ressaltar que o Planejamento Estratégico da Casa, que é fundamental para o desenvolvimento da instituição e a valorização dos servidores, foi implementado a partir da gestão do deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), iniciada em 2015.



Democracia

Assembleia Legislativa lança cartilha com orientações eleitorais



Fevereiro

Exemplo do fortalecimento da Democracia realizado diariamente pelo Legislativo Norte-Rio-Grandense, a cartilha eleitoral foi anunciada em janeiro e lançada em fevereiro de 2020. O material contém as normas atualizadas e adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que foram aplicadas no pleito desse ano. A cartilha tanto foi disponibilizada física, quanto digitalmente no endereço eletrônico [www.al.rn.leg.br](http://www.al.rn.leg.br).

O documento com orientações eleitorais foi idealizado e construído pela equipe da Procuradoria-Geral, após reunião com o presidente da Casa. O objetivo foi atender, de forma didática, às demandas de gestores públicos, postulantes a mandatos em 2020, e cidadãos, com detalhes sobre o rito eleitoral.

A cartilha está dividida em capítulos que pontuam situações relevantes para a Legislação Eleitoral e foi socializada por meio de palestras e capacitações realizadas pela Escola da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (EALRN).





Parceria

## Servidores da ALRN discutem implantação do Legis RH em São Paulo



Fevereiro

Outro destaque de gestão em 2020 foi o interesse de diversas assembleias legislativas do País, como a de São Paulo, pelo sistema Legis RH. O Sistema, desenvolvido pela equipe da Diretoria de Gestão Tecnológica (DGT) da ALRN, possibilitou à Casa uma economia de mais de 75% dos gastos em sistemas terceirizados, permitindo a ampliação do investimento em insumos e infraestrutura.

Vencedor do prêmio “Assembleia Cidadã”, conferido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE), no final de 2019, o sistema Legis RH da ALRN se tornou referência nacional, despertando a curiosidade da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), além de outras, como a da Bahia, a do Rio de Janeiro, a de Pernambuco e a de Mato Grosso.

Por isso, em fevereiro de 2020, uma equipe da ALRN esteve na ALESP por uma semana, a fim de apresentar o sistema e discutir a elaboração do Termo de Cooperação Técnica entre ambos os parlamentos, para possibilitar a implantação do Legis RH em São Paulo.



Prevenção

## Assembleia adota medidas de prevenção ao coronavírus e suspende atividades



Março

Em março de 2020, o surto epidemiológico do Coronavírus chegava oficialmente ao Rio Grande do Norte, e a Assembleia Legislativa do Estado iniciava suas medidas de prevenção à doença.

Dentre as ações, um ato foi publicado pela Mesa Diretora, no dia 14 de março, determinando um conjunto de regras e procedimentos de combate à propagação do vírus na Instituição, em conformidade com as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS).



O documento restringiu o acesso à sede e aos anexos da ALRN a deputados estaduais, servidores, terceirizados e pessoas que tivessem questões urgentes para resolver. Outra recomendação foi a de que os servidores dos prédios que apresentassem sinais da doença ou tivessem circulado em locais com infecção por Coronavírus (COVID-19) fossem temporariamente afastados do exercício de suas atividades, por até 14 dias, a partir do seu regresso ao domicílio.

Ficou determinada, ainda, a suspensão por tempo indeterminado das audiências públicas, sessões solenes, reuniões de comissões, homenagens e eventos coletivos, nas dependências da Casa Legislativa.

Além dessas medidas, a ALRN passou por uma ampla desinfecção, com a participação de trinta técnicos das Forças Armadas do nosso Estado e da Paraíba. Também foi confeccionada uma cartilha para orientar os servidores a minimizarem os impactos do isolamento social, e foi oferecido suporte telefônico para esclarecer dúvidas, além da terapia psicológica virtual e da telemedicina.

Posteriormente, no mês de junho, foi iniciado um censo em saúde para os servidores, previsto no Plano de Retomada das Atividades Presenciais. Na oportunidade, um formulário com perguntas relativas à saúde foi enviado de forma *on-line* para os servidores de todos os setores da ALRN, contribuindo para a progressão do Plano. Os dados colhidos mostraram quais setores tinham mais servidores no grupo de risco, quantas pessoas já tinham imunidade, quantas estavam infectadas, dentre outros, e foram importantes para formar um panorama geral e epidemiológico da Casa.

O Plano de Retomada garantiu – e garante até hoje – a retomada parcial das atividades presenciais forma gradual e segura, respeitados os protocolos de higiene, segurança e logística, bem como o funcionamento dos setores da Casa.



Inovação

Assembleia Legislativa realiza  
primeira sessão remota da história



Abril

Apenas três semanas após o primeiro decreto de fechamento da Casa, o Legislativo Potiguar colocou em prática uma das maiores novidades de sua história: as sessões remotas.

Utilizando uma plataforma de videoconferência, no dia 7 de abril de 2020, os deputados estaduais participaram da primeira Sessão Plenária *on-line* do Parlamento Estadual, a fim de deliberar, discutir e votar projetos de lei importantes, relacionados principalmente com o combate à COVID-19.



O Brasil foi o primeiro país do mundo a fazer votação remota em seus Parlamentos. Na ocasião, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal regulamentaram o Sistema de Deliberação Remota (SDR), e as Assembleias Legislativas seguiram a iniciativa.

A medida foi tomada para dar condições aos Parlamentos de debater e aprovar projetos importantes que auxiliaram no combate à pandemia durante o período de isolamento social, preservando a saúde de todos.

Assim, as sessões remotas só foram possíveis na ALRN devido à implementação do SDR pela Diretoria de Gestão Tecnológica da Casa, além do apoio de outros setores, como o Núcleo de Audiovisual e a Coordenadoria de Relações Públicas.

Antes da implantação do sistema, os deputados passaram por treinamento *on-line* e cadastramento do equipamento para a instalação do aplicativo, desenvolvido internamente pelo Setor de Tecnologia da ALRN, aprovado conforme as regras do Senado Federal.

O Sistema de Deliberação Remota permite o debate e a votação, em vídeo e áudio, entre os parlamentares, e possui requisitos operacionais, funcionando em plataformas de comunicação móvel por aplicativo ou via computadores conectados à *internet*. Com isso, os 24 deputados puderam participar das sessões plenárias por meio de qualquer dispositivo digital, seja *desktop*, *notebook*, *tablet* ou *smartphone*.

Além do SDR, a Diretoria de Gestão Tecnológica desenvolveu o aplicativo com senhas criptografadas e reconhecimento facial, elevando a segurança cibernética e jurídica ao processo legislativo de votação.



Prevenção

### Assembleia cria Comitê de Servidores para prevenção e combate à COVID-19



Maio

No final do mês de maio de 2020, a ALRN criou o Comitê de Servidores para prevenção e combate à COVID-19, composto por representantes das diretorias, gabinetes parlamentares, coordenações e setores, sob o comando da Diretoria de Políticas Complementares.

O objetivo foi coordenar estratégias de atuação da Assembleia Legislativa alinhadas com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), pelo Ministério da Saúde brasileiro e pelas Comissões de Saúde da Casa Legislativa, a fim de minimizar os impactos negativos da pandemia.

O Comitê ainda propôs medidas preventivas para evitar a propagação do novo coronavírus na Casa, sugerindo regras e procedimentos a serem adotados, monitorando a saúde dos servidores e a higienização da sede e dos anexos da ALRN, conforme os protocolos de biossegurança.

Outra atribuição da equipe foi a notificação dos casos de Síndrome Gripal por meio do “eSUS VE”. O comitê também ficou responsável pela divulgação dos protocolos de biossegurança por meio de oficinas, panfletos, *banners*, comunicação via *intranet*, TVs internas, TV Assembleia, *e-mail* e redes sociais do Legislativo do RN.





Avanço

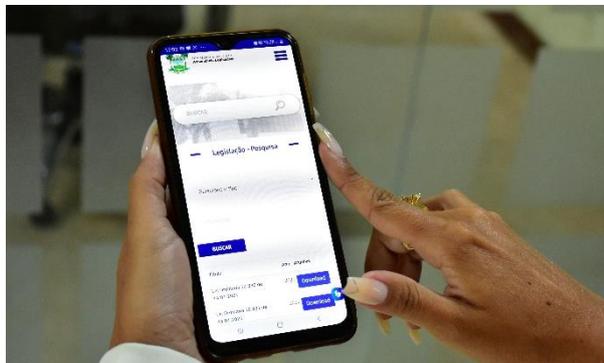
## Ferramenta da AL disponibiliza à população vídeos da produção Legislativa



Junho

Já no final de junho de 2020, a população do Rio Grande do Norte ganhou mais uma ferramenta para acompanhar os trabalhos da Assembleia Legislativa: o “Legis Vídeos”.

Desenvolvido pela equipe de Tecnologia da Informação da ALRN, o sistema passou a disponibilizar os vídeos das sessões, das audiências públicas, das comissões e das demais atividades realizadas no Parlamento. O foco foi garantir ainda mais transparência ao trabalho desenvolvido pelos deputados estaduais.



A nova ferramenta ajudou o Parlamento a prestar contas ao povo sobre o seu trabalho, viabilizando, de forma simples e rápida, o acompanhamento por parte da população das atividades do Legislativo.

O Legis Vídeos é um acesso digital que armazena e disponibiliza todas as sessões, ordinárias, extraordinárias e solenes; audiências públicas; as frentes parlamentares; e as reuniões de comissões. A ferramenta também conta com um recurso de edição, que permite ao cidadão separar e fazer o *download* somente do trecho que tiver interesse. Além disso, a busca é intuitiva, sendo de fácil acesso a qualquer usuário.

Num primeiro momento, foram liberados somente os vídeos referentes às sessões ordinárias e das comissões realizadas de forma remota, na pandemia. Já num segundo momento, foi disponibilizado todo o acervo legislativo anterior, dos últimos dois anos. Os vídeos são disponibilizados em até 24 horas após a atividade.

Para utilizar a ferramenta, basta o usuário acessar o site oficial da Assembleia Legislativa ([www.al.rn.gov.br](http://www.al.rn.gov.br)) e clicar no ícone disponibilizado para direcionar ao Legis Vídeo.



Saúde

ALRN doa 141 mil litros de álcool 70% e 25 mil máscaras cirúrgicas a municípios potiguaros durante pandemia



Julho

Ciente da importância do uso de itens de proteção individual para a mitigação do contágio do novo coronavírus e preocupada com a escassez e falta de acesso a itens como álcool 70% e máscaras nos hospitais da rede pública de saúde do Rio Grande do Norte, a ALRN providenciou a aquisição de 141 mil litros de álcool e 25 mil máscaras para distribuí-los gratuitamente à população e aos profissionais da Saúde e Segurança de todas as regiões do Estado.



Em todas as unidades de saúde beneficiadas, as doações foram bem recebidas, principalmente, pelos profissionais de saúde que relataram dificuldade de comprar os insumos devido à burocracia. A qualidade dos produtos foi algo preponderante.

Além dos hospitais referenciados para o tratamento da COVID-19 em todo o Estado, a Casa Legislativa estendeu a doação aos Batalhões da Polícia Militar, às delegacias e às unidades do Corpo de Bombeiros, beneficiando os policiais que atuam ostensivamente no combate ao crime. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do RN, essa foi a maior doação, em quantidade, já recebida de uma única vez pelo Sistema de Segurança Pública Estadual no período de pandemia.

A Assembleia também garantiu doação de R\$ 2,1 milhões do seu duodécimo para custeio do funcionamento de leitos de UTI do Hospital da Polícia Militar. O aporte financeiro do Poder Legislativo – feito de imediato – só foi possível mediante redução de despesas e suspensão de projetos do Legislativo, em consonância com o cenário na luta pela vida.



Campanha

De forma pioneira, Assembleia lança campanha em ambiente virtual

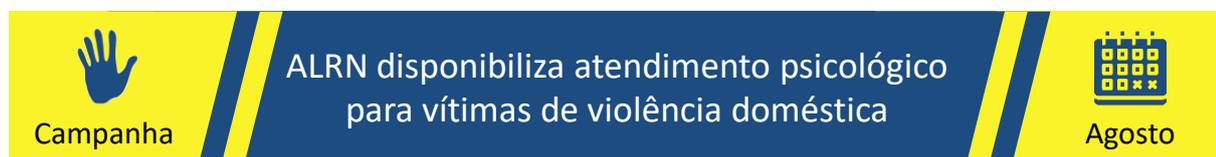


Agosto

Somando-se à preocupação da crescente violência doméstica, a Casa Legislativa lançou a campanha “Violência Doméstica: precisamos dar um basta nisso”. Além do passo importante nesse sentido, o lançamento oficial da campanha aconteceu, de forma inédita, em ambiente virtual.

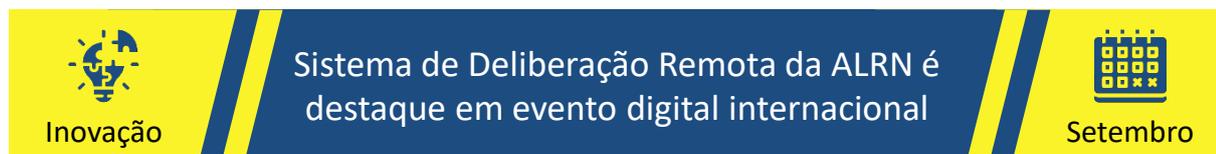
Foi a primeira vez, em sua história, que a ALRN realizou audiência pública no formato *on-line*, para respeitar as medidas de isolamento impostas pela pandemia do coronavírus. A iniciativa tornou-se necessária porque dados apresentados registram que no Rio Grande do Norte a violência doméstica praticada contra mulheres teve aumento de 258%, chegando a 300% nos casos de violência doméstica em geral.

A campanha da Assembleia Legislativa inova também na concepção das peças divulgadas nas televisões, rádios e meios eletrônicos de comunicação. Nas peças publicitárias produzidas pela agência Base Propaganda, o uso de QR Code é destaque, assim como o ciclo de “lives” como estratégia de engajamento para que todos tenham acesso ao conteúdo.



Seguindo as ações da Campanha institucional “Violência Doméstica: precisamos dar um basta nisso”, e em virtude do aumento considerável dos números da violência doméstica durante a pandemia, a ALRN, por meio do Núcleo Biopsicossocial, ofereceu gratuitamente e de forma remota, durante todo o mês de agosto, atendimento psicológico às vítimas e agressores.

Essa foi uma ação muito importante, pois veio suprir uma lacuna encontrada pela população atingida pela violência doméstica. No atendimento remoto, um grupo de psicólogos ofereceu atenção, cuidado, escuta especializada que pôde ser um divisor de águas na vida dessas pessoas.



A Diretoria de Gestão Tecnológica da ALRN apresentou o Sistema de Deliberação Remota (SDR), integrado ao eLegis (Sistema do Processo Legislativo Eletrônico), para 20 Parlamentos de diferentes países e 21 Casas Legislativas brasileiras durante a Semana Internacional da Democracia, em evento digital denominado “Legistech pela democracia – unindo Legislativos e ideias inovadoras”.



O evento objetivou apresentar experiências de Casas Legislativas do Brasil e do mundo, que implementaram projetos de deliberação remota para manter o funcionamento do Poder Legislativo durante a pandemia da COVID-19.

Os dois sistemas, desenvolvidos pela própria Diretoria de Gestão Tecnológica da Assembleia Legislativa do RN, passaram a permitir a votação pelos deputados estaduais de forma remota, contribuindo para a continuidade dos trabalhos legislativos mesmo durante o isolamento social.



Economia

### Assembleia reduz despesas e chega a menor nível de comprometimento com a folha



Setembro

A Assembleia Legislativa conseguiu reduzir ainda mais os custos com as despesas de pessoal. Os números são relativos ao segundo quadrimestre de 2020 e revelam que o Legislativo do RN chegou a 2,09% do seu orçamento com as despesas da folha, cumprindo assim a Lei Complementar Nacional n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Os dados são do demonstrativo de despesas e foram publicados no Diário Eletrônico 515 em 29 de agosto.

Há três limites: o de 2,14%, quando o gestor precisa ficar em alerta; o de 2,26%, o prudencial; e o limite máximo, de 2,38%. O resultado prático do percentual atingido é que o Legislativo Estadual já pode, por exemplo, programar o próximo concurso público para contratação de servidores efetivos, uma vez que, com esse índice, a Casa Legislativa fica livre para providenciar o concurso e todas as ações necessárias relativas à contratação de pessoal.



Inovação

### Sistema de Deliberações Remotas da ALRN é apresentado a casas de SP e SC



Outubro

O Sistema de Deliberação Remota (SDR) da ALRN foi apresentado aos representantes das assembleias de Santa Catarina e de São Paulo, depois que as duas casas legislativas entraram em contato com o Parlamento potiguar em busca de mais informações sobre a ferramenta, considerada pioneira no país. Durante o encontro, servidores da Casa Legislativa mostraram como é o funcionamento do SDR, desenvolvido integralmente pela equipe da Casa.

A explanação inicial sobre a ferramenta ficou a cargo da Diretoria de Gestão Tecnológica, que mostrou como o SDR tem facilitado todo o processo legislativo, desde a formulação das proposições pelos parlamentares até as deliberações em plenário.

O *tablet* utilizado pelos deputados é a ferramenta necessária para a participação em todas as atividades em plenário, quer eles estejam presentes ou não no Palácio José Augusto. Explicou também como foi realizado o treinamento de parlamentares e assessores para a utilização do sistema.

O fato de a ferramenta ter sido desenvolvida 100% pela equipe da ALRN, sem a contratação de qualquer empresa terceirizada, surpreendeu positivamente os participantes dos demais estados, que enaltecem a iniciativa e elogiaram a funcionalidade do sistema.



Campanha

Live destaca importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama



Outubro

A Frente Parlamentar da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, presidida pela deputada estadual Cristiane Dantas (SDD), realizou a *live* “Outubro Rosa 2020 - Campanha de Prevenção do Câncer de Mama” com transmissão pela *internet* e pela TV Assembleia.

A mobilização desse ano aconteceu de uma forma diferente, por causa da pandemia. Mas a mensagem de que o exame precoce ainda é o mais eficaz para combater o câncer de mama foi reforçada. Diversas instituições participaram remotamente do evento e apresentaram contribuições pertinentes ao tema.



Gestão

Índice de satisfação do servidor da Assembleia Legislativa aproxima-se dos 90%



Novembro

O Núcleo de Treinamento, Capacitação e Avaliação de Desempenho da Assembleia Legislativa desenvolveu pesquisa de clima organizacional, envolvendo todos os setores da Casa Legislativa, que aponta para uma média de 86,2% do nível de satisfação dos servidores da Instituição. O levantamento oferece diagnóstico, análises e sugestões; aumento de produtividade; e adoção de políticas internas, num ambiente plenamente favorável e com engajamento dos servidores.

Com o resultado, a expectativa da gestão é de que a equipe possa tirar o melhor proveito dessa ferramenta que busca a resolutividade das ações na gestão de recursos humanos, dentre outras. A conclusão do trabalho foi apresentada aos diretores e coordenadores da Assembleia, por videoconferência, em razão da pandemia.

A pesquisa foi realizada, no segundo semestre de 2019, com 482 servidores da área administrativa a fim de ouvir a opinião de cada um em diversas dimensões, registrando os seguintes resultados de satisfação: Desenvolvimento Profissional: 82,1%; Comunicação no Ambiente de Trabalho: 84,9%; Relacionamento Interpessoal: 90,3%; Condições de Trabalho: 84,3%; Identidade e Imagem Institucional: 89,1%; Gestão e Planejamento do Trabalho: 82,9%; Liderança: 86,4%; e Compromisso com o Trabalho: 89,5%.



Gestão

### Comitê Gestor Orçamentário avalia Plano de Contratações Anual



Dezembro

O Comitê Gestor Orçamentário deu continuidade à implementação da Governança no âmbito da ALRN. Na oportunidade, foi apresentado ao Comitê a proposta do Plano de Contratações Anual e a sua compatibilização com a previsão orçamentária para o exercício financeiro de 2021.

O Plano de Contratações Anual é uma meta prevista no Plano Estratégico Institucional, "Horizonte-2023", que objetiva promover o aperfeiçoamento na aplicação dos recursos financeiros, bem como buscar excelência na gestão de custos operacionais, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para o atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Casa Legislativa.



Gestão

### Gestão de Pessoas usa tecnologia para otimizar atendimentos na pandemia



Dezembro

A suspensão de serviços presenciais, na ALRN, não impediu que o atendimento da Coordenadoria de Gestão de Pessoas transcorresse durante o período de pandemia.

O serviço de resolução de demandas, que já ocorria por meio de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas, foi ampliado e chegou a atender mais de 40 funcionários por dia. Com isso, os servidores tiveram como encaminhar documentações, receber comprovantes, notificações, e o trabalho da Coordenadoria de Gestão de Pessoas pôde transcorrer sem prejuízos.

O serviço já funcionava antes da pandemia e precisou ser ampliado desde março, com a suspensão das atividades presenciais na Casa Legislativa. Quando os serviços voltarem à normalidade, no entanto, a ferramenta continuará sendo utilizada para facilitar a vida dos servidores.

## Resultados das Unidades Administrativas



Dada a situação pandêmica vivenciada, foi necessário readequar o planejamento dos programas, projetos e ações, pelas unidades administrativas que compõem a alta administração. Os ajustes realizados desdobraram-se nas unidades subordinadas que se dedicaram, primeiramente, para manter o funcionamento dos serviços básicos que possibilitaram à ALRN continuar cumprindo sua missão.



Posteriormente, objetivou-se ampliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades readequadas e que foram implantadas intempestivamente, buscando atingir o nível de atuação e de proximidade à sociedade que são conhecidos pela população norte-rio-grandense.

## Presidência



A Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte é a unidade que a representa institucionalmente. Ela tem como unidades administrativas subordinadas o Gabinete da Presidência e a Diretoria-Geral da Presidência.

### Gabinete da Presidência



Ao Gabinete da Presidência compete o assessoramento do Presidente no exercício de suas funções, assim como na preparação dos expedientes necessários para a realização de suas atribuições.

### Diretoria-Geral da Presidência



À Diretoria-Geral da Presidência compete a direção, a coordenação, o planejamento e a orientação das atividades das demais unidades a ela subordinadas – Gabinete da Diretoria-Geral da Presidência, Escola da Assembleia, Diretoria de Comunicação Institucional, Diretoria de Representação Institucional, Gabinete de Segurança Institucional e Coordenadoria de Relações Públicas –, de acordo com as diretrizes emanadas pela Mesa.



Caracteriza-se, assim, por atuar como atividade-meio, na qual se limita a fornecer suporte de assessoramento adequado ao desenvolvimento do modelo de gestão implantado pelo Chefe do Poder Legislativo, oferecendo subsídios para o desenvolvimento da atividade finalística desta Casa, que tem como missão: representar a sociedade potiguar, promovendo o estado democrático de direito em consonância com os interesses da população.

### Gabinete da Diretoria-Geral da Presidência



Responsável por assistir direta e imediatamente a Diretoria-Geral da Presidência, o Gabinete dessa unidade desenvolveu as seguintes ações:

- assessoramento a reuniões e eventos institucionais promovidos pela Presidência da ALRN, oferecendo suporte operacional às reuniões que foram acompanhadas, conjuntamente, com a assessoria direta do Gabinete Parlamentar da Presidência e da Diretoria de Representação Institucional;
- elaboração de documentos de modo a motivar contratações de compras ou serviços, expedindo memorandos, ofícios e despachos aos órgãos administrativos internos, bem como encaminhamentos de expedientes aos órgãos vinculados à atividade parlamentar;
- monitoramento e encaminhamento de processos instaurados e autorizados, decorrentes dos memorandos expedidos pela Escola da Assembleia, junto às áreas finalísticas competentes, destacando-se os processos de docências e as contratações de serviços de apoio estrutural aos cursos ofertados pela referida unidade;
- formalização das convocações oficiais motivadas pelo Chefe do Poder Legislativo, por meio digital e supervisionadas pela Diretoria Legislativa, das convocações oficiais ao Parlamento, bem como das reuniões com o Colegiado de Líderes das Bancadas e das reuniões com a Mesa Diretora;
- auxílio ao Parlamento durante a realização das sessões ordinárias e extraordinárias, exercendo tarefas de secretariado executivo e efetivando a comunicação com os gabinetes parlamentares e assessores legislativos, quando acionado pelo Presidente e pela Diretoria Legislativa; e
- secretariado da instauração das sessões ordinárias remotas, junto aos assessores do Gabinete Parlamentar da Presidência, desempenhando suporte de secretariado executivo em ambiente virtual.

### Escola da Assembleia



A Escola da Assembleia do Rio Grande do Norte (EALRN) tem como objetivo oferecer o suporte conceitual de natureza técnico-administrativa às atividades do Poder Legislativo e de qualificação e capacitação profissional permanente aos servidores da Assembleia Legislativa, assim como incentivar o aperfeiçoamento cultural, educacional e científico de toda a sociedade, visando ao fortalecimento e à ampliação de sua capacidade intelectual.



Buscando cumprir suas atribuições, a unidade iniciou o ano letivo realizando o 1º Encontro de Representantes das Escolas Legislativas do Rio Grande do Norte. Contudo, o cenário pandêmico instalado resultou na interrupção de todas as ações planejadas, visto que o ensino e as atividades de apoio administrativo sempre ocorreram de modo presencial.



Diante disso, novas estratégias e adaptações foram implementadas para prosseguir com a oferta dos serviços educacionais, o que foi alcançado. Todos eles tiveram como núcleo central o formato virtual de ensino. Essas estratégias, as atividades e os projetos realizados são apresentados na área específica Gestão de Capacitações e Qualificações.

### Diretoria de Comunicação Institucional



A comunicação e a transparência na Gestão Pública viabilizam a maior participação da sociedade na gestão e fiscalização da aplicação dos recursos públicos e deve ter ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público.



Nesse sentido, a Diretoria de Comunicação Institucional, a partir de planejamento prévio que resultou na elaboração do Plano de Comunicação de 2020, atuou na execução de atividades com essa finalidade, utilizando-se dos diversos meios de comunicação como o rádio, a televisão, os jornais impressos, os *blogs*, os portais de notícias e as redes sociais.



As referidas atividades incluem a cobertura dos discursos, o envio de material informativo, a publicação de reportagens no *Site* e na TV Institucional, e de fotos dos deputados estaduais presentes nas sessões, a cobertura de redes sociais (em tempo real e na *timeline*), e o desenvolvimento de cadernos especiais e de publicidade.



Objetivando a elaboração desses produtos informacionais, os profissionais envolvidos atuam em sessões ordinárias, sessões solenes, audiências públicas, reuniões na Presidência e nas Comissões. Eles também se fazem presentes em atividades de acompanhamento externo, caso das audiências públicas realizadas no interior, nos eventos em que deputados estaduais e servidores participam, e nos diversos projetos da Casa Legislativa.



Esses profissionais atuam ainda junto à assessoria dos deputados estaduais, realizando entrevistas com eles, enviando os produtos dessas entrevistas para o rádio e a televisão, divulgando o material das assessorias, publicando no *site* e nas redes sociais e enviando para a imprensa.



Esta Diretoria também é responsável por prover as condições para as atividades da imprensa no prédio sede da ALRN ao disponibilizar acesso à *Internet*, dispor espaço para jornalistas na antessala do Plenário (quando nas sessões híbridas e votações), fazer a integração do Comitê de Imprensa, fornecer informações e encaminhar os profissionais para as entrevistas.



Durante o ano de 2020, resultado do trabalho desta Diretoria, a ALRN foi destaque na imprensa e na sociedade com as diversas ações ressaltadas na seção “Destques da Gestão”, apresentada anteriormente.



Com a implantação do Sistema de Deliberação Remota, a unidade voltou a atuar nas sessões plenárias e nas comissões, divulgando as atividades parlamentares. Foram meses de destaque para a aprovação de matérias que tratam do remanejamento de recursos do Executivo, da Reforma da Previdência, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ainda do aprimoramento da lei geral das micro e pequenas empresas, um marco para mais de 200 mil empreendedores no Rio Grande do Norte.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Divulgação do novo Portal da Transparência, respeitando a Lei de Acesso à Informação (LAI).	Ampliação da transparência e da comunicação, possibilitando a consulta pela sociedade aos dados referentes a despesas, receitas, pessoal e contratos firmados pela ALRN.
Ampliação da TV Institucional com uso de vídeos exibidos pela TV Assembleia.	Exibição de vídeos ao vivo em monitores instalados nos principais corredores de acesso aos ambientes da Casa, tanto na sede quanto em seus anexos.
Reuniões e encaminhamento de notas sobre questões decisivas de prevenção e gerenciamento de crise.	Gestão e zelo pela imagem da ALRN e dos deputados estaduais.
Acompanhamento da atualização do site institucional da ALRN ( <a href="http://www.al.rn.leg.br">www.al.rn.leg.br</a> ) e das redes sociais.	Ampliação do conjunto de canais de comunicação, incluindo as seções do Diário Oficial, Transparência, Planejamento Estratégico, Gestão e Redes Sociais.
	Promoção de visibilidade das atividades diárias da ALRN e dos parlamentares, além da transmissão das ações através do link da TV Assembleia.
Implementação de novas estratégias de comunicação.	Ampliação dos canais de comunicação para a sociedade, contando com o apoio da Associação Brasileira de Televisores e Rádios Legislativos (Astral) e da Rede Legislativa Nacional.
Disseminação de Boletim Informativo por aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas, com fotos e vídeos.	Disponibilização do resumo da semana do Plenário para quatro listas de transmissão: servidores, imprensa, público externo e deputados estaduais.
Participação na elaboração do projeto de transmissão das sessões em rádio FM.	Convênio em andamento.
Divulgação da Campanha institucional “Violência Doméstica. Precisamos dar um basta nisso.”.	Ampla alcance social da campanha e reconhecimento por órgãos da justiça por facilitar o acesso aos canais de informação e proteção, contribuindo para a consciência de que é melhor denunciar e para o aumento em 300% no número de registros.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Divulgação no site e envio através de e-mail para imprensa com média de 09 releases/dia.	Resultando numa análise quantitativa 47.204 cm/col perfazendo uma economia de investimento de R\$ 2.928.513,60. E, em uma análise qualitativa, demonstra uma presença de notícias 95% positivas e 5% negativas ao longo de 2020.
Divulgação da Cartilha com orientações eleitorais.	Fonte de informação com orientações eleitorais para gestores públicos, postulantes a mandatos em 2020 e cidadãos, com detalhes sobre o rito eleitoral.
Projeto Setembro Cidadão.	Ações para promoção da cidadania na rede de ensino do Estado, ratificando o pioneiro do ente federativo ao dispor de lei estadual que insere o ensino de cidadania como disciplina. As ações, a longo prazo, agregam princípios e valores de uma formação mais cidadã. Educação e Cidadania foram temas abordados em <i>lives</i> da ALRN no Setembro Cidadão.
Produção anual da Revista da Assembleia.	Elaboração de produto editorial, dentro das práticas da boa governança corporativa, que assegura equidade entre os deputados estaduais, transparência, prestação de contas e representatividade dos administradores pelos resultados.
Produção mensal de cadernos especiais.	Elaboração de produto editorial que presta contas e promove transparência das atividades parlamentar e administrativa da ALRN, sendo encartados em jornais de grande circulação.
Cooperação na produção da Cartilha da Procuradoria.	Produto normativo a ser utilizado pelos servidores da unidade.
Cooperação na produção do Manual do Servidor.	Atualização gráfica e de conteúdo do produto informativo “Manual do Servidor”, destinado ao servidor da ALRN, resultando em um visual mais moderno que facilita a leitura e a absorção das informações.
Criação, produção e divulgação dos calendários acadêmicos semestrais da EALRN.	Produto informativo atrativo, impresso e digital, que divulga as atividades educacionais e as novidades da EALRN para a ALRN, as instituições parceiras e a sociedade.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Ação comunicativa da premiação em 1º lugar em gestão conferido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE).	Compartilhamento com a sociedade do êxito da gestão da ALRN.
Ação comunicativa da apresentação do Sistema de Deliberação Remota (SDR).	Compartilhamento com a sociedade da adoção do SDR pela Assembleia Legislativa de São Paulo.
Ação comunicativa para destacar a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama.	Live realizada para alertar a comunidade da importância de manter a prevenção ao câncer de mama.
Produção de projeto gráfico de capa e contracapa do Relatório de Diagnóstico de Clima Organizacional da ALRN.	Inclusão dos itens desenvolvidos no Relatório, conferindo a ele um visual moderno e atrativo.
Cooperação na produção do Manual Informativo (Sistema de acompanhamento e análise das verbas indenizatórias dos gabinetes parlamentares).	Projeto gráfico do Manual Informativo, voltado para os gabinetes, com diagramação que facilita a leitura, absorção e conferência de informações no dia-a-dia.
Produção do Boletim Eletrônico.	Elaboração, em cooperação com a Diretoria Legislativa, Diretoria-Geral e gabinetes dos deputados estaduais, do informativo em dias úteis e convocações extraordinárias.

## Enfrentando a pandemia



Diante do cenário pandêmico, novas ações foram realizadas que promoveram, na imprensa, a ALRN como o primeiro poder constituído a adotar medidas restritivas no combate ao coronavírus: com a substituição do trabalho presencial pelo teletrabalho; com a doação de mais de 141 mil litros de álcool em gel e mais de 25 mil máscaras, além do aporte financeiro de R\$ 2 milhões para o funcionamento dos leitos de UTI do Hospital da Polícia Militar e a aprovação de decretos municipais de calamidade pública e matérias legislativas.



Através do Sistema de Deliberação Remota, a ALRN voltou às sessões plenárias e as atividades das comissões, amplamente divulgado em mais de 4.000 inserções na imprensa com uso de sistemas para acesso e controles de processos, gerenciamento, planejamento e andamento das atividades parlamentares e administrativas.

Ações	Efetividade
Comunicação sobre suspensão/retorno de atividades.	Encaminhamento na lista de transmissão dos comunicados sobre suspensão/retorno de atividades para os servidores da ALRN.
Reforço da comunicação em período de pandemia com material educativo.	Produção de 32 vídeos.
Acompanhamento e divulgação de entrega de EPI's na capital e interior do Estado.	Promoção da transparência através da divulgação do quantitativo, municípios e unidades de saúde que receberam máscaras e álcool a 70%.
Desenvolvimento de VT "Obrigado - Uma homenagem da Assembleia RN a todos que estão na linha de frente contra o coronavírus".	Agradecimento a todos que estão na linha de frente contra o coronavírus.
Desenvolvimento de cartilhas.	Produção, em parceria com o Programa de Qualidade de Vida e Saúde e a Coordenadoria de Gestão de Pessoas, de cartilha que destaca as medidas da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a COVID-19 e a saúde mental. O material é voltado especialmente aos servidores e foi disponibilizado pelas redes sociais, também nos grupos das unidades setoriais da ALRN e enviado por e-mail aos servidores.
	Produção, em parceria com a Diretoria de Políticas Complementares, de cartilha para orientar os servidores na retomada ao trabalho presencial.
Integração da Diretoria de Comunicação com a Assessoria de Planejamento da ALRN.	Manutenção dos grupos em atividades e atualizados das rotinas do Horizonte 2023.

Ações	Efetividade
Participação no Comitê de Servidores para prevenção e combate à COVID-19.	Ações de mitigação, fluxo de servidores, orientações, serviços online de saúde, controle de acessos, protocolos e campanhas informativas internas.
Disponibilização de vídeos para a sociedade.	Em virtude da pandemia, a Diretoria de Comunicação e a TV Assembleia disponibilizaram discursos, sessões e entrevistas com deputados estaduais no E-Legis Vídeos para compartilhamento em redes sociais e emissoras de televisão.
Ação de divulgação do Sistema de Deliberação Remota.	Ação de divulgação mostrando a participação da Diretoria de Gestão Tecnológica e expondo a integração do Sistema de Deliberação Remota para 20 parlamentos de diferentes países e 21 casas legislativas brasileiras.
Sessão de Conteúdo “Todos contra o COVID-19” nas redes sociais da ALRN.	26 postagens com dicas de prevenção, esclarecimentos e informações sobre a pandemia, ensinando e esclarecendo a população sobre os cuidados necessários no enfrentamento ao coronavírus.
Sessão de Conteúdo “Ações dos deputados no Combate à COVID-19” nas redes sociais da ALRN.	31 postagens sobre as ações parlamentares de enfrentamento à COVID-19.
Campanha de Combate à Violência Doméstica.	Elaboração de campanha de combate à violência doméstica que aumentou consideravelmente durante a pandemia. Foram 34 publicações relativas à campanha.
Cards informativos sobre Pandemia para circuito interno no retorno do trabalho remoto.	Adaptação de cards desenvolvidos para redes sociais para veiculação no circuito interno de TV, conscientizando servidores sobre cuidados no retorno ao trabalho híbrido/presencial.

### Diretoria de Representação Institucional



As atribuições essenciais desta unidade estão relacionadas ao assessoramento da Presidência e das Relações Institucionais. Decorrentes delas, apresentam-se a seguir as ações realizadas, assim como as efetividades delas.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Manutenção de relatórios, pesquisas na <i>internet</i> , <i>blogs</i> , jornais nacionais e estaduais, revistas e periódicos, de matérias de interesse da população, dos Parlamentares e da Presidência da ALRN.	Sugestão e acompanhamento de projetos de interesse da ALRN e da população.
Realização de reuniões <i>on-line</i> com a Casa Civil e as Secretarias do Governo do Estado, Tribunal de Justiça, Ministério Público e demais órgãos públicos.	Aprimoramento do relacionamento externo da ALRN com os demais Poderes em prol da população.
Comunicação permanente com servidores dos Poderes Executivo e Judiciário.	Estreitamento de relações com instituições e organizações locais.
Assessoramento, por determinação da Presidência, de instituições e organizações nacionais, com prestação de contas a ela.	Apoio logístico, material e intelectual, ordenado pela Presidência da ALRN, a instituições e organizações.
Promoção e acompanhamento de políticas e acordos de integração com Estados da Federação.	Implementação de políticas de sucesso de outros estados no Rio Grande do Norte, bem como o fornecimento de subsídios àqueles, quando solicitado.
Promoção de relações institucionais com entidades representativas da sociedade civil.	Relacionamento permanente com entidades da sociedade civil para recebimento das demandas e retorno das solicitações a essas entidades.
Consolidação de informações acerca da tramitação de proposições na ALRN, articuladas com as Comissões Parlamentares e órgãos da administração pública estadual.	Manutenção de relatórios permanentes, participação de reuniões das Comissões Parlamentares, reuniões em órgãos da administração pública estadual.
Relações institucionais, no contexto político, com órgãos públicos municipais, estaduais e federais.	Troca permanente de informações de interesse público e apoio institucional na prática de políticas públicas.
Atendimento remoto a Prefeitos e Secretários municipais para tratar de assuntos de interesse das populações locais.	Acompanhamento de políticas e acordos de integração com os Municípios do RN.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Acompanhamento dos convênios realizados entre a EALRN e os Legislativos Municipais.	Acompanhamento de políticas e acordos de integração com os Municípios do RN.
Acompanhamento e articulação da implementação de canais de interlocução da ALRN com o Governo e a sociedade civil em torno dos projetos de interesse do estado e dos municípios.	Visitas e reuniões à Casa Civil do Governo do Estado, Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN, Federação das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte – FECAM.
Coordenação/viabilização de audiências da Presidência e dos Deputados com autoridades e delegações estrangeiras, de forma integrada com a Coordenadoria de Relações Públicas.	Audiência da Presidência da ALRN com o Embaixador de Israel no Brasil.
Monitoramento e organização de relatórios de projetos indicados pela Presidência.	Sugestão e acompanhamento de projetos de interesse do Gabinete da Presidência.
Organização e assessoramento de viagens e missões nacionais dos Deputados.	Acompanhamento de Deputados em viagens oficiais.
Apoio logístico e de comunicação ao estreitamento de relações com instituições, organizações locais e outros Poderes.	Fornecimento de legislação e dados a órgãos públicos, Poderes e instituições, quando solicitados por esses.
Organização, em parceria com a Coordenadoria de Relações Públicas (CRP), de eventos e cerimonial.	Organização e recepção do Embaixador de Israel no Brasil.
Assistência na execução de sessões solenes e audiências públicas.	Cooperação no projeto e execução das sessões solenes e audiências públicas realizadas na Casa, com a devida assistência e colaboração com os setores envolvidos, como Assessoria de Comunicação e CRP.
Atendimento ao público e busca por solução aos anseios dos munícipes.	Mediante recebimento de solicitações de melhorias para os municípios do Estado, levantamos a possibilidade de realizar proposições à Mesa Diretora e demais autoridades competentes.
Recebimento de convites para Representação da Assembleia Legislativa.	Recebimento de convites de ordem Nacional e Federal e designação de Deputados para representar a Casa em eventos externos.

### Coordenadoria de Relações Públicas



A Coordenadoria de Relações Públicas é a unidade responsável em planejar, orientar, coordenar, supervisionar e apoiar a realização de eventos e solenidades de caráter institucional, de forma integrada com outras unidades, orientando as ações cerimoniais e protocolares da instituição, recepcionando as autoridades nas sessões, audiências públicas e outras congêneres.



Essa unidade, com a suspensão das atividades presenciais decorrentes da pandemia da COVID-19, decretada pelo Ato da Mesa Diretora n.º 338/2020, publicado no Diário Oficial do dia 14 de março de 2020, teve suas ações prejudicadas no exercício de 2020.



Dentre os programas, projetos e ações programados para o referido exercício, foram realizadas, de forma presencial, as seguintes ações:

- sessão solene de instalação dos trabalhos da 2ª sessão legislativa da 62ª Legislatura;
- feirinha de Artesanato;
- título de Cidadão Norte-rio-grandense ao Senhor Marcos Félix da Costa Júnior;
- sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher;
- roda de conversa em comemoração ao Dia Internacional das Mulher;
- palestra “pioneirismo e protagonismo da mulher potiguar na política”;
- dia da beleza (evento incluso nas comemorações do Dia Internacional da Mulher);
- recepção e assessoramento do cerimonial à visita do Comandante do Comando Aéreo Nordeste (Comar), o Brigadeiro de Ar, César Faria Guimarães, ao Presidente da ALRN;
- recepção e assessoramento na reunião do Presidente da ALRN, com a diretora pedagógica do Centro de Educação Integrada Romualdo Galvão, Dra. Cristine Rosado, e o presidente do Sindicato das Escolas Particulares do RN, Sr. Alexandre Marinho;
- reunião da Presidência com o diretor-superintendente do SEBRAE, Zeca Melo, e os senhores representantes das Entidades do RN;
- recepção e condução dos deputados estaduais, nas solenidades em Mossoró e Ipanguaçu com a presença do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante visita ao Rio Grande do Norte;
- recepção e assessoramento na reunião do Presidente da ALRN com o Secretário Estadual de Tributação, Sr. Carlos Eduardo Xavier;
- recepção e assessoramento na reunião do Presidente da ALRN com o Secretário Estadual de Segurança do RN, Coronel Araújo, e a Delegada-Geral de Polícia Civil do RN, Ana Cláudia;
- recepção e assessoramento na reunião dos deputados estaduais e os representantes das entidades em favor das pequenas empresas;
- recepção e assessoramento ao Presidente da ALRN por ocasião da visita do Superintendente da Funasa no RN, Pablo Tatim;
- recepção e assessoramento ao Ato Ecumênico Virtual em Ação de Graças; e,
- entrega da Placa do Parlamentar do Ano ao Deputado Kleber Rodrigues.

## Enfrentando a pandemia



Objetivando minimizar os efeitos da suspensão das atividades presenciais, esta Coordenadoria readequou alguns programas para o formato virtual. Desse modo, foram possíveis a realização das seguintes ações no ambiente digital:

- lançamento virtual da Campanha “Violência Doméstica: precisamos dar um basta nisso”;
- lançamento virtual do Setembro Dourado – mês de conscientização sobre o câncer infanto-juvenil, em videoconferência;
- *live*, em videoconferência, de lançamento da Campanha Outubro Rosa; e,
- *live*, em videoconferência, comemorativa ao Dia do Cerimonialista.

## Ouvidoria



A Ouvidoria da ALRN, nos termos do disposto na Resolução n.º 090/2017, regulamentada pelo Ato da Mesa n.º 2298/2018, publicado no DOE, em 27/9/2018, apresenta-se como um canal de comunicação direta entre a sociedade e o Legislativo Estadual, espaço destinado à participação e ao controle social, recebe as manifestações dos cidadãos para viabilizar o retorno devido, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.



Objetivando desempenhar suas atribuições, a unidade envolveu seus servidores nas seguintes capacitações: “Práticas em ouvidorias: descomplicando o tratamento de denúncias”, promovido pela Ouvidoria-Geral da União; “IV Seminário Goiano da Rede de Ouvidorias: Ouvidorias no contexto da pandemia – Experiências e desafios”; “Seminário Ouvidoria em Tempos de Pandemia”, promovido pela Controladoria-Geral da União; e “Novas Estratégias de Liderança no Período Pós Pandêmico”.



Além disso, a Ouvidoria participou de diversas reuniões virtuais, a saber: reuniões regulares da equipe; “Ouvidorias em Rede do Rio Grande do Norte”; e Fórum de Ouvidorias do Estado da Paraíba – FOPO/PB”.

## Controladoria



Antes de detalhar as atividades realizadas e os processos analisados no ano base 2020 por esta Controladoria, faz-se imprescindível ressaltar que, em razão das mudanças conceituais e estruturais pelas quais a antiga unidade de controle interno da ALRN perpassou, o Ato da Mesa n.º 1951, publicado no DOE da Casa, em 5 de junho 2019 (edição 220 – Ano II), trouxe novas disposições sobre a tramitação obrigatória de processos administrativos para a Controladoria.



Com a extinção da Comissão de Controle Interno e aliado à necessidade de garantia da independência operacional da recém criada Controladoria, o referido Ato passou a regular a remessa de processos para análise pela Controladoria, determinando ser examinados, independentemente de qualquer manifestação, exclusivamente, aqueles referentes à admissão e aposentadoria de servidores efetivos desta Casa; à comprovação da despesa pública orçamentária realizada pelo regime de adiantamento; e aos relatórios de gestão fiscal.



Nesse contexto apresentado de novos horizontes a serem trilhados por esta Controladoria e diante das dificuldades práticas vivenciadas com a pandemia do COVID-19, a Controladoria realizou atividades atinentes à organização administrativa interna da unidade.



Em trabalho conjunto das Inspetorias que integram a Controladoria – de Gestão de Pessoas; de Finanças, Orçamento e Contabilidade; de Controle Externo; de Gestão Tecnológica; de Compras, Licitações e Contratos; de Acompanhamento e Análise das Verbas Indenizatórias dos Gabinetes Parlamentares; e de Controle Patrimonial e Almoxarifado – foi elaborado o Código de Ética desta Unidade, assim como o mapeamento de parte dos processos existentes na Controladoria, tais como o de elaboração do Plano Anual, o de elaboração do Relatório Semestral e o de Auditoria Interna.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Análise da concessão de suprimentos de fundos.	Garantia da utilização dos recursos públicos de forma transparente, eficiente, eficaz e em conformidade com a legislação.
Análise da prestação de contas dos suprimentos de fundos concedidos.	Todos os processos, cujas diligências foram atendidas no ano base, foram aprovados. Garantia da utilização dos recursos públicos de forma transparente, eficiente, eficaz e em conformidade com a legislação.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Organização e emissão de parecer do processo de prestação de contas de gestão da ALRN ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) - ano base 2020.	Prestação de Contas concluída e enviada dentro do prazo concedido, atendendo ao que dispõe os textos normativos das Resoluções n.º 012/2016 e n.º 018/2016, do TCE/RN.
Mapeamento dos processos da unidade.	Organização, eficiência e celeridade da tramitação processual na unidade.
Elaboração de Código de Ética próprio.	Quando aprovado, orientará as ações dos profissionais das unidades quanto a normas éticas.
Elaboração do Plano Anual da Controladoria (PAC) 2021.	Remetido para análise da Mesa Diretora dentro do exercício. Quando aprovado, orientará as ações a serem realizadas pela Controladoria.

## Enfrentando a pandemia



O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, a qual afetou deveras não somente a saúde física e mental dos cidadãos, mas também as suas Instituições, que tiveram de criar novas formas de execução dos trabalhos e adaptar práticas já existentes, de modo a viabilizar que, pelo menos, parte das atividades fossem realizadas de forma remota, pois o distanciamento social passou a ser medida necessária para impedir ou, pelo menos, reduzir a transmissibilidade do *Coronavírus Disease-2019*.



Considerando as limitações para a realização das atividades de auditorias internas, a Controladoria ateve-se aos trabalhos de organização administrativa interior e ao Levantamento para Análise Técnica acerca do trabalho remoto, nas unidades administrativas da Casa, durante o período de suspensão das atividades presenciais.



Os trabalhos que seriam desenvolvidos como desdobramento do PAC 2020 restaram afetados tanto pela inacessibilidade remota, o caso das ferramentas necessárias aos objetos auditáveis, quanto pela prejudicialidade na análise e aprovação do Plano Anual pela Mesa Diretora da Casa, o que inviabilizou qualquer ação do órgão no campo da auditoria interna.

## Procuradoria-Geral



A Procuradoria-Geral é o órgão máximo responsável pelo assessoramento jurídico, consultoria e representação judicial e extrajudicial da ALRN, organizada em carreira, dirigida e supervisionada pelo Procurador-Geral, sendo composta pelo Gabinete da Procuradoria-Geral, pelo Colégio da Procuradoria e pelas Procuradorias Administrativa, Legislativa e Previdenciária.



Compete à Procuradoria-Geral agir, diretamente ou por intermédio das unidades que a integram, na defesa de suas prerrogativas institucionais e na observância das funções constitucionalmente previstas ao Poder Legislativo, amparando seus pronunciamentos na legalidade, na jurisprudência e na doutrina que militam em favor do interesse público, visando, enfim, à harmonia de entendimentos na Casa Legislativa.



Em 2020, a unidade, incluindo suas Divisões, atuou, simultaneamente, na análise de processos administrativos, judiciais e legislativos, como também no exercício de atividades diversas: pesquisas, estudos, debates, consultas, atendimentos, instruções e outras diligências de acompanhamento processual.



Mesmo sendo este um ano marcado pelas dificuldades inerentes ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, o que trouxe novos desafios com relação às atividades desenvolvidas, sobretudo porque os processos administrativos que tramitam nesta Casa são ainda na modalidade física, o que inviabilizava a execução de boa parte das tarefas de forma remota, a Procuradoria-Geral desenvolveu as atividades dentro dos prazos administrativos estabelecidos, colaborando com o andamento célere dos serviços administrativos da Instituição e sem prejudicar os pleitos solicitados.



Ademais, a pandemia também trouxe a necessidade de contínua atualização e estudo acerca das normas aplicáveis aos processos postos à apreciação desta Procuradoria, visto que o ano de 2020 foi marcado pelas inovações legislativas, moldação de entendimentos doutrinários e jurisprudenciais e adaptações em todas as esferas da sociedade, em nível público e privado, especialmente as legislações que dispuseram sobre as medidas para enfrentamento de emergência na saúde pública, e a que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2. Além disso, a reforma da previdência, cujas regras de transição entraram em vigor no final de 2019, tiveram seus reflexos em 2020.



A Procuradoria-Geral foi instada a se manifestar 461 vezes em processos administrativos, sendo 170 análises referentes a requerimentos funcionais; 54 análises tocantes a questões previdenciárias, além de variadas consultas respondidas e diligências realizadas aos mais diversos setores da Casa. Tal trabalho resultou na elaboração de 364 despachos numerados, 70 pareceres numerados e 2 pareceres substitutivos, além de 25 despachos não numerados.



Com relação aos Processos Judiciais, sob a responsabilidade desta Procuradoria, totalizaram 62 casos. Destes, 14 tramitam perante a primeira instância da justiça estadual do Rio Grande do Norte; 18, no segundo grau da justiça estadual desse Estado; e 27, em tribunais superiores (STJ e STF). Os demais processos restantes se referiram a notificações para resposta exarada por órgãos judiciais.



Com relação a demandas específicas, esta Procuradoria-Geral teve uma participação efetiva na elaboração dos seguintes instrumentos normativos: Atos da Mesa Diretora; Portarias; Cartilha orientadora virtual das eleições 2020; Reformulação do Regimento Interno da ALRN; Anteprojeto e projetos de Resoluções; Editais de convocação e Decretos Legislativos.



Já com relação a demandas diversas, este órgão realizou vários tipos de assessoramento junto a diferentes áreas administrativas, Diretoria-Geral, Mesa Diretora e ao Presidente desta Casa.

### Procuradoria Administrativa



A Procuradoria Administrativa é a unidade responsável pela consultoria e pelo assessoramento jurídico em matéria de direito administrativo. Tem como competência o pronunciamento acerca de toda matéria de natureza administrativa que lhe for encaminhada pelo Procurador-Geral, e outras atribuições por ele determinadas, cabendo-lhe ainda, nos termos da lei, as atividades de consultoria e assessoramento aos diversos setores deste Poder, visando à realização de seus fins institucionais, sendo composta pela Divisão de Licitações e Contratos e pela Divisão de Assuntos Funcionais.



A Divisão de Licitações é a unidade da Procuradoria Administrativa responsável pela consultoria e pelo assessoramento jurídico em matérias relativas a licitações, contratos, convênios e outros ajustes.



O controle das atividades exercidas por essa Divisão foi efetuado por meio de consulta aos Relatórios gerados pelo Sistema de Protocolo da ALRN, bem como pela Planilha de Controle de Tramitação de Processos – documento elaborado pela unidade para o controle e organização processual – e que serviram para o registro de todas as informações referentes aos processos tramitados na Divisão.



Por meio dos controles anteriormente citados, em 2020 tramitaram 684 documentos, destes, 343 se referiram à emissão de pareceres jurídicos relativos a análises de Editais de Licitação, Dispensa, Inexigibilidade e Licitações, Indenizações, Minutas, Contratos e Aditivos, consulta de recursos em processos licitatórios, dentre outros assuntos administrativos.



A instalação da pandemia da COVID-19 refletiu no exercício das atividades, em grande parte, em *home office* e, quando possível, em formato presencial, o que contribuiu de forma decisiva para manutenção das atividades administrativas, especialmente para adequação jurídica dos processos e minimização dos riscos de responsabilidade dos gestores públicos.



A Divisão de Assuntos Funcionais, por sua vez, é responsável pela consultoria e assessoramento jurídico em matérias relacionadas aos direitos e deveres do servidor.



Dentre as competências da referida Divisão, destacam-se a análise de processos administrativos e emissão de parecer em matéria que versar sobre pessoal, pronunciar-se acerca de toda matéria de natureza administrativa, executando atividades atinentes à consultoria e à assessoria jurídica relativas aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.



Apesar do cenário vivenciado em decorrência da pandemia, no ano de 2020, adequando o desenvolvimento das suas atribuições com observância da Resolução n.º 26, de 28 de abril de 2020 – ALRN, a Divisão de Assuntos Funcionais foi responsável pela elaboração de 129 Pareceres Jurídicos relativos aos servidores do Poder Legislativo, dentre os quais podemos destacar: 41 Pareceres relativos à evolução funcional dos servidores na carreira; 20 referentes à Adicional de Qualificação; 24 Pareceres concernentes à licença-prêmio; e 44 Pareceres sobre assuntos diversos, como férias, abono de permanência, averbação de tempo de serviço, entre outros.

### Procuradoria Legislativa



A Procuradoria Legislativa é a unidade responsável pela assistência, pela consultoria e pelo assessoramento jurídico em matéria de processo legislativo e de controle externo.



Em 2020, esta Procuradoria, no cumprimento de suas atribuições de assessoramento, assistência e consultoria jurídica e técnico-legislativa às Comissões Parlamentares, atuou em 374 processos. Além disso, assistiu quando das suas reuniões, às seguintes Comissões desta Casa: Constituição, Justiça e Redação Final (CCJR); Finanças e Fiscalização (CFF); Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Social (CECTDES); Administração, Serviços Públicos, Trabalho (CASPTSP); Consumidor, Meio Ambiente e Interior (CDCMAI) e Consumidor e dos Direitos Humanos e Cidadania (CDDHC).



Mesmo com as dificuldades decorrentes da Pandemia da COVID-19, esta Procuradoria readequou e desenvolveu ações que obtiveram resultados efetivos no exercício de 2020, elencadas a seguir:

- implementação do e-legis;
- implementação de fluxograma;
- aumento da produtividade;
- interação Parlamentar/Assessoria mediante grupo exclusivo por meio de plataforma digital;
- utilização do Sistema SEI facilitando, desse modo, a comunicação com o Poder Executivo Estadual, e
- efetivação do trabalho remoto.



A Divisão de Controle Externo, parte integrante da estrutura da Procuradoria Legislativa, é a unidade responsável pela consultoria e pelo assessoramento técnico-jurídico em matéria de controle externo a cargo do Poder Legislativo.



Essa Divisão, no exercício de 2020, se pronunciou nas matérias submetidas à Comissão de Finanças e Fiscalização, notadamente as leis orçamentárias e de natureza financeira, bem como prestou assessoramento, assistência ou consultoria no exame de 71 processos, dos quais 55 foram efetivamente deliberados.

### Procuradoria Previdenciária



A Procuradoria Previdenciária é a unidade responsável pela consultoria e pelo assessoramento jurídico em matéria previdenciária.



Tendo em vista a necessidade de padronização da instrução dos processos de atos de pessoal, em observância aos princípios constitucionais da eficiência e celeridade processual, emitiram-se pareceres e assessorou-se a Casa Legislativa em matérias afetas à área previdenciária, tanto do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (Ipern) quanto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS (INSS) e do Regime de Previdência Complementar - RPC.



Em 2020, a atuação desta Procuradoria ganhou novo relevo, em razão do ingresso da Emenda Constitucional Estadual n.º 20, de 29 de setembro de 2020, que estabeleceu a Reforma da Previdência Estadual, em conformidade com a Reforma da Previdência Federal, operada pela Emenda Constitucional Federal n.º 103, de 12 de novembro de 2019.



A situação pandêmica ressaltou a necessidade de se proceder à modernização do formato de tramitação dos processos administrativos desta Casa Legislativa, tendo em vista que estes ainda tramitam por meio físico. Apesar disso, as ações desta Procuradoria foram readequadas com o fito de atender às demandas, utilizando-se para tanto o serviço em *home office* associado, quando possível, ao presencial.



Diante das dificuldades, esta Procuradoria produziu efetivamente 71 pareceres. Destes, 22 foram relacionados à licença-maternidade; 13, a auxílio-doença; 11, ao pagamento de contribuições previdenciárias pretéritas (RGPS); e 8, a aposentadorias, as quais corresponderam a 76% dos pareceres produzidos.

## Diretoria-Geral



A Diretoria-Geral da ALRN é uma unidade vinculada diretamente à Mesa, sendo responsável pela direção, implantação, acompanhamento e controle das atividades técnico-administrativas. Também representa a Mesa e a Presidência sobre matérias de serviço e pessoal, supervisionando, por delegação destas, a execução dos serviços relacionados à administração e à economia interna.



A unidade é composta pelo Gabinete da Diretoria-Geral e pelas Diretorias: Administrativa e Financeira, de Gestão Tecnológica e de Políticas Complementares, que estão sob seu controle e coordenação.

### Gabinete da Diretoria-Geral



O Gabinete da Diretoria-Geral tem como incumbência assessorar a Diretoria-Geral no exercício de suas funções, inclusive auxiliando o Presidente e os membros da Mesa nas matérias relacionadas à Presidência, envolvendo suas funções político-administrativas.



Objetivando o melhor desempenho de suas atribuições, o Gabinete compõe-se de duas unidades com funções específicas: a Assessoria e a Assessoria de Planejamento.



Em 2020, tramitaram no Gabinete 80.000 protocolos, dentre ofícios, correspondências, solicitações, memorandos, processos administrativos, dentre outros, os quais foram recebidos, analisados e devidamente encaminhados pelo Diretor-Geral. Auxiliando esse trabalho, a Assessoria elaborou 392 minutas que resultaram em atos da Mesa, 46 portarias publicadas pela Diretoria-Geral e expediu 252 ofícios da Diretoria-Geral, dentre outros documentos que lhe cabe a elaboração.



Deve-se reforçar ainda a importância das funções exercidas pela Diretoria-Geral, uma vez que, neste ano, a unidade coordenou os trabalhos de elaboração do Relatório de Gestão referente ao ano de 2019 e do Planejamento Estratégico 2020/2023, da ALRN, nos termos regulamentados pelo Manual do Processo de Monitoramento e Avaliação da Estratégia da Assembleia, aprovado pelo Ato da Mesa n.º 1.285/2020.



A seguir, apresentam-se os quantitativos referentes aos documentos elaborados pela unidade que evidenciam a produção da Diretoria-Geral, de seu Gabinete e da Assessoria.

## Documentos elaborados pela Assessoria

Descrição	Quantidade
<b>Atos da Mesa relativos à Administração:</b> normatiza a direção dos trabalhos legislativos e serviços administrativos da ALRN.	<b>392</b>
Abono de permanência	05
Adicional de qualificação	22
Afastamentos	09
Anuênios	11
Arquivamento	05
Assuntos diversos	41
Auxílio-doença (Prorrogações)	10
Averbação	05
Cessão	05
Diárias de Deputados Estaduais	30
Diversos	45
Estabilidade	31
Indenizações	14
Indeferimentos	19
Isenção de IRRF	04
Licença-maternidade e Licença-paternidade	24
Licença-prêmio (Conversões)	16
Progressão funcional	96
<b>Portarias:</b> instrui, regulamenta, recomenda e/ou determina a execução de questões de caráter administrativo da Casa Legislativa aos servidores.	<b>56</b>
do Gabinete da Presidência	10
da Diretoria-Geral	46
<b>Ofícios:</b> trata, de maneira formal/oficial, de questões junto a pessoas/instituições externas à Casa.	<b>1.072</b>
do Gabinete da Presidência	820
Da Diretoria-Geral	252
<b>Memorandos:</b> transmite mensagens, informações e ordens às unidades da ALRN.	<b>60</b>
do Gabinete da Presidência	04
da Diretoria-Geral	56
<b>Circulares da Diretoria-Geral:</b> informa questões, ordens e regras para amplo conhecimento da Casa Legislativa.	<b>06</b>
<b>Despachos:</b> atos de decisão, análise e/ou encaminhamento de processos pelo Diretor-Geral.	<b>2.555</b>



Diante das responsabilidades que lhe são atribuídas, a Assessoria de Planejamento desempenhou as atividades com a missão de auxiliar a Diretoria-Geral nas tomadas de decisões, viabilizando a formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento e a consecução das metas institucionais, assegurando a destinação adequada dos recursos orçamentários e financeiros.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Elaboração do Manual do Processo de Monitoramento e Avaliação da Estratégia da ALRN, publicado por meio do Ato da Mesa n.º 1285/2020, em 17 de dezembro de 2020, no Diário Oficial Eletrônico (DOE) da Casa.	Padronização, otimização de tarefas e integração entre as áreas e atividades da ALRN, apresentando a distribuição de competências entre instâncias e unidades administrativas, bem como o respectivo marco inicial e final de cada tarefa, norteador o monitoramento e a execução da estratégia na forma e no tempo planejado para todos os níveis da organização.
Elaboração do Guia de Boas Práticas de Gestão em Processos da ALRN, publicado por meio do Ato da Mesa n.º 1.284/2020, em 17 de dezembro de 2020, no DOE.	Metodologia de gestão de processos sistematizado, nivelando conhecimento e uniformizando procedimentos e ferramentas gerenciais, impulsionando os resultados, produtos ou serviços de responsabilidades das diversas áreas da ALRN para que sejam entregues aos agentes da sociedade norte-riograndense, Governo do Estado e Órgãos de Controle, com efetividade e economicidade.
Elaboração da Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos da ALRN, publicado por meio do Ato da Mesa n.º 1.155/2020, publicado em 10 de novembro de 2020, no DOE.	Permitiu uma visão das atividades da Instituição, suas interfaces e suas correlações com a estratégia Institucional, para a geração de produtos e serviços à sociedade, além do desdobramento do nível intermediário de detalhamento, denominados “subprocessos/atividades”.
Início da elaboração do Catálogo de Atividades da ALRN.	Agregação das principais atividades desenvolvidas pela Instituição, oferecendo à equipe técnica um caminho a seguir, com a descrição dos trabalhos a serem realizados, além do alinhamento de expectativas. Desse modo, a gestão ganha com mais organização e melhores métricas para análise dos serviços.
Análises da execução orçamentária e financeira.	Promoção da política de cooperação interpoderes, em matérias orçamentárias e financeiras.
	Elaboração do fluxo de caixa do exercício financeiro, visando controle.
	Elaboração de relatórios gerenciais.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Planejamento Institucional	Monitoramento das ações planejadas pela Instituição.
	Elaboração do Relatório de Análise da Estratégia – RAE, identificando, a partir dos resultados apresentados, a necessidade de ajustes, pelo Comitê de Governança, buscando atingir a eficácia e a efetividade da gestão.
	Planejamento de aquisições x disponibilidade orçamentária-financeira. Efetividade de aquisições.
	Controle da arrecadação estadual x impacto no duodécimo da ALRN, resultando no equilíbrio fiscal da instituição.
	Acompanhamento e análise dos impactos das alterações nas legislações e publicações de decretos que tratam das questões orçamentárias e financeiras, resultando na efetividade de ajustes no planejamento orçamentário, de acordo com as determinações legais.
	Encaminhamento da proposta e atualização da Programação do Plano Plurianual, adequando as diretrizes da gestão e efetivando a possibilidade de programação de recursos na Lei Orçamentária Anual.
	Assessoramento à Comissão de Finanças e Fiscalização na análise dos Projetos de Lei do PPA, LDO e LOA.
	Assessoramento à Diretoria-Geral, disponibilizando relatórios gerenciais para tomada de decisões.

## Enfrentando a pandemia



Objetivando minimizar os efeitos da pandemia, a Diretoria-Geral acompanhou, de modo ainda mais próximo, os trabalhos exercidos por suas Diretorias nesse período de adequação das atividades. Junto à Diretoria de Gestão Tecnológica, buscou-se a efetivação do trabalho remoto para servidores e deputados; junto à Diretoria de Políticas Complementares, foram estabelecidos protocolos de segurança e foi elaborado o Plano de Retomada das atividades; e, junto à Diretoria Administrativa e Financeira, providenciou-se o suporte necessário ao desenvolvimento das funções pelos demais órgãos e unidades administrativas.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Elaboração e publicação da portaria n.º 020/2020 – DG.	Possibilitou a retomada gradual das atividades presenciais da ALRN.
Elaboração e publicação da portaria n.º 027/2020 – DG.	Iniciou a 2ª etapa estabelecida no Plano de Retomada Gradual das Atividades Presenciais.
Adoção do trabalho extraordinário de um quadro reduzido de servidores, e a possibilidade de trabalho remoto para os servidores em grupo de risco da Diretoria-Geral.	Garantiu a saúde e o bem-estar dos servidores da Diretoria-Geral, assim como o seu funcionamento.
Elaboração de minuta que resultou no Ato da Mesa n.º 338/2020.	Possibilitou a análise pela Mesa sobre os procedimentos de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19) a serem adotados no âmbito da ALRN.
Elaboração de minutas que resultaram nos atos da Mesa n.º 353/2020, n.º 375/2020, n.º 394/2020, n.º 457/2020, n.º 507/2020, n.º 761/2020.	Possibilitou a análise pela Mesa sobre a suspensão das atividades na ALRN.
Elaboração de minuta que resultou no Ato da Mesa n.º 455/2020.	Possibilitou a análise pela Mesa da instituição do Comitê de servidores para a prevenção e o combate à COVID-19.
Elaboração de minuta que resultou no Ato da Mesa n.º 955/2020.	Possibilitou a análise pela Mesa da instituição, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, de regime híbrido (remoto e presencial) para a realização das Sessões Plenárias.
Medidas de enfrentamento à COVID-19.	Desenvolvimento, implantação e acompanhamento de medidas junto ao Comitê de Prevenção e Combate à COVID-19 da ALRN.
Análise de Emendas Constitucionais e leis que trataram de readequações orçamentárias e financeiras em virtude da Pandemia.	Assessoramento à Diretoria-Geral na adequação das mudanças impostas pelas PECs e demais legislações, em virtude da Pandemia.

### Diretoria Administrativa e Financeira



A Diretoria Administrativa e Financeira (DIAF) é responsável pela coordenação, gestão, organização e operacionalização de todas as atividades administrativas da Casa Legislativa, dando suporte aos órgãos e às demais unidades administrativas. O apoio logístico e técnico é realizado pelas unidades a ela subordinadas: Gabinete de Apoio Administrativo, Coordenadorias e Divisão de Protocolo e Arquivo.



As Coordenadorias são as principais responsáveis pelas seguintes áreas: Gestão de Pessoas; Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico; Gestão de Compras e Patrimônio; Gestão de Remuneração e Benefícios; e Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Fiscal. Os programas, projetos e ações desenvolvidos nessas áreas são apresentados, posteriormente, nas seções com a mesma denominação, no capítulo 3 – Áreas específicas de Gestão.

### Diretoria de Gestão Tecnológica



A Diretoria de Gestão Tecnológica (DGT) é responsável pelo planejamento, implantação e gerenciamento, por meio de recursos próprios ou de terceiros, de sistemas, serviços, soluções, suporte e infraestrutura de informática necessários ao pleno funcionamento, no âmbito desta Casa.



O Gabinete de Apoio Administrativo, a Coordenadoria de Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Sistemas e a Coordenadoria de Infraestrutura de TI, Suporte Técnico e Integração de Sistemas são as unidades subordinadas que auxiliam a DGT a realizar suas competências. As atividades desta Diretoria são apresentadas, posteriormente, na seção Gestão de Tecnologia da Informação, no capítulo 3.

### Diretoria de Políticas Complementares



A Diretoria de Políticas Complementares (DPC) é responsável pela prestação de serviços jurídicos, de bem-estar social e de saúde aos Deputados, servidores e seus dependentes, e à sociedade em geral, de acordo com sua competência e outras diretrizes emanadas da Mesa da Assembleia e da Presidência.



Dadas as suas atribuições, ao mesmo tempo em que assumiu papel imprescindível na prevenção e combate à pandemia, a Diretoria foi bastante afetada por ela devido à impossibilidade de desenvolver a maior parte de suas atividades perante a sociedade.



Os programas, projetos e ações desenvolvidos pela DPC são apresentados, posteriormente, nas seções Gestão de Saúde e Bem-Estar e Relacionamento com a Sociedade, no capítulo 3.

## Diretoria Legislativa



A Diretoria Legislativa é a unidade da ALRN responsável pelo planejamento, pela organização e pela coordenação das atividades administrativas de suporte ao processo legislativo. Possui como unidades diretamente vinculadas os seguintes órgãos: (1) o Gabinete da Diretoria Legislativa; (2) a Coordenadoria de Suporte Legislativo; e (3) a Coordenadoria de Consultoria Legislativa.



Ainda que o cenário pandêmico instalado tenha afetado a Instituição, a unidade conseguiu adequar-se prestando o suporte necessário à atividade parlamentar, a qual também necessitou ajustar-se. O resultado do trabalho da Diretoria Legislativa vincula-se, assim, à atuação parlamentar e aos seus números. A apresentação a seguir desse resultados demonstra que a finalidade essencial da Casa Legislativa funcionou de forma plena e efetiva ao longo do ano de 2020.

Reuniões parlamentares	<b>119</b>	<b>10</b>	<b>87</b>	<b>17</b>
	Sessões Plenárias Ordinárias	Sessões Plenárias Extraordinárias	Reuniões Ordinárias das Comissões Permanentes	Reuniões Extraordinárias das Comissões Permanentes
Produção legislativa	<b>163</b>	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>0</b>
	Leis Ordinárias Sancionadas	Leis Ordinárias Promulgadas	Leis Complementares Sancionadas	Leis Complementares Promulgadas
	<b>2</b>	<b>18</b>	<b>8</b>	<b>2.112</b>
	Propostas de Emendas à Constituição Promulgadas	Decretos Legislativos Promulgados	Resoluções Promulgadas	Requerimentos Aprovados
Elaboração de atas	<b>80</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	
	Ata de Sessões Ordinárias	Ata de Sessões Extraordinárias	Ata de Sessões Solenes	



Todos os expedientes – documentos de caráter legislativo que chegaram à Diretoria Legislativa – foram processados, ou seja, recebidos, registrados no sistema e encaminhados para leitura em Plenário ou outro andamento adequado à situação. Os números de expedientes processados são apresentados a seguir.

## Expedientes processados

<b>Ofícios:</b> 265	Demandas afetas à atividade fiscalizadora da ALRN, encaminhadas pelos outros Poderes, especialmente o Judiciário, e que são encaminhadas à Comissão de Finanças e Fiscalização (CFF) para análise e acompanhamento.
<b>Comunicações:</b> 16	Demandas diversas, encaminhadas pelos outros Poderes, e que não se enquadram nas categorias de proposições estabelecidas no Regimento Interno (RI). Essas demandas externas são encaminhadas, processadas e analisadas pela Casa Legislativa.
<b>Requerimentos:</b> 2.112	Proposição utilizada pelo Parlamentar para fazer as mais diversas solicitações previstas no RI como, por exemplo, a retirada definitiva de proposição e a convocação de sessão extraordinária.
<b>Propostas de Fiscalização e Controle:</b> 1	Proposição utilizada pela ALRN para realizar atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nos Poderes do Estado, MP/RN, TCE/RN e autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, além de fiscalização dos atos de gestão administrativa do Poder Executivo e de atos do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários, do Procurador-Geral e do Comandante da Polícia Militar que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade.
<b>Projetos de Decreto Legislativo:</b> 1	Proposição destinada a regular as matérias da exclusiva competência do Poder Legislativo, sem sanção do Governador do Estado.
<b>Projetos de Lei Ordinária:</b> 507	Proposição destinada a regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com sanção do (a) Governador (a) do Estado.
<b>Projetos de Lei Complementar:</b> 24	Proposição criada para complementar as normas constitucionais estaduais. Pode ser sancionada pelo Governador do Estado ou promulgada pela ALRN.
<b>Propostas de Emenda à Constituição:</b> 4	Proposição por meio da qual a ALRN pode emendar a Constituição do Estado, desde que não se esteja na vigência de intervenção federal ou de estados de defesa ou de sítio.
<b>Projetos de Resolução:</b> 36	Proposição destinada a regular, com eficácia de lei ordinária, matérias da competência privativa da ALRN, que interessem apenas à sua economia interna como, por exemplo, o RI da Casa Legislativa e a organização dos seus serviços administrativos.



Esses números, os quais totalizaram 2.966 expedientes processados, refletem o trabalho desenvolvido pela unidade e que se traduziu na produção legislativa final dos parlamentares exposta anteriormente. Além dos expedientes, os processos legislativos foram analisados e, por meio de 1.756 despachos, foram encaminhados pela Diretora Legislativa às Comissões Parlamentares, ao Presidente, ao Plenário e aos Gabinetes dos Parlamentares.



Também foram elaborados e publicados 42 avulsos. Essa espécie de boletim interno promoveu publicidade aos Parlamentares dos textos das proposições, incluindo as emendas e as subemendas, os pareceres, os votos em separado, as informações prestadas e o teor da legislação citada. A divulgação resultou em transparência e facilidade no acesso ao conjunto informativo das proposições.



Contudo, com a implantação do processo legislativo eletrônico (E-Legis), o qual permitiu acesso em tempo real pelos Parlamentares a toda informação pertinente aos processos legislativos em andamento, a elaboração, a impressão e a distribuição dessas peças informativas tornaram-se desnecessárias e deixaram de ser realizadas, resultando na economia de recursos humanos e materiais.



Durante o ano, foram elaborados ainda 155 autógrafos – minutas das Proposições aprovadas pela ALRN – que seguiram para a sanção governamental ou promulgação pela Casa. Em 2020, eles passaram a ser elaborados dentro do E-Legis e enviados pelo sistema SEI ao Governo do Estado, o que proporcionou elevado avanço na agilidade da tramitação das leis. Essa mudança dispensou a impressão e a entrega física ao destinatário.



Além desses números, a unidade encaminhou 3.811 ofícios direcionados aos Poderes Públicos contendo sugestões e/ou solicitações que visam atender às mais diversas demandas da sociedade, que chegam aos Deputados Estaduais.



Essas comunicações podem ser encaminhadas a qualquer órgão ou agente político de qualquer esfera de poder, a pessoas naturais, jurídicas e organizações sem fins lucrativos. São utilizados também para comunicar moção de congratulação e ou pesar prestada por determinado Parlamentar aos familiares do homenageado.



Dessa forma, esse quantitativo está relacionado ao atendimento das diversas demandas trazidas aos parlamentares, tanto pelo poder público em âmbito municipal quanto pela sociedade civil organizada (associações, ONGs, entidades, etc.), as quais são encaminhadas a quem de direito, como manifestação do Legislativo favorável à solução de determinado problema (ex.: capeamento asfáltico, reforma de escolas, disponibilização de viaturas policiais, etc.).



Em 2020, essas correspondências passaram a ser elaboradas dentro do E-Legis, em formato eletrônico, e enviadas por *e-mail* e pelo sistema SEI, em conjunto com o envio tradicional via Correios. Isso promoveu diminuição de gastos com material e tarifas de postagem, e permitiu maior agilidade na elaboração e envio desses documentos.



## Enfrentando a pandemia



A Diretoria Legislativa desempenhou suas atribuições adequadamente, mesmo diante da pandemia da COVID-19. Essa continuidade decorreu de o processo legislativo eletrônico estar implantado na unidade, o que possibilitou a realização das atividades laborais dos servidores por meio do trabalho remoto.



Sua atuação no enfrentamento à pandemia esteve relacionada ao suporte legislativo. Decorrente do cenário pandêmico, foram publicados pela Casa Legislativa 116 decretos de calamidade pública, os quais propiciaram essa classificação a 115 municípios, além do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. A partir disso, esses entes federativos puderam preparar-se e reorganizar suas aquisições no sentido de melhor enfrentar a situação de emergência em saúde pública ora enfrentada.



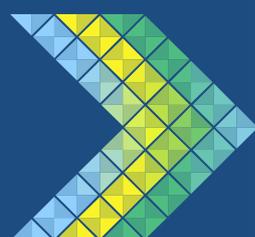
Houve atuação também na tramitação dos projetos de lei ordinária e requerimentos parlamentares contendo matérias afetas à pandemia de COVID-19. Foram processados e instruídos 248 requerimentos parlamentares e 51 projetos de lei ordinária afetos à COVID-19.



CONTEXTO  
ORGANIZACIONAL



RESULTADOS  
DA GESTÃO



**ÁREAS ESPECÍFICAS  
DA GESTÃO**



62<sup>a</sup> LEGISLATURA

## Gestão de Pessoas



A Gestão de Pessoas, na Assembleia Legislativa, tem como órgão central a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP). Essa unidade tem como responsabilidade a gestão, a coordenação e o planejamento das atividades relacionadas à administração de pessoas, a partir da elaboração de políticas, projetos e ações que promovam o desenvolvimento de recursos humanos.



Desde 2015, a Casa Legislativa vem adotando práticas inovadoras. Em 2019, com o objetivo de aprimorar a prática de gestão em todas as áreas, definiu-se o Planejamento Estratégico “Horizonte 2023” baseado em práticas de governança e gestão. Alinhada a esse direcionamento, a COGEP vem instigando novas formas de se fazer e estimulando os avanços da inovação.



Contudo, o cenário pandêmico exigiu da unidade a tomada de providências e adaptações da rotina de atividades, como, por exemplo, quanto ao recebimento de documentações e o cadastro no sistema LEGIS-RH, além de outras demandas concernentes aos processos de trabalho.



Com o avanço da pandemia e a consequente paralização das atividades presenciais em quase toda a Instituição, o planejamento da área de Gestão de Pessoas precisou ser reorganizado, inclusive, com o afastamento de alguns servidores, por eles fazerem parte de grupos de risco.



A continuidade das atividades ocorreu remotamente e, com as práticas implantadas em 2019, houve a ampliação do atendimento às unidades e aos servidores por meio de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e de correio eletrônico, tornando estes os principais canais de comunicação. Essa adequação permitiu o atendimento médio de 167 demandas diárias para a resolução, principalmente de questões relacionadas a auxílio-saúde, férias, atestados e declarações.



A manutenção das ofertas de capacitações e oficinas pela Escola da Assembleia, as quais também passaram a ser realizadas de modo remoto, possibilitou o andamento das atividades de implantação das iniciativas do Planejamento Estratégico.



Com a participação dos servidores da COGEP e das demais unidades da Instituição, foi construído o Planejamento Estratégico de Pessoas, uma das iniciativas estratégicas do Horizonte 2023. As diretrizes definidas e implantadas passaram a nortear a realização das atividades da gestão de pessoas, contribuindo para a melhoria do desempenho institucional e a qualidade de vida dos servidores, ampliando assim a capacidade da ALRN de gerar resultados e benefícios para a sociedade.



Atuando em conjunto à Escola da Assembleia, as unidades realizaram o levantamento de dados, como parte do processo que objetivou identificar as lacunas de competência existentes nos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.



A pesquisa foi composta pelo preenchimento de formulários eletrônicos pelos servidores, os quais se avaliaram e informaram as lacunas de competência identificadas e que desejavam que fossem supridas; e pelos gestores, os quais apontaram as lacunas que observavam e desejavam que fossem providas nos seus colaboradores diretamente subordinados.



O resultado desse processo foi utilizado para o planejamento do Calendário Acadêmico 2021 da Escola da Assembleia, cuja execução tem como finalidade a oferta de cursos, oficinas, graduações, pós-graduações *lato sensu* e outras atividades alinhadas às necessidades de capacitação e qualificação do corpo de colaboradores da ALRN.



Também foi implantado o cadastro dos servidores requisitados e cedidos a outros órgãos, o qual apresenta o controle de frequência, ônus, órgãos, tempo de cessão e lotação destes, cumprindo, assim, um dos objetivos de melhoria planejados. Além do controle, o uso da funcionalidade agilizou o atendimento de solicitações pelos servidores e órgãos. Isso foi possível a partir da atualização do sistema LegisRH, desenvolvido e mantido pela Diretoria de Gestão Tecnológica.



Com a conclusão da digitalização das pastas funcionais dos servidores, processo iniciado em 2019, ocorreu a disponibilização delas por meio do aplicativo “Portal do servidor”. A execução da ação passou a garantir a preservação dos documentos originais, a agilidade na consulta de informações importantes, a mobilidade aos documentos e informações, auxiliando na tomada de decisões, e a maior integração entre a sede e os anexos.



Objetivando a atualização contínua das pastas funcionais dos servidores no formato digital, realizou-se a digitalização dos novos documentos inseridos nas pastas físicas. Essa ação, em conjunto com a anterior, permitiu que os colaboradores da ALRN passassem a ter acesso a sua pasta funcional, com todos os seus documentos, de forma imediata, atualizada e digital.



Também foi concluída a Pesquisa de Clima Institucional. A partir dela, foi possível compreender as variáveis pertinentes à escala de clima institucional e estabelecer relações entre as dimensões avaliadas que, na percepção dos servidores, afetam o clima da ALRN.



Os resultados da Pesquisa foram apresentados à Diretoria-Geral e à Presidência para ciência, e estes foram utilizados para realizar levantamentos das capacitações e oficinas a serem realizadas pela EALRN, que podem impactar na melhoria do clima institucional. Foram ainda utilizados para fortalecer a aplicação de políticas e práticas de gestão de pessoas que favorecem o clima institucional e a definição de ações, projetos e indicadores do Planejamento Estratégico Horizonte 2020-2023 e Planejamento Estratégico de Pessoas.



Buscando a melhoria da qualidade das informações, como instrumento de gestão de recursos humanos, e os maiores controle e celeridade ao andamento dos processos, a COGEP desenvolveu medidas administrativas para o fluxo de processos dos assuntos relacionados a essa unidade. Essa atividade resultou no Ato de Mesa n.º 351/2020, publicado no DOE n.º 406, de 19 de março de 2020, que estabeleceu os princípios, os trâmites e as condutas básicas a serem seguidos pelos servidores da Assembleia Legislativa, no que diz respeito à apresentação de requerimentos e documentos voltados para instauração de Processos Administrativos de Assuntos Funcionais.



Dada a relevância e a abrangência de sua área no escopo da gestão da Instituição, a Gestão de Pessoas contém duas subáreas: (1) Gestão de Administração de Pessoal, Segurança no Trabalho e Qualidade Funcional; e (2) Gestão do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas. A seguir são apresentados os resultados destas.

### Gestão de Administração de Pessoal, Segurança do Trabalho e Qualidade de Vida



As atividades dessa subárea estão relacionadas, especialmente, ao ciclo de vida do servidor na Casa Legislativa, ou seja, referem-se à manutenção do cadastro de pessoal, à elaboração das minutas dos atos de nomeação, exoneração e aposentadoria de servidores, além da elaboração de portarias da Presidência atinente às funções de segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Assembleia Legislativa.



Ainda estão inclusas no rol dessas atividades (1) a digitalização dos documentos das pastas funcionais; e (2) a identificação das lacunas de competência dos servidores, conforme expostas anteriormente; (3) o planejamento e o controle de férias e (4) o controle do auxílio saúde dos servidores.



Alguns números estimados, como produtos dos processos administrativos trabalhados, ressaltam o valor dessas atividades administrativas: 155 informações funcionais; 109 declarações; 102 pareceres técnicos; 86 cálculos e pareceres de progressão funcional; e 44 certidões de tempo de serviço.



A prestação de informações aos órgãos de fiscalização e controle, notadamente Ministério Público e Tribunal de Contas, também são atribuições desempenhadas pela subárea. Em 2020, buscou-se identificar oportunidades de melhoria nesse processo, seja no que se refere aos conteúdos que são enviados aos referidos órgãos, seja na organização e registro das informações no âmbito da COGEP.



Objetivou-se, ainda, aperfeiçoar a comunicação interna com outras unidades da Casa, de modo que as informações sejam prestadas de modo completo. Além disso, procurou-se ajustar as rotinas internas de forma a corrigir pontos que possam vir a ser objeto de questionamentos pelos órgãos de fiscalização e controle.



A subárea também prestou o suporte necessário à Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório dos servidores efetivos e dos servidores em estágio probatório, tendo realizado 86 avaliações daqueles e 52 avaliações destes.



Em 2020, foi publicada a Resolução n.º 26/2020 contendo medidas referentes à suspensão de férias e à obrigatoriedade de gozo de férias vencidas, entre outras medidas, colaborando para evitar a aglomeração de servidores nas dependências da Casa Legislativa. A publicação contribuiu para assegurar o gozo de férias vencidas dos servidores, evitando, por exemplo, a multiplicação de pedidos por indenizações referentes a férias não gozadas.

### Gestão do e-Social



Nos anos de 2019 e de 2020, foram realizadas várias modificações na estrutura e no modelo sistemático do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (e-Social), passando-o por aprimoramentos e simplificações em seu formato. A unidade acompanhou essa evolução, por meio do portal oficial do governo federal, publicações correlatas e participações virtuais em *workshops* e grupos de discussões.



As Portarias Conjuntas n.º 76 e n.º 77, expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e pela Secretaria Especial da Receita Federal do Ministério da Economia, respectivamente, dispuseram sobre o cronograma de implantação do e-Social e criaram um leiaute simplificado que substituiu o e-Social vigente.



Com a publicação da portaria conjunta n.º 76, foi dada continuidade à implantação do e-Social por fases e grupos, após a suspensão temporária frente à pandemia (Portaria Conjunta SEPT/RFB n.º 55), a partir de um novo cronograma que também inclui os eventos de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).



Os novos eventos de SST substituirão a forma de envio das obrigações acessórias: Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP). Com a continuidade da implantação do e-Social, um conjunto adicional de obrigações também será substituído: (1) Comunicação de Dispensa (CD); (2) Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais; (DCTF); (3) Manual Normativo de Arquivos Digitais; Folha de pagamento (MANAD); e (4) Guia de Recolhimento do FGTS (GRF).



Diante dessa nova realidade impactada pela simplificação do programa e-Social, a unidade entrou em contato com a empresa vencedora do certame licitatório para implantação do sistema e-Social nesta Casa Legislativa, pedindo posicionamento acerca das novas mudanças e adaptações no sistema informatizado contratado. Ao mesmo tempo, colocou-se à disposição quanto às orientações a serem seguidas para a continuidade dos trabalhos de implantação.

### Comissão do Programa de Qualidade de Vida e Saúde



Compete ainda à COGEP a avaliação e o assessoramento do Programa de Qualidade de Vida e Saúde (PQVS), conforme a Resolução n.º 101/2018. O PQVS é constituído por comissão específica de servidores, que também é assessorada pela Diretoria de Políticas Complementares.



Dada a situação pandêmica vivida, as ações definidas e planejadas presencialmente para o ano de 2020 precisaram de adaptações e mudanças. O plano de ação do PQVS precisou se adaptar à nova realidade. As ações que prioritariamente só aconteceriam na modalidade presencial tiveram suas datas adiadas, portanto, outras ações ganharam espaço e aconteceram na modalidade *on-line*. Em 2020, a Comissão realizou 6 ações.

**Saúde Integral:** atenta para os aspectos da saúde do homem e da mulher, da saúde mental, da saúde bucal e de fatores de risco. Objetiva-se prover corpo e mente sãos para os diferentes aspectos da vida de deputados, servidores e terceirizados.

**Setembro Amarelo:** campanha brasileira de prevenção ao suicídio, iniciada em 2015, que aborda assuntos relacionados ao tema, na tentativa de orientar, conscientizar as possibilidades de práticas e atitudes das pessoas que possam tentar o suicídio. Na ALRN, foi disponibilizado texto reflexivo sobre saúde mental e o mundo do trabalho.

**Saúde mental e autocuidado:** o PQVS preparou cartilhas com dicas de saúde mental para o contexto pandêmico e as disponibilizou por meio de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e por e-mail da COGEP para todos os servidores.

**Cartilha sobre luto:** diante das perdas humanas decorrentes da pandemia do COVID-19, foi elaborada cartilha informativa com conteúdo voltado para o processo de enlutamento nas instituições. A cartilha, desenvolvida por psicólogas, foi disponibilizada na *Intranet* da ALRN e trouxe orientações de como lidar com esse momento difícil da vida.

**Estilo de vida:** envolve a realização de atividades físicas e esportivas, e práticas corporais, a adoção de alimentação saudável e o comportamento preventivo de deputados e servidores. Objetiva-se, dessa forma, a mudança de hábitos e práticas do cotidiano.

**Encontro integrativo:** ação psicoeducativa, realizada pela plataforma de videoconferência, no intuito de trabalhar de forma integrada mente e corpo. Tendo em vista que muitas mudanças aconteceram na rotina dos servidores da Casa e prezando por uma saúde física e mental, foram ofertadas oficinas de movimento, como yoga, aula de educação física e emoções.

**Dia do servidor:** ação planejada em comemoração ao Dia do Servidor Público, em que foram entregues máscaras protetoras nas unidades da Casa. O objetivo foi promover a conscientização dos servidores e incentivar o uso contínuo de máscaras, assim como assegurar a obrigatoriedade do seu uso.

**Política organizacional:** contempla as ações pela integração e valorização do servidor, por melhoria nas condições de trabalho, pela prevenção de acidentes, assim como o exercício de atividades voluntárias e sociais.

**Abril verde:** campanha alusiva à prevenção de acidentes no ambiente de trabalho, que aconteceu durante o mês de abril, com o objetivo de conscientizar e promover conhecimento sobre a importância da segurança e da saúde do trabalhador. Nessa finalidade, foi desenvolvida cartilha informativa para os servidores com ênfase na prevenção de acidentes domésticos.

### Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório



A Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório (CEADEP) foi criada a partir da publicação da Resolução n.º 106/2018 e tem suas atribuições relacionadas à avaliação de desempenho de estágio probatório do servidor não-estável. Ainda que suas atribuições tenham relação com a gestão de pessoas, a CEADEP encontra-se vinculada à Mesa Diretora.



Dentre essas atribuições, destacam-se: a realização, o acompanhamento e a fiscalização da avaliação do estágio probatório, de modo transparente e democrático; a apuração dos resultados da avaliação; e a emissão de parecer conclusivo, devidamente fundamentado, pela efetivação da estabilidade ou pela exoneração do servidor.



Em 2020, a Comissão realizou 52 avaliações de processos em andamento, sendo:

- 15 servidores convocados em março (5 na 3ª avaliação e 10 na 2ª avaliação);
- 16 servidores convocados em abril (12 na 3ª avaliação e 4 na 2ª avaliação);
- 13 servidores convocados em maio (9 na 3ª avaliação e 4 na 2ª avaliação);
- 8 servidores convocados em outubro (4 na 3ª avaliação e 4 na 2ª avaliação).



Decorrente da atribuição de acompanhamento do estágio probatório, foi identificado que 2 servidores foram exonerados a pedido; 1 servidor entrou em exercício; e 1 servidor encontra-se com o estágio suspenso por estar em gozo de licença para tratar de interesse particular, nos termos do art. 105, *caput*, da Lei Complementar Estadual n.º 122. Dessas informações, apresenta-se um quadro de 23 servidores que estão em processo de avaliação do estágio probatório.



Objetivando (1) a adequação à nova realidade de trabalho remoto que a pandemia impôs; (2) a garantia da participação de todos os membros da Comissão em todas as etapas da avaliação de cada um dos servidores avaliados; e (3) o melhor gerenciamento das informações coletadas e utilizadas no processo de avaliação do estágio probatório, a CEADep utilizou-se dos recursos oferecidos por aplicativo de criação e edição de planilhas eletrônicas.



Dessa forma, a Comissão estabeleceu um controle do recebimento da documentação solicitada, do registro de informações referentes às notas obtidas pelos servidores em cada etapa avaliativa e da organização da documentação a ser encaminhada para a avaliação dos servidores.



A CEADep também elaborou cronogramas de trabalho com a automação desse cálculo, com vistas à aplicação em avaliações desses servidores e dos que venham a ingressar nos quadros da ALRN, considerando os períodos de avaliação e os períodos de publicação dos atos declaratórios da estabilidade dos servidores avaliados, com base na Resolução n.º 106/2018.

### Comissão de Gestão de Carreiras



A Comissão de Gestão de Carreiras foi criada pela Resolução n.º 089/2017 e tem suas atribuições relacionadas ao caminhar do servidor na Casa Legislativa. Assim como a CEADep, a Comissão relaciona-se com a Gestão de Pessoas. Contudo, diferentemente daquela, vincula-se à Diretoria-Geral.



Dentre as principais atribuições desta Comissão, destacam-se: acompanhar os processos de evolução funcional e avaliação de desempenho; julgar os recursos dos servidores relativos à avaliação de desempenho; possibilitar aos servidores e aos gestores posicionamento crítico sobre o próprio desempenho e a qualidade de seus resultados; e prover a Diretoria Administrativa e Financeira com informações sobre as lacunas de competências, visando ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores e gestores da Casa.



Em 2020, a Comissão analisou 292 processos administrativos relacionados à evolução funcional e ao adicional de qualificação. Da análise da documentação acostada para verificação de cumprimentos dos requisitos exigidos pela norma para progressão, promoção funcional e adicional de qualificação, a Comissão considerou cada caso concreto e emitiu parecer opinativo, que auxiliou a Mesa Diretora na tomada de decisão sobre a concessão ou não do pedido.

## Enfrentando a pandemia



A Coordenadoria de Gestão de Pessoas e as Comissões que apresentam relação com a área adequaram suas atividades para combater e prevenir a disseminação da COVID-19. A seguir, são apresentadas as principais ações realizadas.

Ações	Efetividade
<p>Ampliação dos serviços da COGEP por meio de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e de correio eletrônico para a resolução das demandas.</p>	<p>A mudança do atendimento presencial para o digital resultou no maior número de servidores atendidos diariamente e na agilidade nas resoluções de suas demandas.</p>
<p>Identificação da aplicação do conhecimento adquirido pelos gestores, por meio da Oficina “Novas estratégias de liderança no período pós pandêmico”, realizada pela Escola da Assembleia.</p>	<p>Observou-se que, no retorno às atividades presenciais, os gestores conseguiram traçar novas estratégias para a realização das atividades no modelo de trabalho híbrido, administrando simultaneamente as atividades dos servidores em expediente remoto e presencial.</p>
<p>Estudo e análise do gozo de férias, com vistas a evitar aglomerações de servidores nas dependências da ALRN em decorrência da pandemia.</p>	<p>A Diretoria-Geral recebeu as informações e publicou a Resolução n.º 26/2020, que resultou nas medidas referentes à suspensão de férias e à obrigatoriedade de gozo de férias vencidas, além de assegurar o gozo de férias, evitando, por exemplo, a multiplicação de pedidos por indenização referente a férias não gozadas.</p>
<p>Identificação das dimensões prioritárias de atuação do PQVS, considerando o cenário pandêmico.</p>	<p>Definição das ações prioritárias para 2021:                      (1) Saúde Mental: intensificação das ações que promovam a saúde mental dos servidores, em parceria com a Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar, criando protocolo de psicologia para intervenção com os servidores diagnosticados com COVID-19;                      (2) Desenvolvimento de Líderes: apoio à COGEP no desenvolvimento de competências dos gestores e servidores, intensificando a valorização destes.</p>
<p>Adaptações e mudanças no planejamento do Programa de Qualidade de Vida e Saúde.</p>	<p>Realização pela Comissão do Programa de Qualidade de Vida e Saúde de 6 ações na modalidade remota, cujos benefícios foram expostos anteriormente.</p>
<p>Utilização de recursos oferecidos por aplicativo de criação e edição de planilhas eletrônicas e de armazenamento em nuvem.</p>	<p>Adequação à nova realidade de trabalho remoto, garantia da participação de todos os membros da CEADep em todas as etapas de avaliação dos servidores, e melhor gerenciamento das informações coletadas e utilizadas.</p>

## Gestão de Capacitações e Qualificações



A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte promove a capacitação e qualificação de seus servidores de dois modos:

- diretamente, por meio da Escola da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (EALRN), a Escola de Governo do Poder Legislativo Estadual, a qual promove cursos de capacitação técnica e pessoal, oficinas, palestras profissionalizantes, fórum e pós-graduação *lato sensu*; e
- indiretamente, quando contrata serviços de qualificação fornecidos por outras instituições, sejam elas públicas ou privadas. São exemplos desses serviços a inscrição dos servidores em congressos e seminários, ou a contratação de vagas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

### Escola da Assembleia



A oferta de serviços educacionais para os servidores da ALRN, em 2020, teve seu processo iniciado no ano anterior. Por meio de comunicação bidirecional, a Escola da Assembleia solicitou e recebeu das diversas unidades da Casa Legislativa as necessidades de capacitação dos seus servidores. Essas lacunas de competência subsidiaram o planejamento das ações de qualificação do quadro de pessoal da Instituição.



Além dessas informações, os resultados de pesquisas internas e a articulação da ALRN com instituições de diversos Poderes e de diferentes âmbitos foram utilizadas como insumos para a elaboração do Calendário Acadêmico de 2020.



Sua execução iniciou-se com a realização do 1º Encontro de Representantes das Escolas Legislativas do Rio Grande do Norte. O evento contou com a participação de 30 escolas do legislativo de municípios do estado, além de representantes da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo (ABEL), do Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB), da Federação das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte (FECAM/RN) e da Escola da Assembleia do Rio Grande do Norte (EALRN).



Nesse evento, foram expostas experiências das escolas legislativas, assim como ações e projetos da EALRN. Atividades educacionais que podem ser realizadas em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) também foram apresentadas. Temáticas como cidadania, tendências e desafios na área educacional das escolas do legislativo, e elaboração de projetos foram abordadas em palestras. O encontro reuniu 65 pessoas.



Contudo, o cenário pandêmico instalado em março do referido ano resultou na interrupção de todas as ações planejadas, visto que o ensino e as atividades de apoio administrativo sempre ocorreram de modo presencial.



Dessa forma, a unidade pensou e delineou novas estratégias, fazendo as adaptações necessárias para prosseguir com a oferta dos serviços educacionais. Todas elas tiveram como núcleo central o formato virtual de ensino. Destacam-se entre elas medidas adotadas:

- a aquisição de licença de uso de plataforma que possibilitou a transmissão de áudio e vídeo de alta qualidade, o compartilhamento de tela e a utilização de recursos de colaboração, permitindo a comunicação remota entre professores e alunos;
- a adequação de processos internos, os quais foram imprescindíveis para apoiar o novo formato de ensino e, também, para enfrentar outras dificuldades resultantes do contexto estabelecido;
- o desenvolvimento de novas habilidades, as quais passaram a ser necessárias para a execução com eficiência e eficácia dos novos processos;
- a composição de um novo calendário acadêmico, com foco no curto prazo, visto que o calendário planejado não teria como ser executado;
- o treinamento dos professores para a utilização da plataforma e o suporte durante as atividades virtuais, o que permitiu a efetividade do ensino remoto.



Buscou-se ainda contatar alguns professores, para que esses, de forma voluntária, ministrassem cursos remotamente, garantindo assim a continuidade das ações de capacitação aos servidores da Casa Legislativa, de outras instituições e da sociedade. Essa ação decorreu da dificuldade inicial de tramitar processos de contratação de professores, visto que outras unidades da ALRN também precisaram se adequar frente ao cenário pandêmico.



Com as medidas adotadas, a EALRN passou a ofertar novamente as suas atividades educacionais. Nesse cenário, foram realizadas:

- 4 oficinas técnicas, exclusivas para servidores da ALRN, em atendimento às demandas de setores específicos, nas quais foram certificados 133 servidores;
- 13 palestras profissionalizantes, abertas para os servidores, para as instituições parceiras e para a comunidade, nas quais foram certificadas 513 pessoas;
- 8 turmas de capacitação profissional e pessoal, abertas para os servidores, para as instituições parceiras e para a comunidade, nas quais foram certificadas 197 pessoas;
- 1 seminário virtual com o tema “Eleições 2020: novas regras”, no qual participaram os servidores, as instituições parceiras e a comunidade, e que teve 111 alunos certificados.



Resumidamente, no segmento de cursos livres, em 2020, formaram-se 27 turmas de diferentes tipos de atividades, nas quais inscreveram-se 1.119 pessoas e foram certificados 1.019 alunos.



A Escola da Assembleia também deu continuidade às atividades das turmas de pós-graduação *lato sensu*. Das oito turmas que se encontravam em andamento, quatro delas, no segundo semestre de 2020, cumpriram os requisitos necessários e foram certificadas:

- Comunicação pública (COM018), com 35 alunos certificados;
- Gestão Pública (GEP013), com 44 alunos certificados;
- Direito Público (DPU012), com 20 alunos certificados; e
- Poder Legislativo e Políticas Públicas (LEG014), com 07 alunos certificados.



As demais turmas – Gestão em Segurança Pública (SEG030), Gestão Pública (GEP028), Poder Legislativo e Políticas Públicas (LEG027) e Gestão Pública (GEP023) – tiveram o andamento de suas atividades com a oferta de 19 disciplinas.



Ante todas as medidas adotadas e processos readequados, os projetos desenvolvidos pela Escola da Assembleia – Conexão Enem, Conexão Cidadã e Conexão Parlamento – foram bastante afetados. O Conexão Enem, até junho de 2020, teve gravações feitas para transmissão posterior pela TV Assembleia e pelo canal do Youtube. Contudo, os dois últimos não tiveram eventos realizados.



A EALRN, por meio de formulário virtual e com o apoio da COGEP, já dispõe do resultado da pesquisa sobre lacunas de competência. Esse resultado será utilizado como insumo para a elaboração do calendário acadêmico 2021 da unidade. A pesquisa realizada contou com a resolução de 149 servidores, sendo 54 deles gestores na ALRN.



Por fim, é importante destacar que, dados o suporte e a estrutura de Tecnologia da Informação existentes na Escola da Assembleia, associados à licença de uso da plataforma adquirida, a Escola utilizou-se dessa base para a realização de reuniões internas, as quais foram importantes no apoio administrativo durante o período pandêmico. Oportunamente, essa capacidade também foi utilizada por outras divisões, coordenadorias e diretorias, e que tiveram, muitas vezes, a participação de outras instituições e/ou de outros Poderes.



Assim, atipicamente, a Escola da Assembleia tornou-se um facilitador importante para a realização de diversas e importantes reuniões e encontros, tais como:

- reunião do Protocolo de Retomada da ALRN;
- reunião de Apresentação do Diagnóstico de Clima Organizacional da ALRN;
- reunião do Grupo de Trabalho responsável por elaborar o Relatório de Gestão 2019 com a Diretoria Administrativa e Financeira;
- reunião com a empresa que desenvolve e mantém o Sistema de Gestão Escolar da EALRN;
- reunião da Assessoria de Planejamento com os gestores da Casa Legislativa sobre a Cadeia de Valor e a Arquitetura de processos da ALRN;
- reunião da EALRN com a Escola da Magistratura Federal do Rio Grande do Norte (ESMAFE/RN);
- reunião de finalização do curso “Movimente-se”, de Yoga e Bem-estar com equipe de saúde, e “Entendendo as emoções na pandemia”;
- encontro da Associação Nacional dos Servidores Públicos em Recursos Humanos dos Legislativos Estaduais (ANSREHL).

**Contratação de serviços de qualificação**



Quanto às ações de capacitação e qualificação realizadas fora da EALRN, a Casa Legislativa promoveu a participação de 11 servidores em cursos e congressos. O valor de R\$ 37.173,00 investido em seu corpo técnico resultou na melhoria/adequação de processos de trabalho de unidades relacionadas à Gestão de Compras e Patrimônio, e também da Controladoria. Resulta ainda da participação desses servidores a transferência do conhecimento adquirido para os demais servidores da Instituição.



Além disso, a ALRN manteve a parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e possibilitou o ingresso de 4 servidores no mestrado profissional de dois programas – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento.

**Enfrentando a pandemia**



A Escola da Assembleia, assim como as outras unidades da Casa, adequou suas atividades para combater e prevenir a disseminação da COVID-19. A seguir, são apresentadas as principais ações realizadas.

Ações	Efetividade
Aquisição de licença de uso de plataforma de transmissão de áudio e vídeo de alta qualidade, compartilhamento de tela e utilização de recursos de colaboração.	Comunicação remota plena entre professores e alunos, cerne do formato de ensino remoto implantado.
Adequação de processos internos.	Apoio ao ensino remoto e enfrentamento a dificuldades oriundas do cenário vivido.
Desenvolvimento de novas habilidades pelos servidores.	Execução de atividades e processos de trabalho com eficiência e eficácia.
Composição de um novo calendário acadêmico, com foco no curto prazo.	Planejamento dos servidores da ALRN e de outras instituições, assim como da sociedade para a nova oferta de atividades.
Treinamento dos professores para a utilização da plataforma e o suporte durante as atividades virtuais.	Ambientação dos professores na plataforma e apoio ao ensino remoto.
Busca por professores voluntários para ministrarem cursos remotamente.	Continuidade das ações de capacitação aos servidores da ALRN e de outras instituições, assim como da sociedade.

## Gestão de Saúde e Bem-Estar



A Gestão de Saúde e Bem-Estar de deputados estaduais e servidores da ALRN é desenvolvida pela Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem-Estar. Essa unidade, além dos atendimentos cotidianos realizados pela equipe composta por médicos, enfermeiros, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, terapeutas reikianos, educadores físicos e assistentes sociais, desenvolve programas, projetos e ações com o objetivo de promover, tratar, recuperar e manter a saúde daqueles.

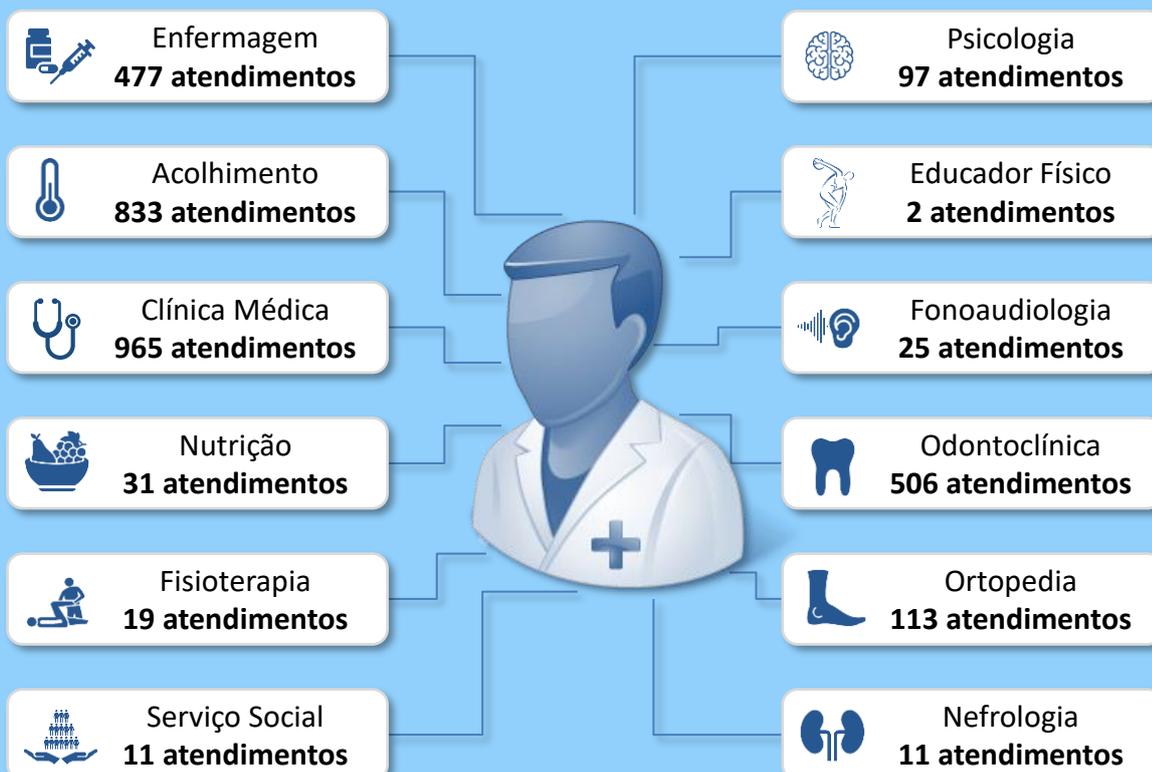


No último ano, a referida área teve o andamento de suas atividades alterado dado o contexto da pandemia ocasionada pela disseminação do *Coronavírus Disease-2019* (COVID-19). Isso afetou os atendimentos presenciais e as demais atividades planejadas e que são desenvolvidas interna e externamente à ALRN.



O atendimento presencial, o qual proporciona avaliação individual do processo de saúde/doença e resposta às necessidades de saúde dos deputados estaduais e dos servidores, foi suspenso com o fechamento da Casa. Quando ela foi reaberta para o exercício das atividades presenciais, o atendimento ficou restrito. Quando ativo, a unidade realizou os seguintes atendimentos:

### Atendimentos presenciais realizados segmentados por especialidade





O Programa de Combate ao Tabagismo, o qual contempla um conjunto de projetos e ações no âmbito da Instituição com o objetivo de reduzir ou eliminar a dependência dessa droga lícita, teve suas reuniões suspensas. Apesar disso, as orientações permaneceram sendo disponibilizadas aos integrantes.



O Projeto Movimento-se, iniciado em fevereiro, apresentou a adesão de 25 servidores, com efetivação do cadastro e avaliação médica realizados. Desse processo, foi possível identificar grupos que necessitavam de consulta nutricional ou cardiológica. Devido à pandemia, as atividades presenciais desse projeto também foram suspensas. Porém, os educadores físicos continuaram a fornecer as orientações aos participantes.

## Enfrentando a pandemia



O ano de 2020, contudo, reservou para a Gestão de Saúde e Bem-Estar um grande desafio: garantir a saúde ou, pelo menos, mitigar, no nível mais elevado possível, os efeitos da pandemia nos deputados estaduais e nos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

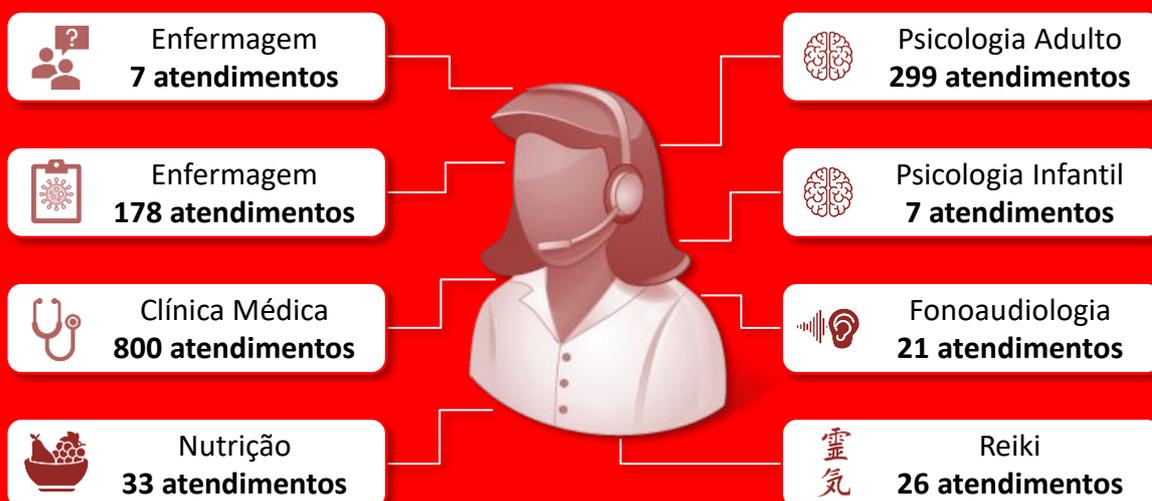


A equipe multiprofissional da área necessitou adequar-se rapidamente para enfrentar a pandemia instalada. Foram necessárias diversas reuniões e novos planejamentos para operacionalizar a unidade e o funcionamento da Casa Legislativa no contexto vivenciado.



Como resultado dessa adaptação, a unidade incluiu o teleatendimento, por meio dos diversos profissionais que compõem a equipe, aos servidores e aos deputados estaduais. Isso possibilitou a continuidade das atividades da área e o apoio institucional necessário. A seguir, são apresentados os serviços de teleatendimento disponibilizados e o quantitativo deles realizado.

### Teleatendimentos realizados segmentados por especialidade





Foi necessário também o empenho do diretor, do chefe da divisão, das chefias de núcleo e da equipe técnica, médica e de enfermagem para a elaboração do Plano de Retomada. A publicação desse documento, no Diário Oficial Eletrônico n.º 488, de 13 de agosto de 2020, possibilitou organizar o retorno às atividades presenciais pela ALRN, de forma segura e progressiva, para os servidores, os deputados estaduais, os prestadores de serviços terceirizados e a comunidade.



Esse documento estabeleceu requisitos para o melhor funcionamento da Casa. Entre eles, foram inclusas as adequações necessárias no contexto da pandemia, os critérios de afastamento de servidores pertencentes aos grupos de risco para exercício de suas atividades na modalidade *home office*, as aquisições de materiais e equipamentos pela administração, as restrições que deveriam ser implementadas e a organização dos processos relacionados à prevenção da transmissão do vírus no ambiente de trabalho.



Entre os protocolos de trabalho primordiais à volta das atividades, destacam-se: a triagem dos servidores; o afastamento daqueles que pertencem aos grupos de risco; e os processos de limpeza e desinfecção nas estruturas da ALRN (realizado por outras unidades da ALRN).

### Triagem de Servidores



A triagem de servidores que entravam para cumprir seu expediente foi realizada pela própria unidade com o levantamento de dados sobre sintomas da COVID-19, assim como sobre o histórico de adoecimento prévio e de testagem para o *Coronavírus Disease-2019*.



O registro das informações iniciou sendo feito manualmente, com o preenchimento de um formulário impresso. Posteriormente, nas três entradas da sede, a atividade foi automatizada com a utilização de computadores e sistema específico para essa finalidade. A automatização promoveu melhorias na identificação de servidores que adoeceram e aqueles potencialmente doentes.



No processo, além dos questionamentos ao servidor sobre a presença de sintomas da COVID-19, também era verificada a temperatura dos servidores. A presença de um ou mais sintomas, de forma percebida pelo profissional da saúde ou referida pelo servidor, resulta no encaminhamento para teleatendimento com o médico de plantão. Este define, então, a quantidade de dias necessários para o afastamento do servidor sintomático por meio de atestado médico, orienta sobre a doença, registra o servidor afastado e solicita os exames de acordo com o caso.

### Resumo da triagem de servidores

1.978  
servidores



13.101  
triagens realizadas



1.808  
servidores atendidos



### Afastamento de Servidores



O afastamento de servidores e deputados estaduais também foi um processo importante implementado durante a pandemia, visto que objetivou preservar a saúde daqueles que podem apresentar consequências mais danosas, caso adoeçam da COVID-19.



Buscando a maior segurança e tendo como base os estudos já realizados, foram definidos os seguintes critérios para a concessão de afastamentos aos servidores e deputados estaduais:

- idade igual ou superior a 60 anos;
- cardiopatias graves ou descompensadas;
- pneumopatias graves ou descompensadas;
- diabetes em uso de pelo menos uma classe de medicamentos que não seja a Metformina/Glifage;
- hipertensão arterial sistêmica em uso de pelo menos dois medicamentos de uso contínuo;
- imunodeprimidos;
- doenças renais crônicas;
- portador de doença crônica mediante laudo médico que o avalie como de risco para COVID-19;
- filho menor de 1 ano que mora em mesmo domicílio;
- gestantes;
- doença hepática grave;
- obesidade;
- cuidador de pessoa do grupo de risco.



Entre o início da pandemia – março de 2020 – e o fim do período deste relatório – dezembro do referido ano – foram solicitados os seguintes afastamentos relacionados a casos positivos para a COVID-19, suspeitos de estarem com a doença ou que tiveram contato direto com casos confirmados para a doença:

#### Servidores e deputados estaduais afastados relacionados à COVID-19

Descrição	Servidores e deputados estaduais
Casos notificados ao setor com exame confirmatório para COVID-19	64
Casos suspeitos <sup>1</sup>	68
Contactantes <sup>2</sup>	104
Servidores e deputados estaduais afastados	236

<sup>1</sup> Os casos suspeitos são aqueles nos quais os servidores e deputados estaduais apresentaram sintomas respiratórios similares à COVID-19.

<sup>2</sup> Os contactantes são aqueles em que os servidores e deputados estaduais apresentaram contato direto com pessoas que testaram positivo para a COVID-19.



Além desses, foram validados, pela Junta Médica da Assembleia Legislativa, os seguintes afastamentos para atividades em *home office*, conforme especificações detalhadas no Plano de Retomada, publicado na Portaria n.º 020/2020:

**Servidores e deputados estaduais afastados para atividade em *home office*, de acordo com sua situação de saúde ou contextual**

Detalhamento dos afastamentos	Servidores e deputados estaduais pertencentes a grupos de risco	Servidores e deputados estaduais não pertencentes a grupos de risco	Servidores e deputados estaduais afastados por categoria
Afastamento por obesidade	18	-	18
Afastamento por gestação	13	-	13
Afastamento por doenças crônicas	52	-	52
Afastamento por idade superior a 60 anos	21 <sup>1</sup>	-	21 <sup>1</sup>
Afastamento por ter filho com idade inferior a 1 ano	-	10	10
Afastamento por coabitar com alguém de grupo de risco	-	11	11
Outros afastamentos	-	10	10
Servidores e deputados estaduais afastados por classificação	104	31	135

<sup>1</sup> Dos 21 servidores afastados, 7 deles também comprovaram ter alguma doença crônica.



Além das atividades apresentadas e de seus efeitos gerados, essa unidade desenvolveu outras atividades relacionadas ao enfrentamento da pandemia. São elas:

- registro dos casos positivos para COVID-19;
- vigilância epidemiológica dos casos ocorridos entre servidores, com acompanhamento dos casos positivos para COVID-19 e/ou de servidores com sintomas respiratórios, por meio de consultas médicas e de enfermagem;
- rastreamento dos possíveis contatos de servidores positivos para COVID-19;
- organização de boletim informativo com os dados registrados pelo setor a respeito da doença;
- organização de materiais informativos sobre os afastamentos e condições de risco para COVID-19;
- conferência dos equipamentos de proteção individual solicitados para os servidores da ALRN, bem como participação na implementação de equipamentos de proteção coletivo, e medidas de proteção e combate à contaminação pelo coronavírus na Casa Legislativa;
- participação em reuniões de planejamento com as diretorias da Instituição, com o intuito de promover maior proteção aos servidores e melhor monitoramento da pandemia.

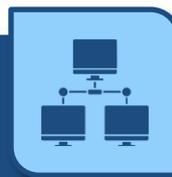


A seguir, apresenta-se um breve resumo sobre a situação de saúde quanto à pandemia.

#### Quadro-resumo da situação de saúde quanto à pandemia

Descrição	Servidores e deputados estaduais
Casos notificados ao setor com exame confirmatório para COVID-19	64
- confirmados por meio de PCR	60
- confirmados por meio de sorologia positiva para Coronavírus	04
Casos suspeitos	68
Contactantes	104
Casos em acompanhamento	00
Casos positivos recuperados	61
Óbitos	03

## Gestão de Tecnologia da Informação



A Gestão de Tecnologia da Informação tem como órgão central a Diretoria de Gestão Tecnológica. A unidade é responsável por planejar, implantar e gerenciar, por meio de recursos próprios ou de terceiros, sistemas, serviços, soluções, suporte e infraestrutura de informática necessários ao pleno funcionamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.



As atividades finalísticas desta Diretoria estão organizadas em três grandes segmentos: desenvolvimento de sistemas; infraestrutura/operações; e terceirizações. A seguir, apresentam-se as iniciativas da unidade no exercício 2020.

### Desenvolvimento de Sistemas



Com relação ao seu papel de provedora de soluções, apresentam-se, a seguir, as realizações de 2020 da área de Desenvolvimento de Sistemas, incluindo aquelas que estão em andamento. Destaque-se que, além da efetividade exposta, todas as soluções implantadas resultam em expressiva economia para o erário do Poder Legislativo.

Sistemas	Efetividade
E-Legis – SDR (Sistema de Deliberação Remota)	Aplicativo mobile integrado ao Processo Legislativo Eletrônico (E-Legis) que possibilitou o registro de presenças e votação dos parlamentares no Sistema de Deliberação Remota.
Legis Vídeo	Sistema <i>Web</i> que armazena e disponibiliza o conteúdo produzido pela TV Assembleia, criando um acervo digital das Sessões, Audiências Públicas e reuniões das Comissões. Ele tem, como uma de suas funções primárias, a marcação dos discursos dos parlamentares e ainda oferece a opção de revisão e elaboração das atas das Sessões. Em 2020, foi disponibilizado o acesso público aos vídeos das sessões e reuniões realizadas no período da COVID-19.
Legis Gestão	Sistema que provê a gestão analítica dos dados gerados pelo sistema Legis RH, apresentando dados referentes à folha de pagamento e à evolução do gasto com pessoal.
Processo Administrativo Eletrônico	O Sistema está sendo desenvolvido. Quando concluído, irá gerenciar e controlar o Processo Administrativo Eletrônico.

Sistemas	Efetividade
E-Legis – Plenário	Sistema que provê a gestão das atividades desenvolvidas durante as Sessões e das reuniões de Comissões, totalmente integrado ao Sistema E-Legis e ao Sistema E-Legis – SDR.
Legis RH / Gabinete	Sistema que provê o acompanhamento e a gestão de pessoas, dos servidores lotados nos gabinetes dos parlamentares. Tais informações são geradas pelo Sistema Legis RH.



Além das realizações anteriores, todas as soluções implantadas são acompanhadas e, quando necessárias, passam por manutenções corretivas/evolutivas. Essa necessidade advém de exigências legais, mudanças nos processos de trabalho, estudos de usabilidade e busca pela integração de sistemas/bases de dados.

Sistemas	Efetividade
AL Previ	Realiza o cálculo previdenciário para, quando da aposentadoria dos servidores da ALRN, posteriormente ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado. Essa solução é gerenciada pela Procuradoria Previdenciária.
Cadastramento do Domínio e Rede Wi-Fi	Cadastrar os servidores da Casa Legislativa para aprimorar a segurança e os serviços relacionados à rede Wi-Fi. Essa solução é gerenciada pela própria Diretoria de Gestão Tecnológica.
Ouvidoria	Sistema destinado ao recebimento e tramitação das denúncias/solicitações encaminhadas pela sociedade, por meio do Portal da Transparência.
Gestão de Documentos RH/NAPP/ARQUIVO	Sistema desenvolvido para gerir a digitalização de documentos funcionais dos servidores, com o objetivo de criar o acervo digital da Coordenaria de Gestão de Pessoas e do Núcleo de Apoio ao Pagamento de Pessoal. Esse Sistema foi substituído pelo <i>Legis Doc.</i>
OS Mobile	Aplicação <i>mobile</i> criada para agilizar o suporte da Diretoria de Gestão Tecnológica no recepcionamento dos chamados. Por meio do dispositivo móvel, os técnicos têm acesso aos chamados abertos e se deslocam para o atendimento seguinte, evitando o retorno à sala de operações.
Portal do Servidor ADMIN	Sistema que permite o recebimento das declarações de bens e rendimentos, a digitalização individual e a visualização dos informes enviados pelos servidores por meio do Portal do Servidor.

Sistemas	Efetividade
Legis RH	Sistema de gestão de pessoas e de tarefas financeiras relacionadas à folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da ALRN. Nele é possível gerenciar as operações orçamentárias e calcular os vencimentos mensais dos servidores, fazendo uso de relatórios gerenciais e financeiros. É possível também gerar arquivos de remessa para prestação de contas junto a órgãos fiscais, tributários, previdenciários e de controle, em geral. A aplicação ainda controla algumas das tarefas relacionadas à gestão de pessoas, que vão desde o cadastro de servidores, cargos e setores até a gerência das férias e do benefício de auxílio saúde.
App Portal do Servidor	Aplicativo que permite ao servidor consultar suas declarações de bens e rendimentos, seus informes de rendimento, sua pasta funcional e seu crachá, por meio de dispositivo móvel cujo sistema operacional seja Android ou iOS.
Processo Legislativo Eletrônico - E-Legis	Sistema que gerencia a atividade legislativa de forma totalmente eletrônica, desde o seu início na confecção da tramitação. Essa aplicação é a evolução do Sistema de Gestão do Processo Legislativo.
Portal da Transparência	Novo <i>layout</i> desenvolvido para atender às exigências tecnológicas mais modernas, com o objetivo de tornar a apresentação dos dados no portal da transparência mais dinâmica e simples, facilitando o acesso para toda a sociedade.
Diário Oficial Eletrônico	Sistema destinado à geração do Diário Oficial Eletrônico, veículo de comunicação, publicação e divulgação dos atos do Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte, instituído pela Lei n.º 10.046, de 20 de janeiro de 2016. Por meio dessa aplicação, os setores administrativos encaminham as documentações que serão analisadas pelo setor competente e posteriormente publicadas.
Legis Doc	Sistema que permite a digitalização de documentos vinculados aos servidores ou a outras fontes de dados. Esse software é base de dados para diversas aplicações que necessitam do armazenamento digital dos documentos a ele vinculados.
Legis RH Administrativo	Aplicação que registra a frequência diária dos servidores. Estando integrado ao Legis RH, aplica descontos relativos a faltas não justificadas e aos acompanhamentos dos registros de gozo de férias, licenças e afastamento. Cadastra a programação de férias para o ano seguinte, visando ao controle e à gestão de pessoas.
Legis Seg	Sistema que possibilita a gestão dos usuários e suas permissões, provendo um controle de acesso único a vários sistemas, ainda que independentes.

Sistemas	Efetividade
Previsão de Impacto Orçamentário	Relação das informações do impacto orçamentário em virtude de um ato de nomeação.
Controle de Audiência Pública	Gestão das audiências públicas. Engloba o agendamento, cadastro de autoridades, emissão dos convites e arquivos dos documentos anexos que foram produzidos nessa audiência.
Gerenciador de Processo de Informação	Gerenciar processos remetidos à Assembleia, visando à tramitação, acompanhamento e cumprimento dos prazos.

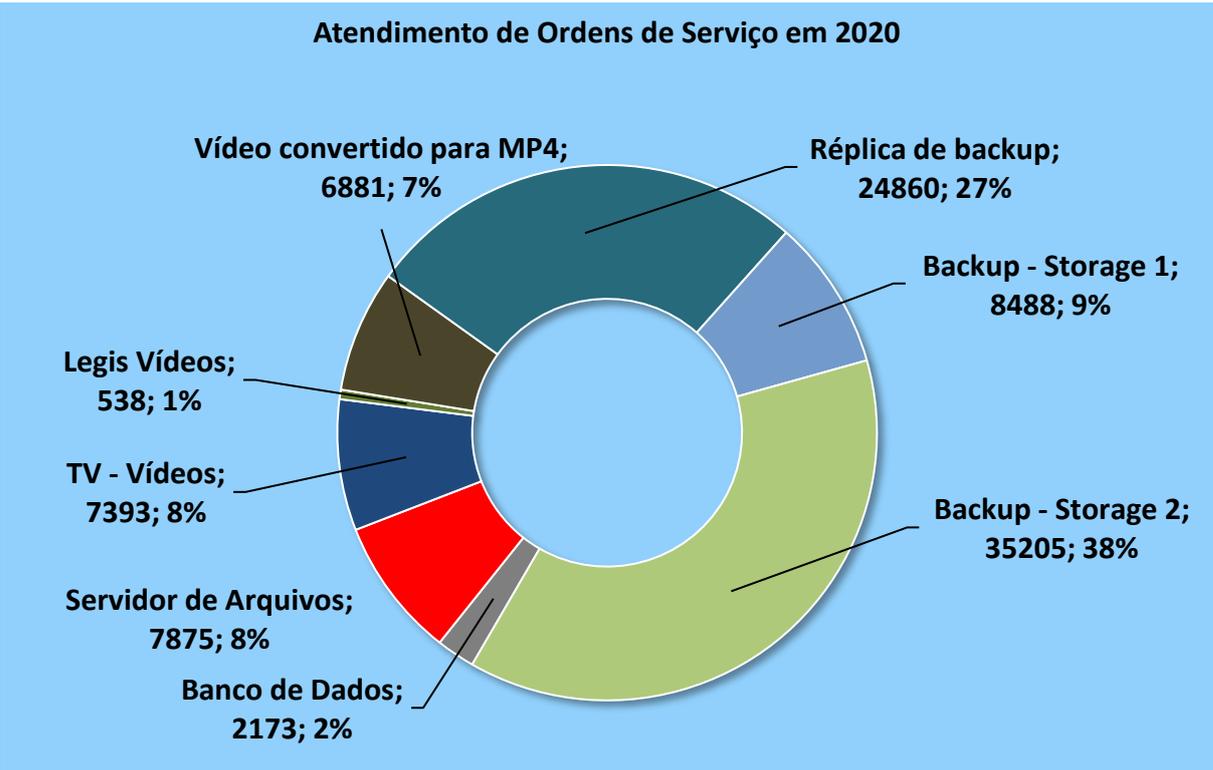
**Infraestrutura e Operações**



Nos 13 servidores de rede, que são responsáveis por armazenar os dados produzidos pelos Sistemas e por arquivos de dados compartilhados pelos usuários, montou-se uma configuração de replicação de dados, tendo sempre dois servidores com dados repetidos e atualizados, automaticamente, com a finalidade de garantir um sistema tolerante a falhas, em caso de desastres com um desses servidores ou algum disco em uso por eles.



Como forma de preservar e garantir a segurança dos dados produzidos, evitando-se, assim, perdas acidental, a ALRN investiu em dois *Storage* de Armazenamento para uso de *backup*, sendo um com capacidade de 10 Terabytes; e outro com capacidade de 43 Terabytes.





Os atendimentos de suporte aos usuários são realizados por uma equipe de 17 profissionais: alguns deles lotados nos anexos; e a maioria, no prédio sede. Os atendimentos são diversos, desde uma simples dúvida operacional ao reparo e substituição de peças nos equipamentos.



Destacamos, na apresentação do gráfico a seguir, os quantitativos dos atendimentos concluídos apenas pela nossa equipe de suporte. Não se levou em consideração os atendimentos realizados pelos parceiros que a ALRN tem contrato de manutenção.



A disponibilização dos serviços de VPN, que possibilitou que a maioria dos serviços oferecidos pela TI fossem realizados de forma remota pelos usuários que estavam em regime de *Home Office*, fez com que os números de atendimentos internos reduzissem a menos de 40%, se comparado a 2019.



### Terceirização



A Diretoria de Gestão Tecnológica, para prover alguns dos seus serviços, necessita fazer uso da contratação de serviços de terceiros. Nesse sentido, a ALRN apresenta os seguintes contratos relacionados à área de Tecnologia da Informação:

- solução terceirizada de antivírus corporativo, composta de console de gerenciamento centralizado e licenças para todos os componentes – servidores, estações de trabalho e dispositivo móveis – da rede da Casa Legislativa, para os diferentes sistemas operacionais. Este contrato foi assinado em 2019, renovado e aditivado em outubro de 2020;
- solução de comunicação de dados com concessionária de serviços de telecomunicações engloba os serviços de telefonia fixa e móvel, comunicação de dados, segurança e gerência da informação, *e-mail* corporativo e ferramentas colaborativas;
- manutenção preventiva e corretiva de impressoras e *outsourcing* de impressoras engloba a prevenção e a correção de eventuais problemas com as impressoras da ALRN, assim como das impressoras em regime de comodato.

## Enfrentando a pandemia



A manutenção do distanciamento social entre as pessoas apresentou-se como uma das medidas mais eficazes no combate à pandemia. Ao mesmo tempo, os servidores das diversas unidades da ALRN necessitavam executar processos de trabalho específicos que precisavam ser continuados sob o risco de interrupção no funcionamento da ALRN, ainda que a Casa Legislativa tenha suspenso as atividades presenciais por determinado período e retomado, de modo gradual, posteriormente.



Decorrente dessa questão imperiosa, diversas unidades apresentaram essa problemática para a Diretoria de Gestão Tecnológica, objetivando buscar meios para que os servidores desses setores tivessem condições para desempenhar o trabalho remoto, mantendo a produtividade habitual.



Diante da necessidade, inicialmente, a unidade instalou e configurou o serviço de Rede Virtual Privada (*Virtual Private Network* – VPN) que possibilitou aos servidores e deputados estaduais, de forma transparente e segura, o acesso a todos os serviços disponibilizados. Além disso, foram revisados e aprimoradas as políticas de disponibilização e *backup* de dados, o que permitiu um gerenciamento centralizado e com vários pontos de replicação, garantindo melhor a salva dos dados e facilitando sua recuperação em caso de desastres.



Também foram realizadas diversas melhorias para a disponibilização dos Sistemas, antes utilizados exclusivamente via *intranet*, por meio da *internet*, mantendo a segurança da informação, a transparência e a continuidade das atividades administrativa e legislativa da Casa.



Os Sistemas disponibilizados foram o E-Legis, o SDR, o Legis RH, o Legis Vídeo e o Portal do Servidor – todos desenvolvidos internamente –, assim como os sistemas Orçamentário Financeiro e Protocolo, os quais são terceirizados.



Para a interação com o SDR, a ALRN fez a aquisição de 30 *tablets*, para uso pelos parlamentares, garantindo segurança no momento da votação. Os dispositivos foram customizados e integrados ao Sistema, o que possibilitou aferir o voto do deputado de forma segura, utilizando, para isso, a autenticação de dois fatores (uso da senha e biometria). Isso possibilitou mobilidade aos parlamentares para participarem das atividades legislativas remotamente.



Também foi adquirida licença de uso de plataforma que possibilitou a transmissão de áudio e vídeo de alta qualidade, o compartilhamento de tela e a utilização de recursos de colaboração, permitindo ainda a comunicação remota entre parlamentares e servidores, permitindo a continuidade das atividades legislativas com a utilização do Sistema ELEGIS. Tal solução foi adotada pela Casa, quando, em função da Pandemia, a ALRN passou a realizar as Sessões Plenárias e reuniões das Comissões de forma remota, incluindo o sistema de votação.

## Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico



A Gestão da Infraestrutura e Apoio Logístico na ALRN tem suas atividades concentradas na Coordenadoria de Infraestrutura e Apoio Logístico (CIAL). A ela compete gerenciar e manter os serviços de limpeza e conservação predial, transportes, audiovisual, copeiragem, garçonagem, jardinagem e operação de elevadores. Além disso, essa unidade dirige, controla e supervisiona a execução direta e indireta dos serviços de conservação arquitetônica, reformas e atualização das instalações internas, edificações e áreas externas do complexo edificado da Instituição.



Os beneficiários das atividades realizadas pela unidade incluem todos os parlamentares e os servidores da Casa Legislativa, e a comunidade externa que também utiliza sua estrutura física. Isso é resultado da abrangência das atribuições dessa área de gestão.



Visando garantir a maior eficiência, eficácia e efetividade de suas ações, segmentou-se a Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico em cinco subáreas, a saber: Gestão de Manutenção, Gestão de Serviços Gerais, Gestão da Arquitetura e da Engenharia, Gestão de Transportes e Gestão de Telecomunicações e Audiovisual.

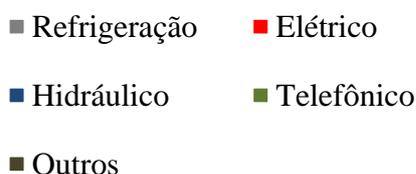
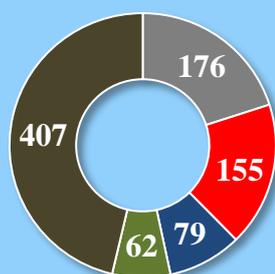


A Gestão de Manutenção, em observância aos planos e regulamentos existentes, atuou principalmente no atendimento de solicitações de manutenção predial, as quais foram encaminhadas por Ordem de Serviço (OS) e executadas por profissionais terceirizados e/ou servidores da própria Instituição.



Devido à pandemia e à suspensão parcial das atividades presenciais na ALRN, o quantitativo de serviços solicitados e executados foi inferior em comparação aos anos anteriores. As demandas mais comuns foram relacionadas à Refrigeração (176), a Elétrico (155), a Hidráulico (79) e à Telefonia (62), que corresponderam a 54% do total. As demais solicitações totalizaram 407 atendimentos e foram relacionadas a armários, a fechaduras, a portas de vidro, dentre outras 18 categorias existentes e que foram utilizadas para classificar e direcionar os atendimentos.

Atendimento de Ordens de Serviço em 2020





A Gestão de Manutenção também gerenciou, no prédio sede e nos anexos, as seguintes tarefas:

- os serviços de auxiliares de manutenção predial e eletricista;
- os serviços de locação e manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar;
- os serviços de controle de vetores e pragas urbanas;
- os serviços de limpeza e desobstrução das caixas de gordura;
- os serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores;
- a manutenção preventiva e corretiva de portões eletrônicos;
- a aquisição de materiais e equipamentos para suprir a demanda por insumos necessários para os serviços de manutenção predial e equipamentos solicitados por diversos setores da Casa.



Fez parte ainda da atuação dessa subárea a manutenção do grupo gerador de energia elétrica, no edifício sede, e a contratação do serviço de manutenção corretiva da plataforma de acessibilidade, na Escola da Assembleia.



A Gestão de Serviços Gerais coordenou as atividades de apoio à limpeza e higienização, bem como os serviços de portaria, garçomagem, copa e jardinagem. Além disso, prestou apoio à desinfecção dos diversos ambientes, visando à prevenção quanto ao vírus, e atuou de forma integrada e colaborativa com todos os setores, mormente as Divisões de Almoxarifado e de Gestão de Contratos e Convênios. Também gerenciou os serviços contratados de limpeza profissional de tapetes, carpetes e similares, assim como o serviço de coleta seletiva.



A Gestão da Arquitetura e da Engenharia envolveu-se principalmente no planejamento, coordenação e desenvolvimento de anteprojetos e projetos executivos de arquitetura e engenharia, bem como gerenciou a contratação e execução de obras e serviços de engenharia para intervenção no patrimônio edificado do complexo arquitetônico da ALRN.



A Gestão de Transportes, devido à pandemia, adequou-se a outras atividades, uma vez que sua principal atuação ocorre no apoio aos programas “Assembleia e Você”, “Qualidade de Vida e Saúde”, “Coleta Seletiva Solidária”, “Conexão Enem” e “Memória Itinerante”, os quais tiveram suas ações presenciais suspensas em grande parte. Assim, essas ações foram focadas, sobretudo: 1) nas remessas de documentos e processos para órgãos de controle externo, jurisdicionais e de justiça; (2) no deslocamento de servidores para prédios da Casa e/ou entidades públicas e privadas que têm vínculo com a ALRN; e (3) na gestão e atualização dos contratos de locação e manutenção de veículos.



A Gestão de Telecomunicações e Audiovisual atuou no apoio técnico e operacional de áudio e vídeo às atividades legislativas e administrativas, com ênfase para as atividades de planejamento e suporte às sessões legislativas que foram realizadas à distância. Essas atividades foram essenciais para a manutenção do fluxo dos trabalhos parlamentares e administrativos por meio das mídias digitais. Gerenciou, ainda, a manutenção de todos os equipamentos presentes no Plenário e no Auditório, nas salas de reuniões e de aulas da EALRN.

### Gestão de Operação e Manutenção

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Planejamento e execução dos serviços de dedetização e controle de pragas, e monitoramento da qualidade da água.	Adequado ambiente de trabalho com proteção da saúde dos servidores e visitantes.
Planejamento e execução das atividades de manutenção de tomadas, disjuntores e fiações.	Manutenção da estrutura elétrica em perfeito estado de conservação e funcionamento.
Fiscalização dos contratos de fornecimento de energia e subestações elétricas.	
Planejamento e execução dos serviços de manutenção de torneiras, encanamentos e bombas d'água.	Manutenção da estrutura hidráulica em perfeito estado de conservação e funcionamento.
Coordenação dos serviços de limpeza e desobstrução de caixas de gordura e caixas d'água, além de abastecimento d'água.	
Controle da operação e da manutenção de elevadores e plataformas elevatórias.	Provisão da acessibilidade de todos os usuários; prestação de suporte às atividades legislativas e administrativas.
Fiscalização dos contratos de operação e manutenção de sistemas de climatização.	
Atendimento das demandas gerais por confecção de chaves e carimbos.	
Execução da manutenção geral de portas e mobiliário, sempre que possível o conserto.	

### Gestão de Transportes

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Gestão da frota de veículos à disposição da instituição e o uso pelos servidores.	Proporcionou o trânsito de servidores e documentos entre os prédios sede e anexos da Assembleia e com outras instituições, prestando suporte com eficiência.
Planejamento e acompanhamento da qualidade dos serviços prestados pelos motoristas.	
Supervisão do controle de gastos com combustíveis.	

## Gestão de Serviços Gerais

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Supervisão dos serviços de limpeza e higiene predial das dependências da ALRN.	Manteve limpas e/ou higienizadas todas as dependências físicas internas e externas.
Monitoramento das atividades do supervisor dos ASGs.	
Fiscalização da prestação dos serviços de higienização e limpeza.	
Planejamento da aquisição e/ou a modernização de produtos e equipamentos de limpeza.	
Coordenação das ações e atividades de jardinagem.	Embelezamento, conservação e manutenção das áreas jardinadas.
Fiscalização dos trabalhos nas áreas jardinadas.	
Planejamento da aquisição de bens e insumos relacionados às atividades de jardinagem.	
Planejamento da contratação de serviços terceirizados de jardinagem.	
Gerenciamento dos serviços dos garçons.	Prestação dos serviços de garçonagem aos deputados estaduais, à presidência e às diretorias.
Supervisão e distribuição das tarefas e escalas de trabalho.	
Planejamento da aquisição de bens e insumos relacionados às atividades de garçonagem.	
Orientação e supervisão da gestão dos serviços de recepção e atendimento ao público.	Prestação dos serviços de recepção, atendimento e filtragem de ligações telefônicas, fornecimento de informações ao público, identificação e orientação da circulação de visitantes.
Gerenciamento dos serviços de copa e fornecimento de água e café.	Prestação dos serviços de copeiragem nas copas da ALRN localizadas no Prédio Sede e seus anexos.
Planejamento da aquisição de bens e insumos relacionados às atividades de copeiragem.	
Planejamento da contratação de serviços terceirizados de copeiragem.	

## Gestão da Arquitetura e da Engenharia

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Execução de serviços de engenharia para confecção de grades para a entrada da Rua Ulisses Caldas.	Aumento dos níveis de segurança no acesso à Casa Legislativa.
Execução de serviços de engenharia para instalação de <i>scanners</i> nas entradas principais do Palácio José Augusto.	Modernização de infraestrutura física para a instalação dos novos equipamentos.
	Aumento dos níveis de segurança no acesso à ALRN.
Execução de serviços de engenharia nas instalações da restaurante do prédio sede (incluindo cozinha).	Otimização do espaço físico existente para melhor acomodação dos usuários e melhoria do fluxo de trabalho.
	Modernização das instalações prediais para melhoria na qualidade dos serviços oferecidos ao público.
	Adequação das instalações prediais da cozinha industrial às exigências legais dos órgãos fiscalizadores, garantindo a saúde e o bem-estar de funcionários e clientes.
Execução de serviços de manutenção da infraestrutura do <i>hall</i> de circulação do 2º pavimento.	Organização e otimização dos sistemas prediais (elétrico, hidráulico, luminotécnico) do pavimento.
	Melhoria da qualidade das instalações prediais e da eficiência energética do prédio.
Execução de serviços de manutenção da sala de reuniões da Presidência.	Modernização do espaço físico com manutenções pontuais (pintura, rodapé, papel de parede, mesa de reuniões e iluminação).
	Melhoria da qualidade das instalações prediais e da eficiência energética do prédio.
Execução de serviços de engenharia da infraestrutura da Escola da Assembleia.	Otimização dos espaços físicos existentes para melhor acomodação dos usuários.
	Modernização do espaço físico com manutenções pontuais (pintura de fachada, regularização de substituição de piso, etc.).
	Adequação do prédio às exigências legais de acessibilidade universal (pavimento térreo) e aos novos padrões de identidade visual.

continua &gt;

## Gestão da Arquitetura e da Engenharia

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Elaboração de estudo para Consulta ao IPHAN acerca da ampliação do Palácio José Augusto.	Otimização dos espaços dos Gabinetes Parlamentares e unidades administrativas.
	Ampliação na integração de diversas unidades administrativas separadas fisicamente em prédios anexos.
	Melhoria no fluxo de processos administrativos.
	Redução de custos relacionados à locação de imóveis, a combustível, a transporte de servidores, a materiais de expediente e a documentos, etc.
Elaboração de estudo arquitetônico para adequação do Auditório Cortez Pereira.	Otimização do espaço físico existente para melhor acomodação dos usuários.
	Modernização do espaço físico com manutenções pontuais (pintura de fachada, regularização de substituição de piso, etc.).
	Adequação do espaço às exigências legais de acessibilidade universal.
Elaboração de estudo arquitetônico para fachada da Escola da Assembleia.	Adequação do prédio aos novos padrões de identidade visual da Escola da Assembleia.
Elaboração de estudo técnico para Manual de Identidade Visual (sinalização predial).	Criação de um guia técnico para uso dos padrões visuais e verbais na comunicação dos prédios da Assembleia Legislativa.
Elaboração de estudo de layout para gradil externo do Palácio José Augusto.	Aumento dos níveis de segurança no acesso à Casa Legislativa.
Elaboração de relatórios técnicos do novo Anexo Administrativo e do Solar Tavares de Lyra (Memorial Legislativo Potiguar).	Aprovação de licenciamento das obras de engenharia junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB (EIV, RITUR, etc.).
Elaboração de “as built” arquitetônico do Palácio José Augusto (atualização de plantas arquitetônicas).	Atualização das características dimensionais do prédio sede para elevar a fidelidade das medidas de áreas e perímetros dos projetos.

## Gestão da Arquitetura e da Engenharia

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Elaboração de projeto arquitetônico da Coordenadoria de Segurança Institucional.	Modernização na infraestrutura de atendimento ao público na Coordenadoria.
	Melhoria na subdivisão interna dos processos administrativos.
	Otimização do espaço para acomodação de servidores e coordenador.
Elaboração de estudo para mobiliário da lanchonete do Palácio José Augusto.	Otimização do espaço físico existente para melhoria na qualidade dos serviços oferecidos aos usuários e melhoria do fluxo de trabalho.
Elaboração de projeto arquitetônico de Gabinete - Francisco do PT.	Modernização na infraestrutura de atendimento ao público no Gabinete Parlamentar.
	Melhoria na subdivisão interna dos processos administrativos do Gabinete Parlamentar.
	Otimização do espaço para acomodação de servidores e parlamentar.
	Melhoria nas infraestruturas de rede e instalações elétricas, com aumento da eficiência energética e consequente redução do consumo de energia devido à utilização de lâmpadas LED.
Elaboração de Projeto Básico para licitação da obra de construção do novo Anexo Administrativo e Solar Tavares de Lyra (Memorial Legislativo Potiguar).	Definição do escopo do objeto a ser contratado.
	Garantia dos requisitos técnicos e legais para o processo de licitação de acordo com a lei 8.666/93.
Elaboração de Projeto Básico para licitação de serviços relativos à elaboração de projeto de combate a incêndio e "as built" da Escola da Assembleia.	Definição do escopo do objeto a ser contratado.
	Garantia dos requisitos técnicos e legais para o processo de licitação de acordo com a lei 8.666/93.

**Gestão da Arquitetura e da Engenharia**

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Gerenciamento e fiscalização de contrato de prestação de serviços de apoio à regularização fundiária.	Garantia do cumprimento das exigências legais por parte da(s) empresa(s) contratada(s) previstas no contrato da obra. Melhoria na fiscalização com a verificação periódica e acompanhamento dos custos de cada etapa da obra.
Gerenciamento e fiscalização de contrato de prestação de serviços de elaboração de projeto de combate a incêndio e "as built" da Escola da Assembleia.	
Gerenciamento e fiscalização do contrato referentes aos Projetos Complementares do novo Anexo Administrativo.	
Gerenciamento e fiscalização do contrato referentes ao Projeto Arquitetônico e aos Projetos Complementares do Solar Tavares de Lyra (Memorial Legislativo Potiguar).	
Gerenciamento e fiscalização da obra de reforma da estrutura física da Procuradoria Legislativa / Comissões Permanentes.	

**Gestão de Telecomunicações e Audiovisual**

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Supervisão dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de audiovisual dos Auditórios e Plenários.	Manutenção dos meios de audiovisual adequados às atividades Parlamentares e administrativas.
Assessoramento nos eventos internos (audiências públicas, reunião de comissões) e externos (Assembleia e você, Escola da Assembleia).	
Preservação e acondicionamento dos equipamentos de audiovisual.	
Fornecimento e operação de equipamentos de áudio e vídeo para realização de eventos.	

## Enfrentando a pandemia



Durante o período de pandemia, além das ações apresentadas e de seus efeitos gerados, essa unidade prestou suporte ao planejamento e à execução do protocolo de retomada das atividades presenciais. A seguir, apresentam-se as atividades desenvolvidas e a efetividade delas relacionadas a essa finalidade.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Limpeza/desinfecção periódica em condicionadores de ar em intervalos menores que o habitual, a fim de evitar o acúmulo e a disseminação do vírus.	Colaborou com a preservação da segurança e da saúde dos servidores e dos parlamentares em trabalho presencial.
Reestruturação da gestão da frota de veículos, visando assegurar o transporte de servidores e parlamentares com segurança.	
Desinfecção de elevadores em intervalos de 1h, analisando-se o fluxo de pessoas no local.	
Realização de três desinfecções no prédio sede e nos anexos, nos meses de junho, outubro e novembro.	Proporcionou um ambiente salubre e com menos probabilidade de disseminar doenças respiratórias.
Elaboração de Procedimento Operacional Padrão para limpeza e desinfecção, diária e semanal, visando prevenir e combater a disseminação do vírus.	Colaborou com a aplicação prática do plano de retomada das atividades proposto pela equipe de saúde da Casa.
Elaboração de estudo de <i>layout</i> para implantação de divisórias de acrílico no Plenário Clóvis Motta.	Adequação do espaço físico às exigências da pandemia provocada pelo vírus.
Prestação de apoio técnico às sessões e reuniões parlamentares e administrativas durante o período pandêmico.	Possibilitou a continuidade dos trabalhos da Casa por meio de estrutura técnica à distância.

## Gestão de Compras e Patrimônio



A Gestão de Compras e Patrimônio na Assembleia Legislativa tem suas atividades centralizadas na Coordenadoria de Compras e Patrimônio. Essa unidade, subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira (DIAF), é responsável por gerir o patrimônio da Instituição, desde o planejamento para sua aquisição até o desfazimento dos seus bens.



Para a melhor gestão dessa área, a qual desempenha funções imprescindíveis para a manutenção das atividades administrativas e legislativas, a Gestão de Compras e Patrimônio encontra-se segmentada nas subáreas: Gestão de Licitações, Gestão de Contratos e Convênios, e Gestão de Material e Patrimônio.

### Gestão de Licitações



A Gestão de Licitações, mesmo com as dificuldades geradas pela pandemia, realizou sem intercorrências os procedimentos licitatórios essenciais ao funcionamento da ALRN. A seguir, encontram-se demonstradas, resumidamente, as licitações programadas e a situação desse planejamento. Algumas licitações, inicialmente programadas, foram revogadas, visto que, após a avaliação feita pela DIAF, não foram consideradas essenciais para o momento atípico.

Licitações programadas	Situação
Contratação de empresa em serviços de editoração eletrônica, impressão de publicação de livros.	Finalizada .
Locação de ar-condicionado.	Finalizada.
Aquisição de material de limpeza.	Finalizada.
Aquisição de material de manutenção.	Finalizada.
Aquisição de material de expediente.	Finalizada.
Contratação de sistema de TI para suporte à Gestão da Área Educacional na Escola da Assembleia.	Finalizada.
Aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para plenário.	Finalizada.
Contratação de empresa para prestar serviços de mão-de-obra terceirizados.	Finalizada.
Aquisição de água mineral.	Finalizada.

continua >

Licitações programadas	Situação
Aquisição de gêneros alimentícios.	Finalizada.
Aquisição de ar-condicionado.	Fracassada.
Aquisição de equipamentos de EPIs para combate à COVID-19.	Finalizada.
Contratação de empresa para prestar serviços manutenção de portões.	Finalizada.
Contratação de empresa para prestar serviços de locação de veículos.	Finalizada.
Contratação de empresa para prestar serviços de locação de geradores.	Finalizada.
Aquisição de uniformes para a segurança e garçons da AL/RN.	Finalizada.
Contratação de empresa para prestar serviços de limpeza de caixa d'água.	Finalizada.
Aquisição de equipamentos de bombeiros.	Fracassada.
Aquisição de chaves e carimbos.	Fracassada.
Aquisição de câmeras para segurança AL/RN.	Finalizada.
Aquisição de equipamentos de informática.	Finalizada.
Aquisição de placas e medalhas.	Revogada.
Aquisição de flores.	Revogada.
Contratação de empresa para prestar serviços de terceirização de restaurante.	Revogada.



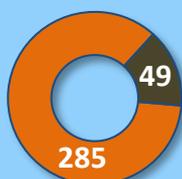
Para apoiar a realização dos processos licitatórios, foram elaborados 73 termos de referência e projetos básicos, realizadas 51 pesquisas mercadológicas, emitidas 334 solicitações de despesas e 327 ordens de compra e de serviço.



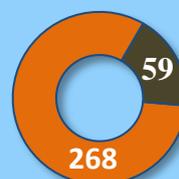
Das 334 solicitações de despesas emitidas, 285 foram pré-empenhadas pela Coordenadoria de Planejamento e de Execução Orçamentária e Financeira (CEFO). Quanto às ordens de compra e de serviço, 268 foram empenhadas e são referentes a aquisições e a contratações de serviços efetivamente realizados.

#### Solicitações de despesas emitidas

#### Ordens de compra e de serviço emitidas



■ Empenhadas  
■ Não-empenhadas



Gestão de Contratos e Convênios



A Gestão de Contratos e Convênios tem como responsabilidade a gestão dos acordos de vontade firmados entre a ALRN e terceiros. Decorrente desse dever, a subárea produziu as minutas e os contratos, bem como todos os convênios e congêneres, aditivos e apostilamentos nos quais a Casa Legislativa figurou no polo contratante.



Além disso, elaborou os termos de dispensa e de inexigibilidade, cadastrou-os no Sistema Integrado de Auditoria Informatizada (SIAI), do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), e analisou e fiscalizou a execução dos contratos de forma geral, buscando soluções para os problemas encontrados.



No ano de 2020, foram produzidos 79 novos contratos. Esse número, comparado ao do ano anterior, representa uma redução superior a 60% e está relacionado à pandemia, especificamente à publicação de decretos que autorizaram somente as contratações de serviços e aquisição de bens essenciais. Além disso, foi refeita a avaliação dos contratos administrativos vigentes.



O gráfico, a seguir, apresenta os valores gastos anualmente com os contratos firmados nos últimos 6 anos. Observa-se uma linha crescente nos custos desses contratos, uma vez que temos atualizações de valores de mercado com periodicidade anual, bem como aumento nas manutenções e em determinadas aquisições. Contudo, diante da atipicidade do ano de 2020 no qual houve redução de muitas atividades e ações legislativas, verificou-se uma redução dos valores gastos com contratos.



Quanto aos convênios, em 2020, foram feitos 26 termos de convênios ou de doação com órgãos e prefeituras municipais, com o objetivo de doar máscaras e álcool a 70%. Atualmente, há 32 convênios, congêneres e protocolos de intenções ativos que a ALRN é parte. A maioria não possui destinação de recursos financeiros.



A seguir, são apresentadas as principais atividades realizadas pela subárea de Gestão de Contratos e Convênios.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Redação, edição, elaboração e análise de contratos, convênios e outros ajustes.	Maior segurança e controle aos produtos adquiridos e serviços contratados pela ALRN.
Disciplinamento, no âmbito da ALRN, das ações referentes à celebração e ao gerenciamento dos contratos, convênios e congêneres.	Promoção de uma gestão pautada em resultados, buscando o atendimento aos princípios da economicidade e da excelência dos serviços ou produtos propostos.
Acompanhamento dos prazos de vigência dos contratos, convênios e outros ajustes.	Garantia de melhores contratos ao longo dos anos, e celeridade na tramitação da continuidade das contratações, não deixando nenhum contrato vencer por prazo sem que haja necessidade do serviço.
Notificação das empresas, de acordo com as necessidades apresentadas na gestão contratual.	Garantia de uma execução próxima à excelência, promovendo análise criteriosa de todas as obrigações contidas nos contratos, bem como observando qualquer irregularidade que possa existir e promover seu saneamento.
Arquivamento de todas as documentações que sejam pertinentes à subárea.	Garantia extra caso os documentos digitalizados se percam de alguma forma. Além disso, há a guarda dos processos de contratos e de convênios que não envolvam repasse de valores.
Manutenção do contato direto com fiscais dos contratos e com a DIAF, comunicando qualquer falha ou irregularidade encontrada.	Melhoria na comunicação com os servidores fiscais, otimização na gestão e fiscalização dos serviços contratados, maior alcance de informações com a Direção da Casa, inclusive menor lapso temporal para resolver pendências em relação aos contratos que necessitem de autorização.
Planilhamento de todos os contratos e convênios, promovendo uma gestão rápida, transparente efetiva.	Controle de todas as demandas que envolvam contratação em que a ALRN figure como contratante ou até mesmo contratado, com maior gestão.
Análise e planilhamento das Notas Fiscais.	Promoção de um duplo filtro nos pagamentos dos contratos, a fim de verificar se estes estão de acordo com o contratado.
Publicização dos atos administrativos praticados pela DGCC.	Cumprimento do princípio administrativo da publicidade e transparência dos contratos, convênios e todos os instrumentos feitos por essa Divisão.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Gerenciamento completo da documentação que envolve os contratos de terceirização de mão de obra.	Garantia e segurança para a Casa Legislativa e seu ordenador de despesa, assegurando que todos os direitos trabalhistas dos funcionários contratados por meio de locação de mão de obra estão em vigor, bem como a execução dos serviços de atividade de manutenção da ALRN estão em perfeita ordem. Isso porque esses serviços são atividades-meio, que promovem a possibilidade de servidores estarem laborando, por exemplo, nos serviços de limpeza.
Promoção da produção de Termos de Dispensa e Inexigibilidade.	Controle de processos licitatórios que não sejam necessários, e maior celeridade na compra ou contratação de itens de pequeno valor ou serviços de capacitação e ensino, por exemplo.
Informação no SIAI sobre os Termos de Dispensa e Inexigibilidade.	Conformidade com a legislação da Corte de Contas Estadual.
Gerenciamento da Conta Vinculada nos Contratos Terceirizados.	Otimização nos direitos trabalhistas e aplicação da legislação.
Publicização dos atos administrativos praticados pela subárea.	Cumprimento do princípio administrativo da publicidade e transparência dos contratos, convênios e todos os instrumentos feitos por essa Divisão.

**Gestão de Material e Patrimônio**

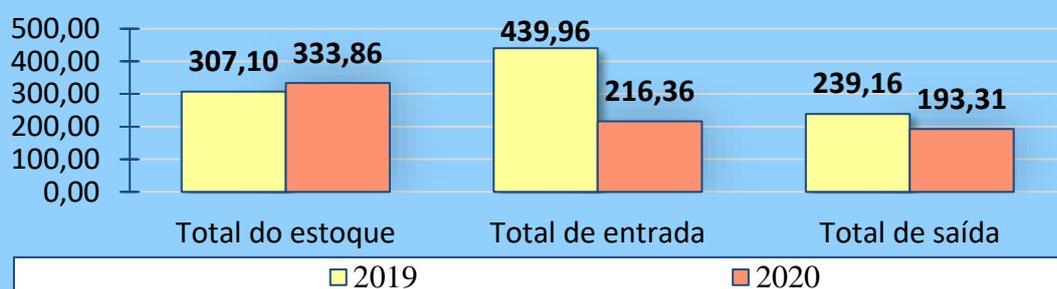


A Gestão de Material e Patrimônio abrange o planejamento da aquisição de bens de uso comum e a gestão do acervo de bens materiais da Assembleia Legislativa, garantindo o abastecimento de todos os setores.



Dentre os itens que foram adquiridos em maior quantidade, merecem destaque os gêneros alimentícios, os produtos de limpeza e os equipamentos de proteção individual, os materiais de expediente, o gás de cozinha e a água mineral. A seguir, apresenta-se um gráfico comparativo entre os anos de 2019 e 2020, para ilustrar o comportamento do consumo no âmbito do Poder Legislativo, que faz parte da rotina diária do almoxarifado.

### Gestão de Entradas e Saídas do Almojarifado (em R\$ 1.000)



Quanto ao gerenciamento dos bens materiais, foi realizada uma reavaliação dos bens inservíveis e irrecuperáveis, juntamente com a Comissão Permanente de Desfazimento de Bens. A atividade resultou no relatório de avaliação que foi utilizado para o descarte dos bens, por meio de um Projeto desenvolvido pela Comissão de Coleta Seletiva Solidária.

Programas / Projetos / Ações	Efetividade
Recebimento, armazenamento e distribuição de bens adquiridos.	Suprimento da demanda de insumos das diversas unidades da ALRN, visando a que cada servidor tenha os meios necessários para desempenhar seu trabalho.
Elaboração de relatórios de consumo.	Justificativa para aquisições e suprimento das demandas internas.
Manutenção dos estoques.	Garantia do abastecimento dos produtos consumidos diariamente na ALRN.
Recebimento, armazenamento, distribuição e manutenção do controle da localização de cada bem móvel permanente.	Suprimento da demanda dos diversos setores no tocante aos bens móveis e garantia do conforto e bem-estar dos funcionários, disponibilizando móveis de qualidade.
Redistribuição de bens móveis em disponibilidade.	Remanejamento de móveis entre setores de modo que, caso algum deles não sirva a um determinado setor, possam ser reaproveitados em outro, gerando economia para o órgão.
Elaboração do inventário anual.	Manutenção atualizada de relatórios de todos os bens móveis, garantindo, assim, o controle patrimonial da ALRN.
Desfazimento de bens inservíveis.	Descarte de bens por serem velhos ou inservíveis, liberação de espaço nos depósitos, atualização do patrimônio móvel do órgão, de acordo com as leis vigentes.

## Enfrentando a pandemia



A pandemia exigiu adequações na unidade. A principal delas esteve relacionada à adoção do regime de trabalho remoto, o qual possibilitou a continuidade das atividades da unidade e o abastecimento das unidades administrativas e legislativas.



Ademais, a unidade realizou diversas atividades que tiveram relação com a prevenção e o combate à pandemia pela Casa Legislativa. A seguir, são apresentadas as ações realizadas nesse sentido.

Ações	Efetividade
Estudo das legislações que nasceram em virtude da Pandemia do SARS-Cov-2019	Possibilitou a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), tais como álcool líquido a 70%, álcool em gel a 70%, termômetros, medidores de temperatura à distância, <i>face shield</i> , máscaras descartáveis de proteção (modelo N95), substâncias químicas higienizantes próprias para combater a COVID-19; e a contratação de serviços específicos.
Produção de documentos necessários para a aquisição de produtos e contratação de serviços.	
Realização de procedimento licitatório para aquisição de produtos e contratação de serviços.	
Disponibilização de EPIs e EPCs.	Supriu as necessidades internas da ALRN e possibilitou o retorno dos servidores, de forma presencial, ao trabalho.
Elaboração dos termos de convênio de doação de máscaras e álcool em gel a 70%.	Autorização para compra e doação de máscaras e álcool em gel a 70% a municípios e a hospitais municipais do Estado.
Logística para a distribuição de 140 mil litros de álcool e de 25 mil máscaras descartáveis de proteção (modelo N95), aos municípios e a outras unidades do Estado pela ALRN.	Contribuiu para a proteção dos profissionais da área de saúde e segurança que estavam atuando na linha de frente no combate à pandemia, assim como da população assistida.
Aditivo no contrato de detetização.	Contratação de serviços de desinfecção dentro do contrato de dedetização, garantindo maior saúde e segurança aos servidores da ALRN.

Ações	Efetividade
Gerenciamento completo dos contratos de terceirizados, com escalas de trabalho ou jornada reduzida.	<p>Afastamento dos terceirizados mais idosos e com comorbidades, e rodízio para os demais, evitando a reunião deles em um mesmo local, sem prejuízo à limpeza e organização da ALRN.</p> <p>Negociação de férias de terceirizados, gerando uma economia ao erário e à empresa, visto que não necessitou de substituição e reduziram-se os valores de vale alimentação e/ou vale transportes de algumas categorias.</p>
Suspensão de contrato de locação do <i>teleprompter</i> do Plenário pelos meses em que a Casa Legislativa ficou fechada.	Economia ao erário, mantendo em vigor o contrato.
Renegociação de valores e reajuste de todos os contratos que foram aditados.	Economia ao erário.

## Gestão de Remuneração e Benefícios



A Gestão de Remuneração e Benefícios, na ALRN, tem como órgão central a Coordenadoria de Remuneração e Benefícios, cuja unidade é responsável por gerir, organizar e operar os fluxos e as rotinas de pagamento dos deputados estaduais, servidores ativos e inativos.



No decorrer de 2020, esta Coordenadoria, diante das suas competências normativas, desempenhou várias atividades que obtiveram efetividade, tanto para um melhor atendimento aos deputados estaduais e servidores quanto para refletirem em economia para administração pública.



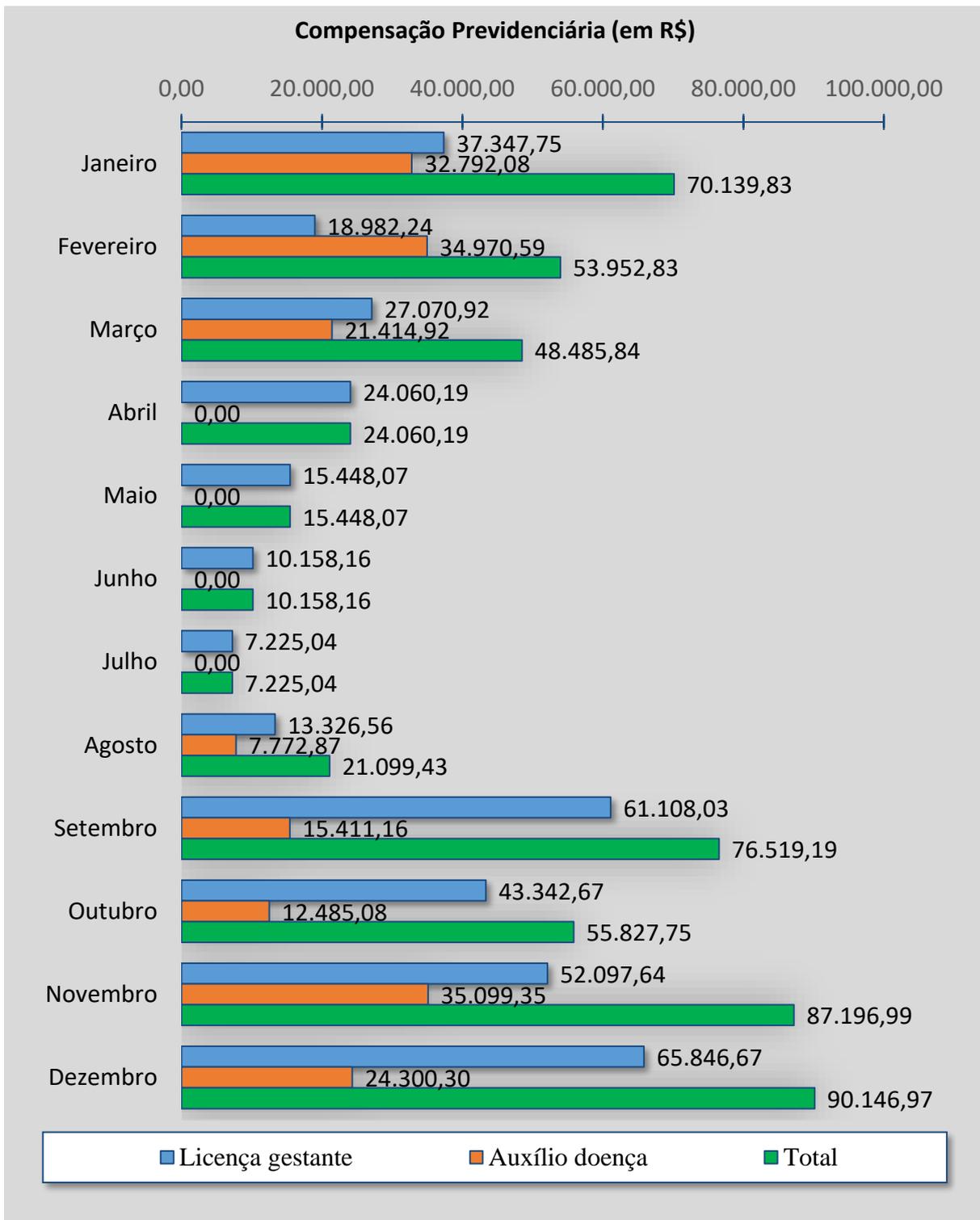
No que pese as dificuldades decorrentes da pandemia da COVID-19, as atividades foram desempenhadas tanto presencialmente quanto em *home office*. Nesse formato híbrido, desempenhou-se as seguintes ações:

- levantamento dos vencimentos de servidores cedidos à Justiça Federal, de modo a possibilitar a edição de correspondências endereçadas ao referido Poder Judiciário Federal no Rio Grande do Norte, com vistas à obtenção do ressarcimento dos valores dos vencimentos, vantagens e obrigações patronais pagos a esses servidores por esta Casa Legislativa;
- criação de um canal de comunicação bidirecional para os aposentados da ALRN, por meio de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas, visando desse modo aproximar os servidores inativos do acesso às informações pertinentes a eles;
- encaminhamento à Receita Federal do Brasil da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, referentes ao exercício 2020, dos pagamentos realizados no Ano Calendário 2019, como também a emissão dos comprovantes de rendimentos disponibilizados aos deputados estaduais e aos servidores ativos e inativos desta Casa Legislativa;
- elaboração e encaminhamento da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) contendo informações financeiro-cadastrais ao Ministério do Trabalho, referentes ao exercício de 2020, correspondentes aos dados do Ano Calendário 2019;
- encaminhamento mensal da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) das informações financeiro-cadastrais dos servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão;
- encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) das informações financeiras e cadastrais dos servidores desta Casa Legislativa, por meio do sistema SIAI-DP;
- coordenação do controle efetivo dos empréstimos financeiros realizados pelos servidores deste Poder, por meio do Sistema E-consig, e da troca de arquivo no sentido de importar as informações para o sistema de folha de pagamento, visando à atualização dos valores consignados em folha de pagamento;

- implantação mensal dos valores do auxílio saúde, por meio das informações geradas pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP), com o objetivo de efetuar o pagamento mensal aos servidores;
- implantação mensal dos valores das férias constitucionais, por meio das informações geradas pela COGEP, no sentido de efetuar o pagamento correspondente a 1/3 (um terço) de sua remuneração;
- elaboração, mensalmente, dos relatórios referentes à folha de pagamento de pessoal, com o objetivo de enviá-los à Coordenadoria de Planejamento e de Execução Financeira e Orçamentária (CEFO), para conhecimento e providências quanto ao encaminhamento das ordens bancárias;
- disponibilização, por meio do Sistema informatizado do Banco do Brasil (BBPAG), a liberação do crédito referente aos pagamentos mensais em favor dos deputados estaduais, servidores ativos e inativos;
- realização, mensalmente, do confronto dos valores existentes nos demonstrativos financeiros com os valores correspondentes aos arquivos de crédito enviados ao banco;
- desenvolvimento de canal de comunicação entre a Coordenadoria e os servidores, por meio de *e-mail*, com o objetivo de responder às dúvidas e encaminhamento de solicitações, facilitando sobremaneira o atendimento das demandas encaminhadas pelos servidores desta Casa Legislativa;
- elaboração de demonstrativos mensais, visando retratar os impactos financeiros, na folha de pagamento de pessoal e encaminhamento à Diretoria-Geral e à Diretoria Administrativa e Financeira com o objetivo de subsidiar a gestão na área de pessoal;
- inserção de demonstrativos financeiros em atendimentos da ALRN a demandas oriundas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MP/RN) e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJ/RN), como também a demandas de processos administrativos internos;
- iniciação do processo de Comprovação da Prova de Vida do servidor, que tem como objetivo efetuar o controle dos pagamentos dos servidores inativos desta Casa Legislativa, tendo as atividades interrompidas em decorrência da pandemia da COVID-19; e
- realização da Compensação Previdenciária em razão do afastamento de servidores desta Casa Legislativa que se encontravam de licença gestante ou por doença incapacitante ao trabalho, na ocasião do repasse dos valores previdenciários dos servidores, em favor dos Institutos de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte (Ipern) e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).



O demonstrativo a seguir reflete a economia para esta Casa Legislativa, em razão da implantação da compensação previdenciária dos servidores afastados por doença incapacitante e licença gestante. O total dessa compensação resultou em R\$ 560.260,29.



No exercício de 2020, a Comprovação da Prova de Vida do Servidor, que tem como objetivo efetuar o controle dos pagamentos dos servidores inativos desta Casa Legislativa, não foi realizada em razão da suspensão das atividades presenciais decorrente da decretação da pandemia COVID-19.

## Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Fiscal



A Coordenadoria de Planejamento e de Execução Orçamentária e Financeira é a unidade responsável pelo acompanhamento, gestão e execução das atividades normativas e executivas de planejamento da administração orçamentária, contabilidade, e movimentação financeira da ALRN, visando à manutenção do equilíbrio das contas públicas.



A gestão dessa área é compartilhada com a Diretoria-Geral e a Diretoria Administrativa e Financeira, que são responsáveis pelo direcionamento dos recursos e contam com o apoio da Assessoria de Planejamento.



A condução da gestão dessa área pelas referidas unidades direciona-se pelo Planejamento Estratégico Horizonte 2023 e rege-se pela normatização legal das leis orçamentárias: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.



### Base Legal

#### Plano Plurianual (PPA)

Define **estratégias**, diretrizes e metas da Administração Pública para o período de 4 anos.

Validade: Quadrienal

Instrumento: Lei n.º 10.695 de 14/02/2020

Vigência: 2020-2023

#### Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Define **regras** para a elaboração e a execução do orçamento do exercício seguinte.

**Anexo de Metas Fiscais**

**Prioridades e Metas do Governo**

Validade: Anual

Instrumento: Lei n.º 10.580 de 29/08/2019

Vigência: 2020

#### Lei Orçamentária Anual (LOA)

Estima as receitas e programa as despesas de cada exercício, de acordo com as prioridades do **PPA** e as regras estabelecidas na **LDO**.

Validade: Anual

Instrumento: Lei n.º 10.696 de 17/02/2020

Vigência: 2020

## Estrutura do Plano Plurianual

0100 – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado  
(Ações responsáveis pela manutenção das atividades da Assembleia Legislativa)

Ações:

- manutenção e funcionamento da Assembleia Legislativa;
- encargos com pessoal;
- preservação do Patrimônio Público;
- operacionalização do FUNLE.

5004 – Fortalecimento da Ação Legislativa  
(Ações finalísticas)

Ações:

- realização de concurso público;
- manutenção das ações dos serviços de saúde e assistência social;
- desenvolvimento das atividades culturais;
- programa Assembleia e Você;
- construção, reestruturação e ampliação das unidades da AL;
- programa de Qualidade de Vida no Trabalho;
- reequipamento da Assembleia Legislativa;
- reaparelhamento e modernização tecnológica.

3008 – Desenvolvimento da Ação Parlamentar  
(Ação finalística)

Ação:

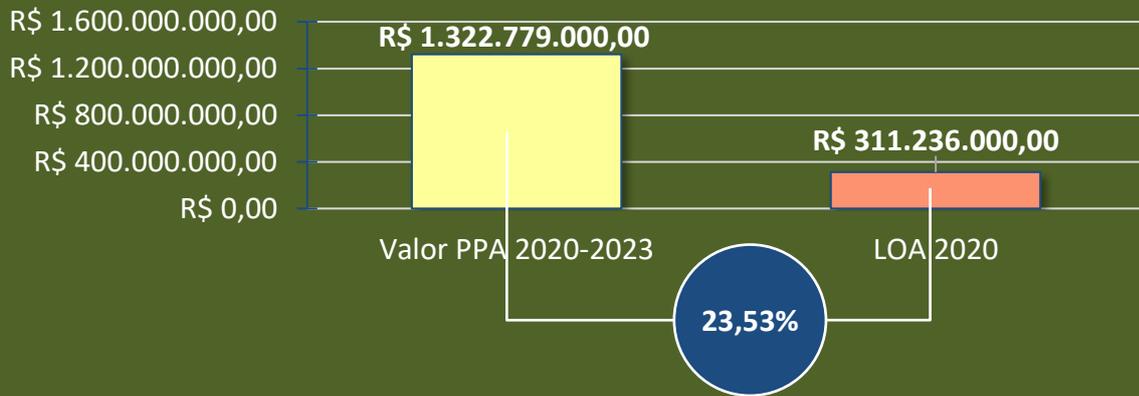
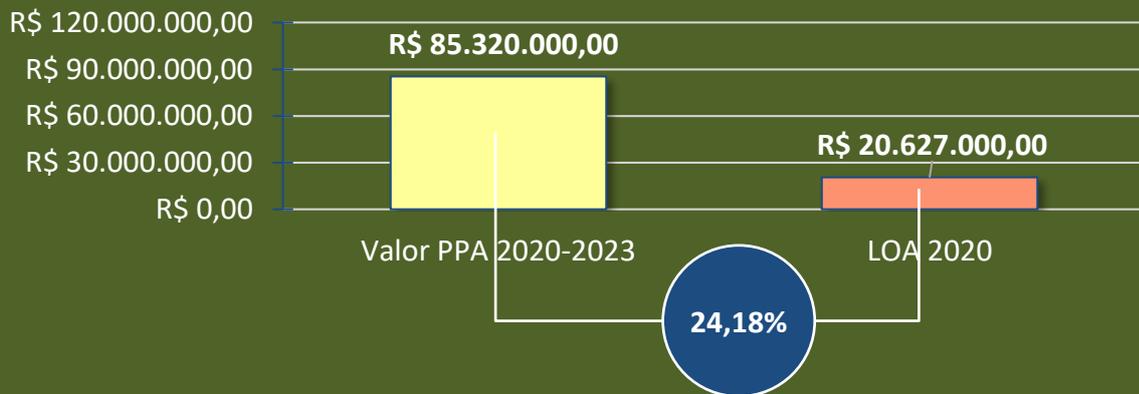
- desenvolver atividades de apoio à ação parlamentar.

3009 – Programa Educacional da Assembleia Legislativa  
(Ações finalísticas)

Ações:

- capacitação para gestores, servidores públicos e cidadãos – Escola da Assembleia;
- participação em congressos, cursos e palestras.

## Execução do Plano Plurianual

Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado  
PPA 2020-2023 X LOA 2020Programas Temáticos  
PPA 2020-2023 X LOA 2020

Balanço orçamentário

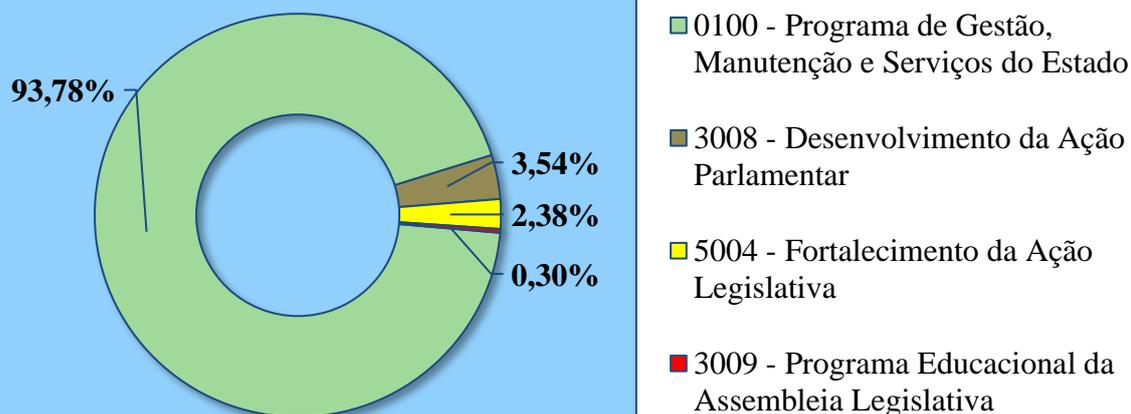


A Lei nº 4.320/64, em seu art. 102, dispõe que o balanço orçamentário “demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas”. Sendo assim, este demonstrativo tem por objetivo listar as metas de arrecadação e a fixação das despesas, compreendidas no planejamento, e evidenciar a execução das receitas e despesas do exercício. A partir disso, é possível verificar o equilíbrio do orçamento.



O balanço orçamentário é elaborado para controlar apenas as despesas e receitas orçamentárias, ou seja, aquelas que foram aprovadas a partir da LOA referente a determinado exercício.

Despesa por Programa – LOA 2020



A previsão total de recursos na LOA n.º 10.696, de 17/2/2020 (LOA 2020) foi de R\$ 331.863.000,00, correspondendo a 23,57% do valor programado no PPA para o quadriênio 2020-2023, na ordem de R\$ 1.408.099.000,00, referentes aos Recursos do Tesouro.



Do valor previsto na LOA 2020, foi destinado para o Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado o percentual de 93,78% do total dos referidos recursos. O percentual de 6,22% restante corresponde ao somatório dos Programas Finalísticos: Desenvolvimento da Ação Parlamentar, Fortalecimento da Ação Legislativa e Programa Educacional da Assembleia Legislativa.

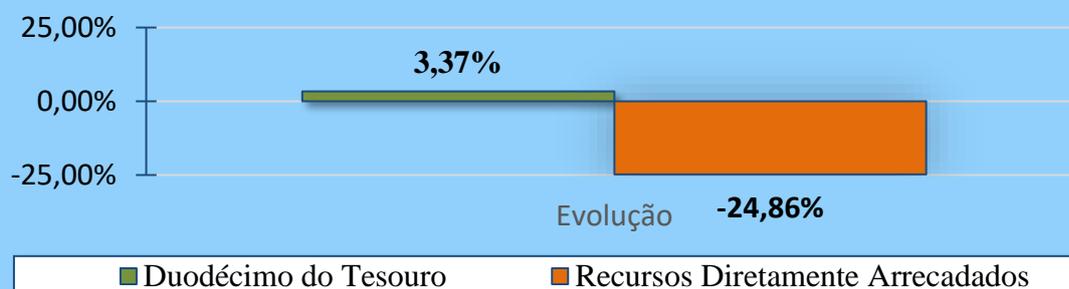
### Receita

**Evolução da Receita 2019-2020 (em R\$ 1.000)**



A receita estimada para o exercício de 2020, em relação ao orçamento de 2019, foi corrigida no percentual de 3,37%. O cálculo desse reajuste tomou como base os índices macroeconômicos definidos na LDO 2020.

**Evolução da Receita 2019-2020 (em %)**



No que se refere as receitas oriundas dos recursos diretamente arrecadados, observa-se uma redução no percentual de -24,86. Essa redução justifica-se em razão da série histórica vir demonstrando déficit da arrecadação dos referidos recursos, quando comparados aos valores previstos.

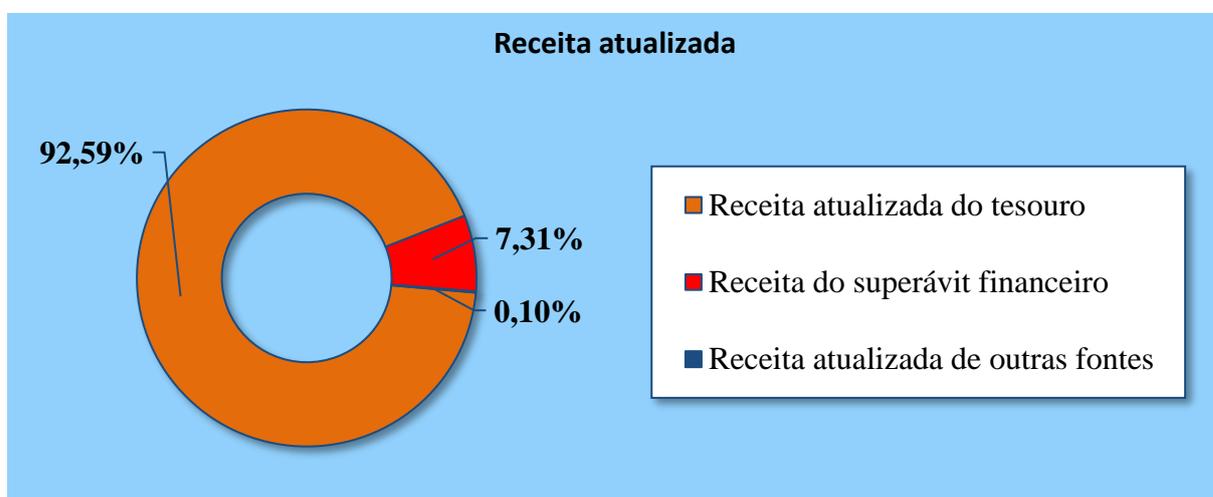
## Receita atualizada



O Balanço Orçamentário de 2020, na Receita dos Recursos do Tesouro (duodécimo), apresentou montante inicial de R\$ 331.473.000,00. Durante a execução orçamentária, após a incorporação de superávit financeiro, apurado em balanço patrimonial e abertura de crédito suplementar, o valor contabilizado foi de R\$ 370.703.465,98.



Do valor total contabilizado, o montante de R\$ 343.956.550,12 corresponde ao duodécimo do Tesouro do exercício e representa 92,59% do total das receitas atualizadas; o superávit incorporado corresponde a 7,31%; e outras fontes participam com 0,10%.



Na LOA as receitas são previstas, porém, ao longo do exercício, essas previsões de receitas são atualizadas, de modo a ajustarem as mudanças que ocorrem no período.



Cabe ao Poder Executivo Estadual a arrecadação das receitas, repassando a este Poder Legislativo apenas a receita prevista na LOA, por meio de duodécimos mensais – repartição em 12 partes do valor da Receita Prevista a ser repassada à ALRN, durante todo o exercício financeiro.

## Receita Corrente

### Fundo Legislativo (FUNLE)



A receita realizada do FUNLE, no valor de R\$ 5.693.869,02, foi contabilizada nas Categorias de Receitas: Tributária, Patrimonial e Outras Receitas Correntes. Do total realizado, as Outras Receitas Correntes correspondem a 86,87%.

### Receita atualizada (em R\$ 1.000)



## Execução Orçamentária, Financeira e Contábil



A despesa total da Casa Legislativa, inicialmente fixada na LOA 2020, foi no valor de R\$ 331.863.000,00. Ajustes realizados, durante a execução orçamentária, incrementaram o valor total para R\$ 371.093.000,00, sendo essa diferença oriunda de crédito suplementar de incorporação de superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2019.



Após os ajustes orçamentários dos recursos inicialmente programados, as despesas de Pessoal e Encargos Sociais tiveram reduzidas em 4,84% a sua participação no total das despesas programadas. As Outras Despesas Correntes obtiveram um incremento de 0,75%; os Investimentos aumentaram 3,01%; e as Inversões Financeiras foram incluídas na programação com a participação de 1,08%.

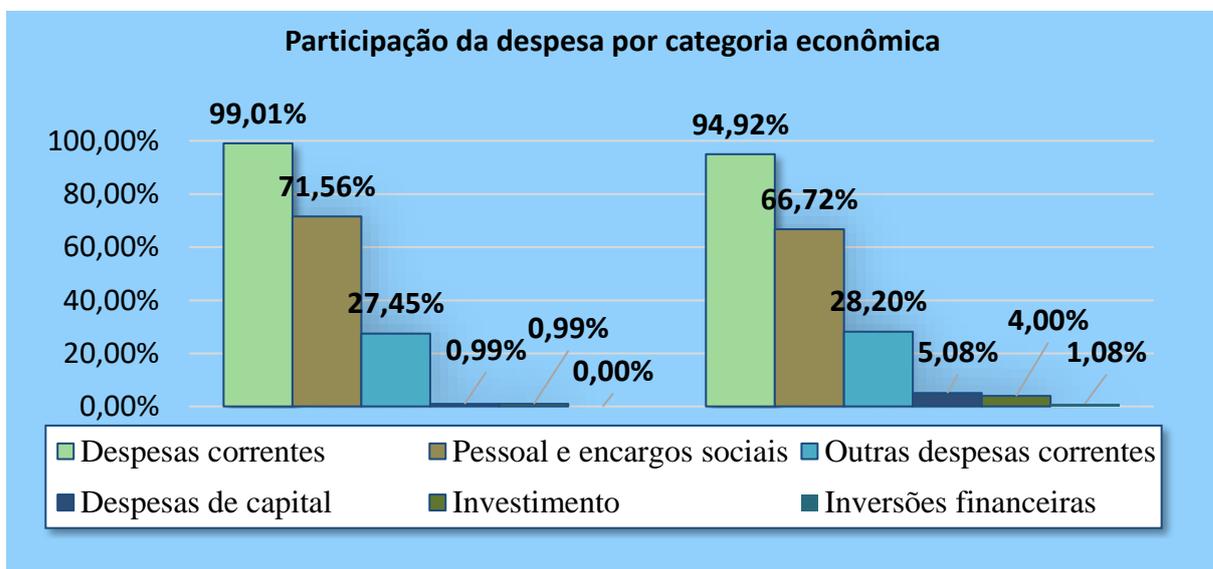


A apropriação do superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial e incorporado por meio de crédito suplementar, não se concretizou em despesa efetiva, considerando que foi empenhado apenas 83,70% dos valores atualizados.

Despesa	Exercício Financeiro - 2020						
	Inicial (* (A)	Part. Rel. (**)	Atualizada (* (B)	Part. Rel. (**)	Δ (** (B/A)	Realizada (* (*)	Part. Rel. (**)
<b>3. Despesas correntes</b>	<b>328.577</b>	<b>99,01</b>	<b>352.244</b>	<b>94,92</b>	<b>7,20</b>	<b>309.348</b>	<b>99,59</b>
Pessoal e encargos sociais	237.492	71,56	247.581	66,72	4,24	234.683	75,56
Outras despesas correntes	91.085	27,45	104.663	28,20	14,90	74.665	24,03
<b>4. Despesas de capital</b>	<b>3.286</b>	<b>0,99</b>	<b>18.849</b>	<b>5,08</b>	<b>473,61</b>	<b>1.257</b>	<b>0,41</b>
Investimento	3.286	0,99	14.849	4,00	351,88	1,257	0,41
Inversões financeiras	-	-	4.000	1,08	-	-	-
<b>Total</b>	<b>331.863</b>	<b>100,00</b>	<b>371.093</b>	<b>100,00</b>	<b>11,82</b>	<b>310.605</b>	<b>100,00</b>

(\*) Os valores da coluna devem ser multiplicados por R\$ 1.000.

(\*\*) Os valores da coluna estão em porcentagem.



O Balanço Orçamentário 2020 demonstra ainda que, do valor aplicado nas Despesas Correntes, os Recursos Humanos foram responsáveis por 75,56% do total da despesa empenhada, mantendo um percentual idêntico ao apurado no Balanço Orçamentário 2019. E quanto as ações de suporte classificadas como “Outras Despesas Correntes”, estas refletem as ações de controle realizadas nesta Casa Legislativa, atingindo 24,03%, mantendo uma participação equivalente ao exercício de 2019 que representou 24,09%.



O acréscimo de recursos nas Despesas de Capital, durante a execução do orçamento foi na ordem de 473,61%. Comparado ao valor inicial previsto esse percentual representa um acréscimo do valor nominal na ordem de R\$ 15.563.000,00, dos quais 74,30% foram destinados para Investimentos e 25,70% para Inversões Financeiras. Mesmo tendo havido suporte orçamentário, somente foi empenhado 10,87% do valor programado para os Investimentos.



A apropriação do Superávit Financeiro, apurado em Balanço Patrimonial, e do Crédito Suplementar não se concretizou em despesa efetiva, considerando que foi empenhado apenas 83,70% dos valores atualizados.

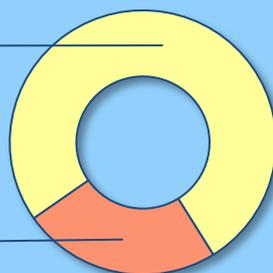


As despesas totais empenhadas importaram em R\$ 310.605.236,89, sendo R\$ 309.348.068,46 de Despesas Correntes e R\$ 1.257.168,43 de Despesas de Capital.

#### Despesas correntes empenhadas

R\$ 234.683.000,00;  
75,86%

R\$ 74.665.000,00;  
24,14%



- Pessoal e encargos sociais
- Outras despesas correntes



Conforme demonstrado no gráfico, do total de todas as despesas, os investimentos foram responsáveis por 0,40% das despesas empenhadas.

**Restos a pagar**

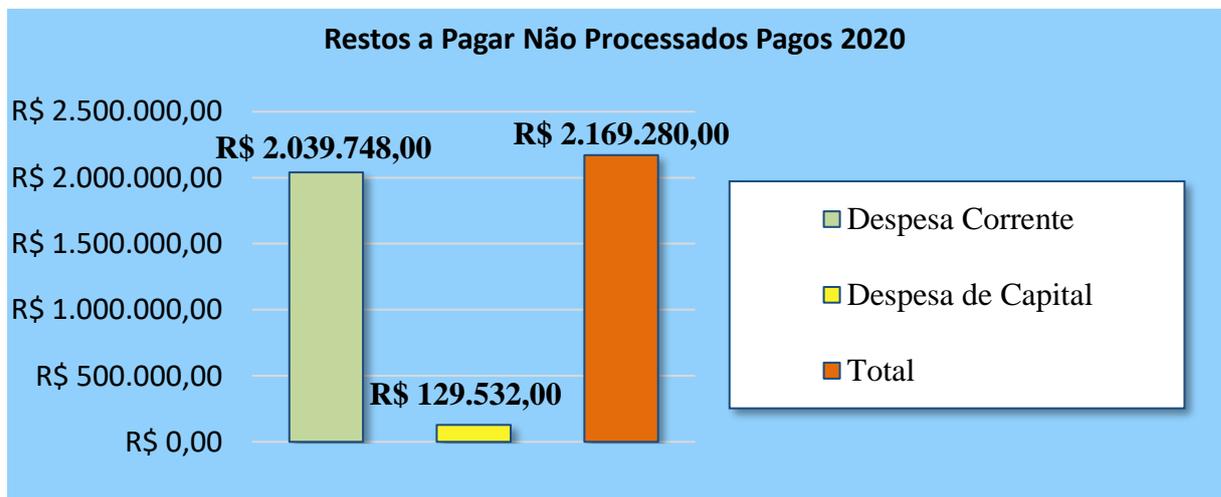


A anualidade orçamentária é um princípio constitucional que vem sendo flexibilizado por normas secundárias que ficam abaixo da Constituição. Assim, os Restos a Pagar flexibilizam a rigidez do princípio ao permitirem a execução do orçamento em outros exercícios, caracterizando um modelo de plurianualidade. A inscrição de Restos a Pagar deverá ser compatível com a disponibilidade financeira para o ano subsequente.



O relatório de Restos a Pagar informa o pagamento de 100,00% dos Restos a Pagar processados; e 94,68% dos Restos a Pagar não processados, conforme demonstrado no gráfico. O valor nominal do saldo de Restos a Pagar "não processados" foi de R\$ 216.302,30. Fica comprovado, portanto, que a ALRN teve disponibilidade financeira para honrar as despesas inscritas em Restos a Pagar, conforme dados contábeis registrados no Balanço 2020.

Restos a Pagar Processados	R\$ 2.141.835,14
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 5.245.684,81
Restos a Pagar Reinscritos (exercícios anteriores)	R\$ 94.500,00
<b>Total Restos a Pagar 2020</b>	<b>R\$ 7.482.019,95</b>



### Balço Patrimonial

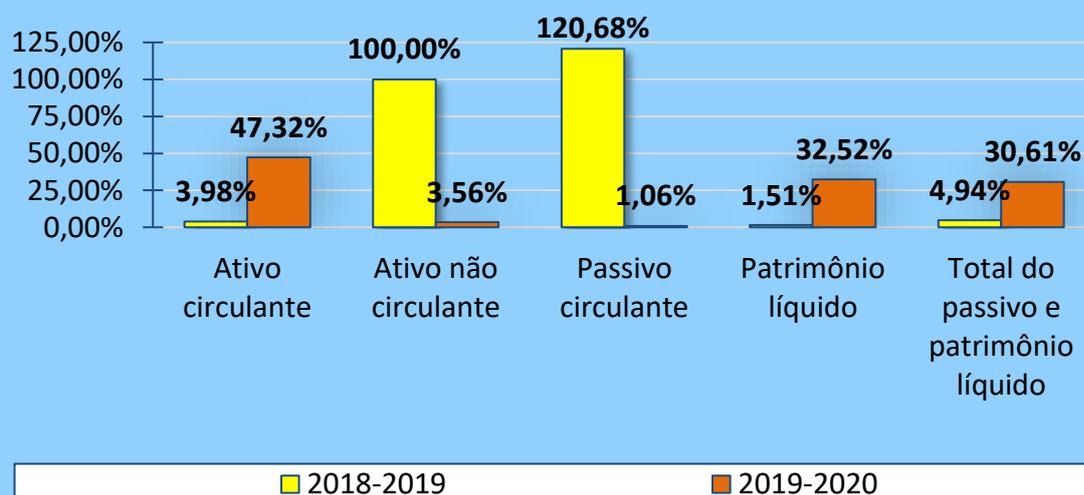


O Ativo Circulante x Passivo Circulante, apurados no Balço Patrimonial do exercício 2020, contabiliza um crescimento positivo no que se refere à disponibilidade de caixa, comparado aos exercícios de 2018 e 2019. O Ativo Circulante em 2020 cresceu 47,32% em relação ao exercício anterior, atingindo o montante de R\$ 58.179.000,00.



O Passivo Circulante registrou um aumento de 120,68% em 2019, comparado a 2018. No entanto, no período 2020- 2019, esse percentual cresceu apenas 1,06%, atingindo um valor nominal de R\$ 3.914.000,00. O Balço Patrimonial, portanto, apresenta um indicador positivo na apuração do equilíbrio das contas da ALRN.

Comparativo do Balço Patrimonial 2018-2019 e 2019-2020 (em %)



Ativo	2020	2019	2018
<b>Ativo circulante</b>	<b>58.179</b>	<b>39.491</b>	<b>37.981</b>
Caixa e equivalente de caixa	58.171	39.481	37.973
Demais créditos e valores a curto prazo	8	10	8

Ativo	2020	2019	2018
<b>Ativo não circulante</b>	<b>25.283</b>	<b>24.413</b>	<b>22.911</b>
Imobilizado	25.283	24.413	22.911
Bens móveis	23.802	23.173	21.671
Bens móveis	1.481	1.240	1.240

<b>Total do ativo</b>	<b>83.463</b>	<b>63.904</b>	<b>60.892</b>
-----------------------	---------------	---------------	---------------

Passivo	2020	2019	2018
<b>Passivo circulante</b>	<b>3.914</b>	<b>3.873</b>	<b>1.755</b>
Trabalhistas, previdenciária e assistencial a ser pago a curto prazo	2.134	2.113	0
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	0	28	R\$ 55
Demais obrigações a curto prazo	1.780	1.732	1.700

<b>Total do passivo</b>	<b>3.914</b>	<b>3.873</b>	<b>3.873</b>
-------------------------	--------------	--------------	--------------

Patrimônio Líquido	2020	2019	2018
<b>Resultados acumulados</b>	<b>79.549</b>	<b>60.030</b>	<b>59.137</b>
Resultados do exercício	19.519	893	12.257
Resultado de exercícios anteriores	60.030	59.137	44.880

<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>79.549</b>	<b>60.030</b>	<b>59.137</b>
------------------------------------	---------------	---------------	---------------

### Balanco Financeiro

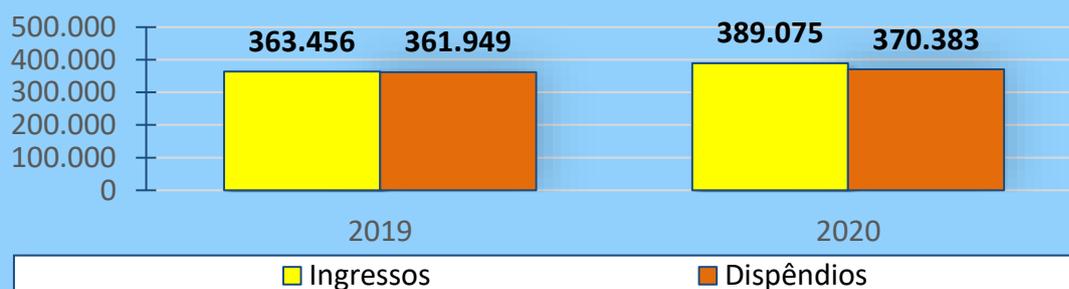


O Balanço Financeiro apresenta as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, os quais se transferem para o exercício seguinte.

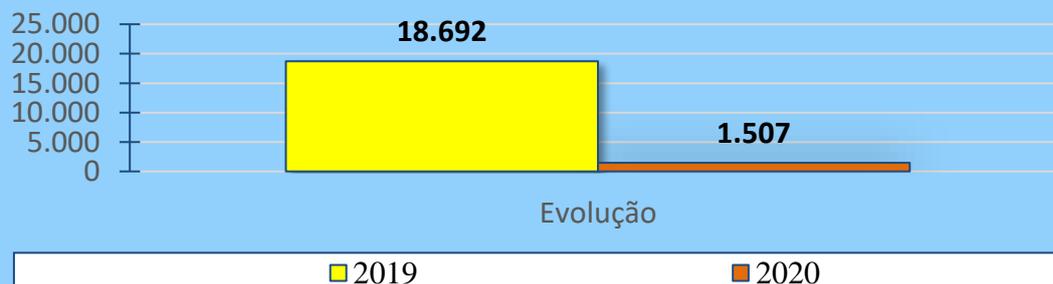


O Balanço Financeiro da ALRN contabiliza um crescimento nos ingressos realizados no exercício financeiro de 2020, comparado ao exercício de 2019, no percentual de 7,05%, deduzido o valor do Caixa e Equivalentes de Caixa, do saldo anterior e, em relação aos dispêndios do mesmo período, apenas 2,33%, excluído também o valor do saldo para o exercício seguinte. Indicativo de economia: crescimento dos dispêndios inferior ao crescimento dos ingressos no percentual de 4,72%.

#### Ingressos x Dispêndios (em R\$1.000)



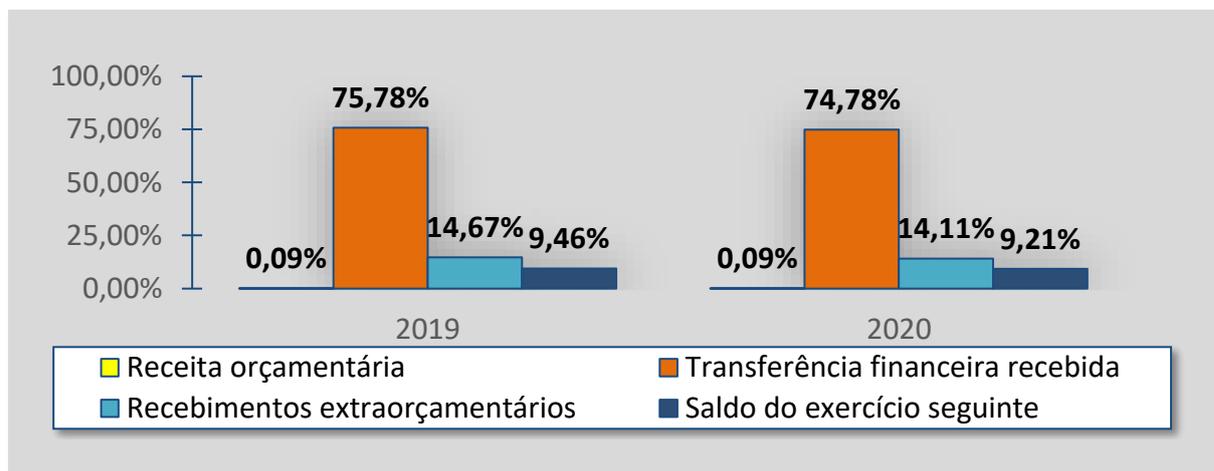
#### Evolução do Saldo (em R\$1.000)



Balanço financeiro

Especificação	2019	2020
<b>Ingressos</b>	<b>R\$ 363.456.000,00</b>	<b>R\$ 389.075.000,00</b>
<b>Receita orçamentária</b>	<b>R\$ 344.000,00</b>	<b>R\$ 8.080.000,00</b>
Ordinária	R\$ 0,00	R\$ 7.886.000,00
Vinculada	R\$ 344.000,00	R\$ 194.000,00
- Outras destinações	R\$ 344.000,00	R\$ 194.000,00
<b>Transferência financeira recebida</b>	<b>R\$ 304.217.000,00</b>	<b>R\$ 320.504.000,00</b>
Resultante da execução orçamentária	R\$ 304.217.000,00	R\$ 320.504.000,00
Independente da execução orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Recebimentos extraorçamentários</b>	<b>R\$ 58.894.000,00</b>	<b>R\$ 60.491.000,00</b>
Inscrição de restos a pagar não processados	R\$ 5.245.000,00	R\$ 4.881.000,00
Inscrição de restos a pagar processados	R\$ 2.142.000,00	R\$ 2.134.000,00
Depósitos restituíveis e valores vinculados	R\$ 51.507.000,00	R\$ 53.476.000,00
Outros recebimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Saldo do exercício anterior</b>	<b>R\$ 37.973.000,00</b>	<b>R\$ 39.480.000,00</b>
Caixa e equivalente de caixa	R\$ 37.973.000,00	R\$ 39.480.000,00
<b>Total (Ingressos + Saldo do exercício anterior)</b>	<b>R\$ 401.429.000,00</b>	<b>R\$ 428.555.000,00</b>

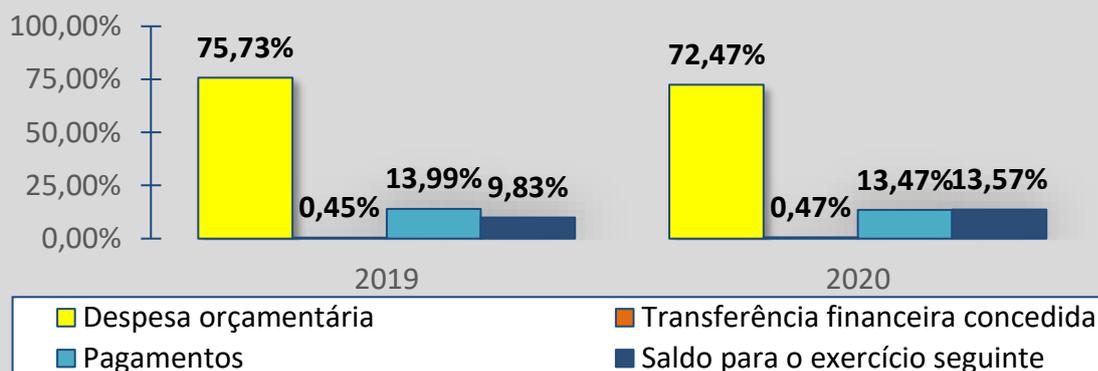
Ingressos (em %)



## Balanco financeiro

Especificação	2019	2020
<b>Dispêndios</b>	<b>R\$ 361.949.000,00</b>	<b>R\$ 370.383.000,00</b>
<b>Despesa orçamentária</b>	<b>R\$ 303.994.000,00</b>	<b>R\$ 310.605.000,00</b>
Ordinária	R\$ 303.985.000,00	R\$ 310.285.000,00
Vinculada	R\$ 9.000,00	R\$ 320.000,00
- Outras destinações	R\$ 9.000,00	R\$ 320.000,00
<b>Transferência financeira concedida</b>	<b>R\$ 1.800.000,00</b>	<b>R\$ 2.040.000,00</b>
Resultante da execução orçamentária	R\$ 1.800.000,00	R\$ 2.040.000,00
<b>Pagamentos extraorçamentários</b>	<b>R\$ 56.155.000,00</b>	<b>R\$ 57.738.000,00</b>
Pagamento de restos a pagar não processados	R\$ 4.634.000,00	R\$ 2.169.000,00
Pagamento de restos a pagar processados	R\$ 46.000,00	R\$ 2.142.000,00
Depósitos restituíveis e valores vinculados	R\$ 51.475.000,00	R\$ 53.427.000,00
Outros pagamentos extraorçamentários	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Saldo para o exercício seguinte</b>	<b>R\$ 39.480.000,00</b>	<b>R\$ 58.172.000,00</b>
Caixa e equivalente de caixa	R\$ 39.480.000,00	R\$ 58.172.000,00
<b>Total (Dispêndios + Saldo para o exercício seguinte)</b>	<b>R\$ 401.429.000,00</b>	<b>R\$ 428.555.000,00</b>

## Dispêndios (em %)



## Relacionamento com a sociedade



A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, assim como as demais instituições do Poder Legislativo, apresenta como finalidade principal o exercício das atividades legiferante e fiscalizatória.



Cumprindo sua função de legislar, ou seja, de transformar em normas as demandas da sociedade, a Casa Legislativa elabora e aprova leis estaduais tendo como base os direitos e os deveres de cada um, seja pessoa física, jurídica ou o Estado. Ao fiscalizar a Administração Pública, esta Casa exerce um controle legal para que o Estado, que ao povo deve servir, cumpra esse papel perante a sociedade.



Recentemente, a atuação do Legislativo ampliou-se na consciência desse papel, direcionando-se cada vez mais a ele. Isso ocorreu em conformidade com a compreensão de que o Poder Público tem um compromisso amplo e ilimitado com o povo.



A partir desse envolvimento, a Casa Legislativa passou a promover programas, projetos e ações, em diferentes áreas, dedicados a proporcionar benefícios para a população potiguar.



Contudo, diante do contexto pandêmico e das medidas de prevenção adotadas na ALRN, a maior parte dessas atividades não foram realizadas, a saber:

- as sessões solenes, que reconhecem o trabalho de pessoas e instituições, foram suspensas, assim como as audiências públicas, tão importantes para a discussão e o amadurecimento de temas de interesse da sociedade;
- os projetos e as ações da Escola da Assembleia, que tanto levam conhecimento para a sociedade, também não foram executados;
- o Coral, que encanta a sociedade, deixou de apresentar-se.



A Diretoria de Políticas Complementares, unidade que tem como objetivo estruturar e fortalecer as ações voltadas para o atendimento à população e que, por sua finalidade, apresenta maior proximidade com a sociedade, teve sua atuação bastante limitada e não pôde executar o principal programa de sua responsabilidade: o “Assembleia e Você”.



O Programa oferece à população dos municípios o acesso gratuito a atendimentos de diversas especialidades médicas, além de serviços de corte de cabelo e emissão de identidade. Amostras e exposições artísticas regionais, atividades recreativas, contação de história, palestras e oficinas, apresentações culturais e palestras educativas voltadas para a história do RN, da cidade atendida e de personalidades importantes da região também estão inclusas.



Outros projetos dessa unidade – “Lazerania e Semear”; “Prevenir sempre, a melhor solução”; “Caminhada do Autismo” e o “Rotary Day” – também não foram realizados e novos projetos planejados, como “Quarta da alegria”, “Natal das crianças” e “Rota histórica”, tiveram o início postergado para um momento propício para a reunião de pessoas.



O Memorial da Cultura e do Legislativo Potiguar, que dispõe de um amplo acervo que conta a história da Casa Legislativa, situando a população no contexto histórico e apresentando o desenvolvimento do Estado, esteve fechado para visitas.



No entanto, as ações em defesa dos direitos do cidadão permaneceram sendo realizadas, com o assessoramento jurídico à população de baixa renda, mais precisamente nas áreas de Direito das Famílias e Sucessões, Registro Público e Cível especializada (interdição e adoção), e consultoria jurídica no tocante à defesa da mulher, tendo como seu objetivo principal a contribuir para a resolução de conflitos familiares em geral.



Os processos judicializados receberam a supervisão jurídica até seu trâmite final pelos advogados, em que foram elaborados despachos, cumpridas diligências, bem como o devido acompanhamento nas audiências públicas.

#### Defesa dos direitos do cidadão

Atividades	Efetividade	Quantidade
<b>Processos</b>	Processos judiciais em trâmite - ativos	433
<b>Iniciais protocoladas</b>	Processos que foram ajuizados no período de janeiro a março de 2020	47
<b>Despachos realizados</b>	Despachos cumpridos judicialmente em trâmite nas varas de família e cíveis especializadas	423
<b>Audiências realizadas presencialmente</b>	Audiências judiciais realizadas junto às varas competentes antes do período pandêmico	45



As ações em defesa do direito do consumidor também tiveram continuidade com os serviços de consultoria para orientação ao consumidor, abertura de processos e distribuição de panfletos educativos sobre o tema.



Entre os meses de julho a novembro, a média de atendimentos mensal por contato telefônico foi de 26 atendimentos: enquanto a média de atendimentos por aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas foi de 33 atendimentos.



Além das formas apresentadas anteriormente, nas quais a ALRN fez-se presente remotamente, dado o cenário pandêmico, a Instituição também se relacionou com a sociedade a distância por meio analógicos ou digitais. Essa comunicação desenvolveu-se pelos ambientes oficiais da Casa Legislativa, por telefone e pelos sinais da Rádio e da TV Assembleia.

### Redes e Mídias Sociais



O perfil da rede social da ALRN ampliou o número de seguidores em 8.032. Os antigos e os novos interessados no conteúdo publicado resultaram na média de engajamento mensal de 4.821 interações. O Instagram® segue sendo a rede de maior relevância para a Instituição, concentrando o maior número de seguidores e de engajamento em curva crescente desde 2015.



A participação da sociedade resultou em 237 novos seguidores, com média de engajamento mensal de 3.914 interações. Mesmo sendo uma rede social em declínio no Estado, nota-se um crescimento significativo no número de seguidores no perfil da Casa Legislativa no Facebook®.



As publicações atraíram 1.900 novos seguidores, com média de engajamento mensal de 779 interações. Apesar de possuir um crescimento mais lento que as demais redes sociais, o Twitter® concentra um número de engajamento significativo para uma rede social que tem pouca adesão no Estado atualmente.



Disseminação de boletins informativos em quatro listas de transmissão. Duas delas são exclusivas para a sociedade: imprensa e público externo. Os boletins informativos incluem fotos e vídeos.

## Sustentabilidade ambiental



Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, assim como em diversos órgãos públicos de diferentes âmbitos e Poderes, o cuidado com a sustentabilidade ambiental tem-se ampliado, constituindo-se em uma área específica de gestão.



Nesta Casa Legislativa, essa área apresenta relação com diversas unidades. Assim, programas, projetos e ações encontram-se diversificados entre os setores, ainda que exista um grupo instituído – a Comissão de Coleta Seletiva – que trata de um aspecto particular desse assunto.



A Comissão de Coleta Seletiva desenvolve o Programa de Coleta Seletiva Solidária, sendo responsável pelo planejamento, operacionalização e monitoramento das ações, além da interlocução com a Cooperativa de Catadores contratada pela Casa. As ações dessa comissão estão alinhadas às seguintes normas:

- a Lei Federal n.º 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- a Lei Estadual n.º 10.077, que trata da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e às cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.



Devido à suspensão das atividades presenciais e o retorno a essas atividades gradualmente, resultado do cenário pandêmico da COVID-19, o volume gerado de resíduos descartados foi inferior aos registrados em anos anteriores. Decorrente disso, o volume selecionado também foi notadamente menor que no passado. Ainda assim, considerou-se efetivo o retorno para o ciclo produtivo da matéria coletada, contrapondo-se, desse modo, ao descarte nocivo em aterro sanitário.

### Coleta dos materiais recicláveis



Além do contrato com a cooperativa de catadores, a ALRN firmou contrato com empresa especializada que realiza a coleta, o transporte, a descontaminação, a reciclagem e a destinação ambientalmente adequada das lâmpadas fluorescentes inservíveis. Isso possibilitou o correto tratamento para 429 lâmpadas usadas e descartadas, de diferentes tipos, em sua sede e em seus anexos.



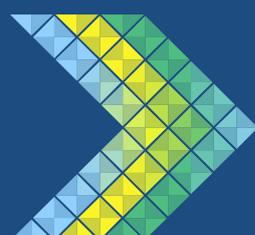
CONTEXTO  
ORGANIZACIONAL



RESULTADOS  
DA GESTÃO



ÁREAS ESPECÍFICAS  
DA GESTÃO



62<sup>a</sup> LEGISLATURA



Deputado Albert Dickson  
PROS



Deputado Allyson Bezerra  
Solidariedade



Deputado André Azevedo  
PSC



Deputada Cristiane Dantas  
Solidariedade



Deputado Dr. Bernardo  
Avante



Deputada Eudiane Macedo  
Republicanos



Deputado Ezequiel Ferreira  
PSDB



Deputado Francisco do PT  
PT



Deputado Galeno Torquato  
PSD



Deputado George Soares  
PL



Deputado Getúlio Rêgo  
DEM



Deputado Gustavo Carvalho  
PSDB



Deputado Hermano Moraes  
PSB



Deputada Isolda Dantas  
PT



Deputado José Dias  
PSDB



Deputado Kelps Lima  
Solidariedade



Deputado Kleber Rodrigues  
PL



Deputado Nelter Queiroz  
MDB



Deputado Raimundo Fernandes  
PSDB



Deputado Sandro Pimentel  
PSOL



Deputado Souza Neto  
PSB



Deputado Tomba Farias  
PSDB



Deputado Ubaldo Fernandes  
PL



Deputado Vivaldo Costa  
PSD

## Ficha Técnica

**Coordenação (Instituída pela Portaria n.º 07/2021 – DG):**

Delkislne Alves Cavalcante

**Colaboradores (Instituídos pela Portaria n.º 07/2021 – DG):**

João Eudes Ferreira, Leonardo dos Santos Araujo e Maria Eleonora Lopes d'Albuquerque Castim

**Projeto Gráfico e Diagramação:**

Leonardo dos Santos Araujo

**Capas e folha de rosto:**

Gustavo Pinheiro Torquato

**Revisão do Conteúdo:**

Célia Maria Medeiros Barbosa da Silva

**Palavra do Presidente**

Deputado Ezequiel Ferreira

**Visão Geral da Instituição**

Gustavo de Lima Brito, Leonardo dos Santos Araujo e Luciana Targino de Almeida Cardoso

**Planejamento Estratégico 2020-2023 – Monitoramento da Estratégia 2020**

Luciana Targino de Almeida Cardoso, Roselie Paiva de Albuquerque, Ilany Maciel Morais da Silva e Renata de Sousa Campos Gadelha

## Contexto Organizacional

**Palavra do Diretor-Geral**

Augusto Carlos Garcia de Viveiros

**Destaques de Gestão**

Conteúdo: Alexandre Ferreira Mulatinho e Ana Rafaela Jacob Catunda

Fotos: Eduardo Maia e João Gilberto

## Resultados da Gestão

**Presidência**

Fernando Dantas de Rezende Filho, Bianca de Souza Saldanha, João Maria de Lima, Ana Cristina de Faria Maia, João Maria de Lima, Leonardo dos Santos Araujo, Luciano Ferreira

Niedja Lucia Aprigio Filgueira Lima, Renailda Araújo Souza, Marília Araújo Rocha, Alexandre Ferreira Mulatinho, Gerlane Oliveira de Lima, Francisco Canindé Claudino, Priscilla Azevedo Barnabé, Ana Camila Alencar de Araújo, Matheus Fernandes de Paiva Pereira, Rodrigo Rafael de Souza, Alexandre Filgueira Sousa e Silva, André Luiz Alencar, Isabella Moura Bezerra, Maria Luíza da Cunha Ferreira, Juliana de Assis França Marinho e Suzan Bezerra Dantas Montenegro

#### **Ouvidoria**

Josoniel Fonsêca da Silva, Ana Paula Vendramini e Teysa Freire C. Ferreira de Souza

#### **Controladoria**

Sérgio Augusto Teixeira de Carvalho, Johannes Dantas Farias Guerra, Leila Nascimento Lopes, Marco Túlio da Costa Rocha, Morvanildo Firmino de Lucena, Muller Eduardo Dantas de Medeiros e Sílvio Freitas Diniz Neto

#### **Procuradoria-Geral**

Sérgio Eduardo da Costa Freire, Antônio Carneiro de Souza Júnior, Cesar Augusto da Costa Rocha, Cláudia Cristina Veras Brito, Cleo Vieira Pereira, Jussara Chaves Câmara, Lucas Duarte de Medeiros e Renato Moraes Guerra

#### **Diretoria-Geral**

Augusto Carlos Garcia de Viveiros, Simone de Araújo Leal, Iana Gusmão Ferraz de Araújo, Kecilene Pereira Cortez, Samara Andreia Lima da Costa Mainel, Luciana Targino de Almeida Cardoso, Roselie Paiva de Albuquerque, Ilany Maciel Moraes da Silva e Renata de Sousa Medeiros Campos Gadelha

#### **Diretoria Legislativa**

Tatiana Mendes Cunha, Samya Aby Faraj Linhares Bastos e Suzana Augusta Figueiredo Lucena Moreira

### **Áreas Específicas de Gestão**

#### **Gestão de Pessoas**

Thyago Cortez do Carmo Carvalho, Adriano Silva Dantas, Aline Freitas de Almeida, Ana Claudia Barros de Andrade Melo, Francisco Cipriano Aires de Souza, Ilana Ursulino Ribeiro, Livia Pereira Alves Sousa de Medeiros, Maria do Socorro de Andrade Gomes, Martha Isabelle Astrid Medeiros Bezerra Lima de Mesquita, Raphaele das Dores Silva Brites, Thiago Henrique e Silva Dantas, Zailton Tavares de Oliveira e Zeldia Batista de Araújo

#### **Gestão de Capacitações e Qualificações**

João Maria de Lima, Ana Cristina de Faria Maia, Leonardo dos Santos Araujo, Luciano Ferreira Lira, Niedja Lucia Aprigio Filgueira Lima e Renailda Araújo Souza

#### **Gestão de Tecnologia da Informação**

Mário Sérgio de Oliveira Gurgel, Maria Goretti Dantas Gurgel Barros, Saulo Cantalice Moreira e Stefano Rozemberg Freire da Silva

**Gestão de Saúde e Bem-Estar**

Helga Moreira Torquato de Almeida, Almira Gabriela de Araújo Dantas, Camila dos Santos Alves Siqueira, Josimeire Kalina Peixoto da Silva, Kamila Gonçalves e Silva, e Thales Antonio Souza Fernandes Lopes

**Gestão de Infraestrutura e Apoio Logístico**

Giuseppe Rosado Diógenes Paiva, Allyson Kellnon Nóbrega de Carvalho, André Luiz Galvão e Silva, Dilvan França de Oliveira, Francisco Belarmino Dantas Júnior, Jair da Silva Alves e Rodrigo Eufrásio Dantas

**Gestão de Compras e Patrimônio**

Suely Rodrigues Nóbrega Pimentel, Thiago Rogério de Melo Jácome, Eduarda China Salustino, Gilêude Nogueira Peixoto e Ana Clarissa Bezerra G. de Araújo

**Gestão de Remuneração de Benefícios**

Vinício Almeida de Medeiros, Geiely Rodrigues da Fonsêca e Sidney de Macedo Alves.

**Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Fiscal**

Maria Selma Menezes da Costa, Terezinha Germano Oliveira Câmara, Danilo José Silva Gesteira, Luciana Targino de Almeida Cardoso, Roselie Paiva de Albuquerque, Renata de Sousa Medeiros Campos Gadelha e Ilany Maciel Moraes da Silva

**Relacionamento com a Sociedade**

Ricardo Luiz Medeiros da Fonseca, Bárbara Rashma Cavalcanti de França, Leopoldo André Medeiros de Azevedo, Lucianna Medeiros e Silva Lourenço, Magaly Cristina da Silva, Helga Moreira Torquato de Almeida, Almira Gabriela de Araújo Dantas, Camila dos Santos Alves Siqueira, Josimeire Kalina Peixoto da Silva, Kamila Gonçalves e Silva, Thales Antonio Souza Fernandes Lopes, Alcino Casado Lisboa, Alberone Gomes de Oliveira, Andréa Félix de Lima, Anielly Silva de Souza, Celiane Pedrina Nascimento França, Edileuza Soares de Andrade, Gina Maria do Nascimento, José Iraelson de Almeida Câmara, Julie Holden Cortez, Kercia Michelle Tavares Marcolino, Mário Graco da Câmara Barbosa, Rosana Maria Octavio

**Sustentabilidade Ambiental**

Joana D`arc Rodrigues da Silva

\* Os ícones utilizados no Relatório de Gestão 2020 estão disponíveis em [Flaticon.com](https://www.flaticon.com).







Rio Grande do Norte  
**Assembleia Legislativa**

